

A rua como espaço de fala: a contestação de movimentos migrantes sobre a política no Brasil a partir de Lisboa

Maria Runkel Cardoso

Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos

Maio 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Estudos Urbanos, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor José Mapril

Agradecimentos

Aos membros do Coletivo Andorinha que me acolheram de braços abertos, nas reuniões, nas manifestações e em todas as ocasiões que nos fomos cruzando. Este trabalho não existiria sem a vossa luta e a compreensão que me atribuíram para a descrever.

A todas e todos que entrevistei - Coletivo Andorinha, Núcleo do Partido dos Trabalhadores, Juventude PT, Contra o Ódio - Pela Democracia e Casa do Brasil de Lisboa, agradeço o tempo despendido, atenção e carinho nessas conversas e em todas as outras que não gravei mas que foram fundamentais para o presente trabalho.

Ao Professor e Orientador José Mapril, que desde o primeiro ano de licenciatura até hoje me aconselhou livros que podem mudar o rumo do pensamento.

Ao Professor José Pedro Nunes, que me encorajou constantemente ao longo do percurso sinuoso que foi o mestrado.

Às amizades que têm o poder de me levar para um refúgio livre de ansiedade, seja longe de casa, seja numa varanda em Moscavide.

À Inês e Madalena que tão cuidadosamente se debruçaram pelo texto com o seu olhar atento.

À Ana, Sara e Rebeca, que entre encontros e desencontros serão sempre os meus pilares antropológicos e de vida.

Ao Pedro por ser o orientador de esplanada que todas deveriam ter e que agradeço todas as conversas.

Aos amigos distantes que compreenderam a ausência.

Ao Miguel...

Aos meus avós e aos telefonemas encorajadores. À minha família e amigos que são família pelo carinho constante.

Ao Jan que para além de um ombro amigo, sempre ajudou no que fosse preciso.

À minha mãe, por tudo e a quem espero dar inspiração para as suas próprias batalhas.

Ao meu pai, pelo desafio, pela paciência, pelas revisões e pelo elo incondicional.

Às companheiras de luta que conheci neste processo e que guardo como memória marchar ao vosso lado no 1º de Maio a cantar a Grândola.

A todos e todas que tive o prazer de conhecer e com quem gostaria de voltar a entoar...

“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia.”

(Chico Buarque, Apesar de Você, 1978)

Resumo

Partindo dos grupos ativistas brasileiros, esta dissertação procurou compreender como é utilizado o espaço público em momentos de contestação e a sua relação com uma esfera política transnacional. O foco no Coletivo Andorinha e noutros grupos ativistas deu-se através de uma investigação etnográfica entre novembro de 2018 e junho de 2019, que visou explorar o surgimento do grupo, os seus objetivos e as suas formas de atuação.

Através da participação nas reuniões e manifestações, juntamente com a realização de entrevistas aos membros do Coletivo Andorinha, mas também de alguns membros do Núcleo do Partido de Trabalhadores (PT) de Lisboa, Juventude do PT e Contra o Ódio-Pela Democracia, foi possível desenvolver os tópicos presentes na dissertação. O acompanhamento próximo e a transcrição extensiva das conversas, serviram como base para as discussões centrais, a relação do grupo com a rua, com o Brasil e com a luta internacional.

É abordada a ocupação do espaço público, neste caso, a Praça Luís de Camões, através da importância que demonstra ter para o grupo, o papel central na ideia de resistência e como se transforma num momento de conexão entre os participantes, ajudando a criar a sensação de pertença entre todos os que ocupam aquele espaço público. A relação entre Lisboa e o Brasil é exposta nas várias ações e discursos, principalmente seguindo o objetivo de colocar na agenda política portuguesa as questões do Brasil. Desta forma, foi possível compreender a utilização do espaço público como lugar de excelência para a contestação e a esfera política transnacional como campo necessário para a existência do grupo.

A presente dissertação parte assim de um trabalho antropológico feito num contexto migratório, com base empírica no meio urbano, onde as discussões dos interlocutores não se centram apenas no processo migratório, mas também numa problemática geral; a pertença a uma cidadania global. Uma pertença que extrapola a rua e a luta individual para se posicionar num projeto internacional de defesa da democracia.

Palavras Chave: espaço público, ocupação da rua, imigração brasileira, esfera política transnacional.

Abstract

Starting from Brazilian activist groups, this dissertation sought to understand how public space is used in times of contestation and its relationship with a transnational political sphere.

The focus on Coletivo Andorinha and other activist groups took place through an ethnographic investigation between November 2018 and June 2019, which aimed to explore the emergence of the group, its objectives and its ways of acting.

Through participation in meetings and manifestations, together with interviews with members of Coletivo Andorinha, but also with some members of the Núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lisboa, Juventude do PT, Contra o Ódio-Pela Democracia, it was possible to develop the topics presented in this dissertation. The close monitoring and extensive transcription of the conversations served as the basis for the central discussions, the group's relationship with the street, with Brazil and with the international struggle.

The occupation of public space is addressed, in this case - Praça Luís de Camões - through the importance it demonstrates for the group, the central role in the idea of resistance and how it becomes a moment of connection between the participants, helping to create a sense of belonging among all those who occupy the public space. The relationship between Lisbon and Brazil is exposed in the various actions and discourses, with the objective of claiming a place for Brazilian issues on the Portuguese political agenda. This way, it was possible to understand the use of public space as a place for contestation and the transnational political sphere as a necessary field for the group's existence.

The present dissertation thus starts from an anthropological work done in a migratory context, with an empirical basis in the urban environment, where the discussions of the interlocutors are not only focused on the migratory process, but also on a general problem; belonging to a global citizenship. This belonging goes beyond the street and the individual struggles to position itself in an international project to defend democracy.

Key words: public space, occupation of the streets, brasilian imigration, international public sphere.

Índice

<i>Introdução.....</i>	<i>1</i>
0.1. Em jeito de apresentação	1
0.2. Breve estado da arte da migração brasileira em contexto português	3
0.3. Como pensar a migração e como delinear o terreno no contexto urbano.....	7
0.4. Como pensar a cidade, que espaço é este?	13
0.5. Metodologia.....	18
0.6. Estrutura da dissertação	24
<i>1. Imigração Brasileira em Portugal, uma breve abordagem.....</i>	<i>26</i>
1.1. Primeira vaga - Anos 80/90.....	28
1.2. Segunda vaga - a partir final anos 90.....	29
1.3. Uma visão recente.....	33
1.4. Notas Finais.....	41
<i>2. Uma breve história do Coletivo Andorinha, Núcleo PT Lisboa, Juventude PT e Pela Democracia no Brasil.....</i>	<i>43</i>
2.1. Situação Política no Brasil	43
2.2. Surgimento do Coletivo Andorinha.....	45
2.3. Os objetivos e as formas de atuação do Coletivo Andorinha.....	49
2.4. Reuniões e impacto das suas ações.....	52
2.5. O Núcleo do Partido dos Trabalhadores de Lisboa	55
2.6. Início da Juventude do PT em Lisboa.....	57
2.7. Contra o Ódio - Pela Democracia no Brasil.....	58
2.8. A Casa do Brasil e o Movimento Associativo Brasileiro em Portugal	60
2.9. Notas Finais.....	61
<i>3. Marielle Vive e a ocupação da cidade</i>	<i>64</i>
3.1. “Justiça por Marielle e Anderson: um ano sem respostas”.....	64
3.2. Porquê no Camões?.....	66
3.3. Qual o papel da rua para as atividades do Coletivo?	70
3.4. Como olhar a rua, o que significa a rua?	75
3.5. Notas Finais.....	83
<i>4. A Manifestação Contra os Cortes na Educação e o reflexo de uma política transnacional</i>	<i>85</i>
4.1. Manifestação 30M em Defesa da Educação no Brasil e antecedentes.....	85
4.2. Transnacionalismo político.....	88

4.2.1. Entre Lisboa e o Brasil.....	92
4.2.2 Entre os grupos ativistas e Lisboa	95
4.2.3 Entre os grupos ativistas e a comunidade brasileira	98
4.3. Notas finais.....	102
5. <i>Concentração Contra Sérgio Moro, Luta Internacional e o Lugar no Mundo</i>.....	104
5.1. Concentração Contra Sérgio Moro.....	104
5.2. Luta Internacional.....	106
5.3. Lugar no Mundo	108
5.4. Notas Finais.....	115
6. <i>Conclusão</i>	117
<i>Bibliografia</i>	122

Introdução

0.1. Em jeito de apresentação

Cresci na área metropolitana de Lisboa, onde apenas se andava de carro de um lado para o outro, onde os comboios passavam com muito tempo de intervalo e onde para sair à noite tínhamos que depender da boleia dos pais mais generosos que nos podiam ir buscar a locais sem transportes públicos. Nunca senti que fosse lisboeta, aliás, Lisboa era onde se ia de vez em quando para comprar coisas mais raras e em saldos, ou para passar uma tarde de Sábado diferente, a passear. No entanto, não deixava de ser de Lisboa. Também nunca tinha ido a uma manifestação até entrar na universidade. Nem ao 25 de Abril, nem ao 1º de Maio. Gostava de ter ido, participava nesses marcos de formas diferentes, mas nunca fui para a rua, nunca me juntei a quem ia.

Aos poucos, no decorrer do percurso académico, foram-se abrindo portas para interesses mais fundamentados em questões de política, e pertença, identidade coletiva e espaço urbano. Sem dar bem conta, a cidade tornou-se no tema central dos meus trabalhos e uma vontade tremenda de a estudar começou a desenvolver-se. Ao terminar a licenciatura em Antropologia, na FCSH, o mestrado de estudos urbanos surgiu como uma opção viável.

A sua estrutura e programação de aulas era diversa, procurando dar aos alunos várias perspectivas de olhar a cidade. De arquitetura à geografia, sociologia, história de arte e antropologia, o leque de temas foi extenso. Navegando à superfície em várias destas áreas, a abordagem antropológica mantinha-se a mais adequada para os temas que ia estudando ao longo do mestrado, e mantém-se como moto condutor desta dissertação também. Ao terminar o primeiro ano, dois temas surgiam constantemente nas minhas buscas: os vários modos de usar o espaço público e movimentos de resistência, nomeadamente em forma de manifestações de rua. A decisão lógica seria então juntar os dois: como é utilizado o espaço público em momentos de manifestação.

Pela altura de tomada de decisão efetiva, em finais de Setembro, as ruas foram invadidas por gritos de #EleNão, cartazes feministas e antirracistas, e uma grande

manifestação foi organizada na Praça Luís de Camões contra o candidato às eleições presidenciais no Brasil, Jair Bolsonaro. A situação do Brasil era a questão mais falada em Lisboa nessas últimas semanas de Setembro, principalmente somando a proximidade que tinha com as minhas colegas de mestrado, cuja maioria é brasileira. Nas redes sociais surgiam publicações do Coletivo Andorinha, cujo trabalho já acompanhava, a par com palavras de ordem do Núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT) em Lisboa e convocatórias para reuniões de um novo movimento, Contra o Ódio - Pela Democracia no Brasil. A situação era delicada e sentia, pelos espaços que percorria, na faculdade, em encontros em cafés ou bares, que a eleição de Trump, dois anos antes, não fora um acontecimento singular. A política mundial não estava somente a ser tomada pela direita conservadora, como por homens brancos, ricos e contra o discurso do politicamente correto, abrindo azo a que frases racistas, xenófobas, machistas, homofóbicas e de exaltação da ditadura fossem transmitidas em direto e com firmeza na televisão e nas redes sociais. Homens cujas campanhas se faziam pela oposição aos outros candidatos, pela proliferação de *fake news*, criando instabilidade na credibilidade do discurso dos outros e ocupando fortemente os canais de comunicação.

Lisboa estava atenta ao Brasil, pelo menos, as suas ruas foram ocupadas por brasileiros e portugueses que se agitavam à distância com o que acontecia nas eleições. Esta antecipação do que viria a acontecer foi mobilizadora e permitiu-me delimitar o tema da dissertação. Tornou-se o objetivo, acompanhar e compreender de que forma coletivos de migrantes brasileiros pensam a questão política do seu país de origem e ocupam as ruas de Lisboa como consequência.

A partir deste momento o terreno foi-se delimitando. Foi necessário descobrir quais os grupos existentes em Lisboa constituídos por migrantes brasileiros, politicamente ativos e com uma ação de rua forte. Neste sentido, o Coletivo Andorinha (CA) surgiu como o grupo principal da investigação. Através de um contato simples, foi possível começar a ir às reuniões e conhecer os seus membros, acabando por ser o grupo onde foi possível acumular mais informação e fazer entrevistas. Acompanhando as reuniões e as atividades do CA é possível apresentar o trabalho aqui exposto.

0.2. Breve estado da arte da migração brasileira em contexto português

Escolhido o tema da dissertação, mesmo que de forma lata, a primeira questão que surgiu foi como é que tem sido estudada a migração brasileira em contexto português. Uma das temáticas mais trabalhadas é o género, nomeadamente como é olhada a mulher imigrante brasileira. Um dos fatores comuns a estes trabalhos é a hipersexualização de que sofre a mulher, e de que forma esse discurso é perpetuado pelos próprios órgãos oficiais, como é possível ler no trabalho de Mariana Sallister Gomes (2018). Neste trabalho, a autora analisa os discursos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), do Alto Comissariado para a Imigração, e o Diálogo Intercultural, bem como associações de/para migrantes, a Casa do Brasil, Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania e a Associação Comunitária. A partir da mobilização do conceito de biopoder, compreende que estas associações, a partir do seu discurso, contribuem para o fortalecimento do preconceito de género, mesmo que nas suas ações procurem combater o estereótipo. A construção da mulher brasileira, negra, indígena como sendo pecadora e associada ao sexo fácil, e a mulher europeia, imaginada como mãe e protetora dos seus. Esta oposição está construída a partir de uma história colonial muito enraizada nos dois países (Gomes, 2018).

Esta dicotomia entre a mulher brasileira e portuguesa é igualmente possível de verificar no caso das Mães de Bragança, descrito no trabalho de Luciana Pontes (2004). A partir de uma análise aos média, Pontes compreende o processo de sexualização da mulher imigrante brasileira. Como imigrante, pertence a um grupo pensado como exótico e subalterno economicamente, e como brasileira, associada a uma cultura de festa, sensualidade, mas também de violência e pobreza. O episódio das Mães de Bragança, que decorreu no percurso do trabalho de campo da autora, é exemplo desta estereotipização. Um grupo de mulheres em Bragança apresentaram um abaixo-assinado para expulsar as prostitutas brasileiras, porque os seus maridos frequentavam as boates onde elas trabalhavam. Este episódio teve uma grande cobertura mediática, inclusive ser capa da edição europeia da revista Time, apresentando as brasileiras como ameaçadoras pela sua sexualidade extrema, ao invés das Mães de Bragança, na sua imagem feminina doméstica e protetora.

A fim de lutar contra esta imagem negativa das mulheres migrantes brasileiras, um grupo juntou-se para escrever um manifesto contra uma personagem hiper sexualizada num desenho animado televisivo. O Manifesto contra o preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal teve mais de 1200 assinaturas, envolveu 20 organizações feministas, antirracistas e de imigrantes, juntando mais de 500 pessoas num grupo de Facebook onde se discutia esta problemática. Este ciberativismo foi importante na medida em que colocou em diálogo diversas mulheres e permitiu dar representatividade a um grupo duplamente oprimido: as mulheres-imigrantes. Este levantamento está presente num artigo de Beatriz Padilla e de Mariana Sallister Gomes de 2016.

A par da opressão sentida pelas mulheres brasileiras imigrantes, está a sua vulnerabilidade, sentida, em certos casos, em situações de tráfico sexual. Nos textos de Sofia Neves (2010) e de João Peixoto (2007), são abordadas as redes de tráfico sexual em contexto de migração, tomando especial atenção às mulheres brasileiras e às contingências que provém da ideia formada em Portugal da sexualidade da mulher pobre e negra.

Lira Dolabella (2015) realizou trabalho de campo entre 2010 e 2015 com onze mulheres brasileiras que trabalham em bares de alterne em Portugal, explorando a sua agência na mobilização da desigualdade a que são sujeitas, por serem mulheres e imigrantes. Este trabalho demonstrou que, questionando a imagem sexualizada da mulher brasileira, é possível criar novas significâncias identitárias.

A sexualidade é um tema muito explorado na tese de Doutoramento de Paula Togni (2015). No seu estudo aborda um grupo de vinte seis jovens oriundos da mesma cidade no Brasil, de forma a compreender quais as categorias de identificação que os levam “a ser brasileiros(as)”. A sexualidade surge como o factor principal, “*A construção do ser brasileiro em Portugal é negociada, sobretudo, através da sexualidade, articulada com outros marcadores sociais.*” (Togni, 2015, 287). Esta autora, já num trabalho anterior, interliga categorias de género e nacionalidade de forma a compreender as estratégias matrimoniais transnacionais (Togni, 2008).

Uma outra temática abordada neste contexto é o percurso profissional dos migrantes após a sua chegada. No trabalho de Catarina Egreja e João Peixoto (2011), estes apresentam vários fatores que influenciam a questão profissional dos migrantes, como o tempo que

ficam em Portugal, se têm um cônjuge português, como são as redes sociais em que estão inseridos e qual o grau de escolarização. No entanto, o caso mais comum é, inicialmente, estarem num posto de trabalho inferior à sua ocupação no Brasil e aos poucos irem alterando esta situação, mas sem chegar ao lugar que ocupavam previamente à imigração.

Relacionando os postos de trabalho e a etnicidade, o trabalho de Igor Machado (2011) é muito interessante pois questiona o empreendedorismo étnico, e como este pressupõe lógicas do imaginário local sobre um outro país/etnicidade. Em Portugal recai uma ideia estereotipada de brasilidade, adotada tanto por empresários portugueses como brasileiros e isso é refletido em alguns nichos de trabalho onde é vendida uma experiência brasileira, e imigrantes ocupam esses postos de trabalho, como os talhos e churrascarias, bares e trabalho sexual.

Em texto anterior, Machado (2007) já tinha refletido sobre a construção da identidade brasileira em contexto migratório português. Com base na história colonial, mas também nos postos de trabalho que os migrantes ocupam, conclui que devido à densidade e diversidade da migração brasileira, não existe uma Identidade Brasileira por definição, são vários os processos identitários do migrante. Esta complexidade na migração brasileira é, de resto, analisada por Pedro Góis et al. (2009), onde a partir de dados estatísticos elabora uma tipologia de migrantes entre 2003 e 2009. O passado colonial entre os dois países e as suas repercussões na história contemporânea é explorada extensivamente no livro com vários contributos de outros investigadores, *Trânsitos Coloniais – Diálogos críticos luso-brasileiros* (Bastos, Almeida, Fieldman-Branco, 2014).

Onde está reunida muita informação sobre a Imigração Brasileira em Portugal é num livro com o mesmo nome, organizado por Jorge Malheiros, em conjunto com o Observatório das Migrações, em 2009. O livro está dividido em vários capítulos, desde uma primeira síntese geral à leitura de dados estatísticos, a relação com Portugal, o trabalho, género, imaginários identitários e outras questões¹.

Existem também duas teses de doutoramento que se revelaram importantes para pensar este trabalho. Fernandes (2017) desenvolveu um trabalho aprofundado com 23

¹ Este livro será utilizado de forma mais aprofundada no primeiro capítulo da dissertação.

mulheres migrantes brasileiras a viver em Portugal e com poucas perspectivas de voltar ao Brasil, acompanhou o seu dia-a-dia e procurou compreender de que forma elas iam negociando e construindo as suas experiências associadas a uma identidade dita brasileira. Foi problematizada a questão de género, de nacionalismo e de identidade nacional, e de que forma é feito o diálogo entre a experiência pessoal, a ligação com o país de origem e as categorias estereotipadas do país de acolhimento, a partir de vários momentos, como a convivialidade, forma de falar e maternidade. Esta subjetividade permite explorar os campos de ação que o migrante tem para reforçar um processo de reconstrução identitária em contexto, questionando ao mesmo tempo a heterogeneidade do migrante. No final do seu trabalho, a autora coloca uma questão interessante, relativa a uma migração recente, com mais escolarização e com aspirações de continuar as suas formações, potenciando novas formas de inter-relação com a sociedade portuguesa (Fernandes, 2017).

Por outro lado, a tese de Silva (2013), realizada fora do contexto português, a partir de Roma e Barcelona, procurou compreender quais as estratégias de sobrevivência desenvolvidas entre a comunidade brasileira presentes nessas cidades, durante o pós-crise, entre 2011 e 2012. Para tal mobilizou conceitos variados como *habitus* transnacional, *dádiva*, *comunitas*, capitalismo de consumo, nacionalidade e cidadania, que permitiu olhar para o terreno numa dupla lógica de integração social e de nicho étnico.

As experiências migratórias são distintas conforme os contextos. Em Londres, Fragella (2010) relata um aumento considerável da imigração brasileira para o Reino Unido a partir de 2001. Até ao início do século a imigração caracterizava-se por provir de classe média, estudantes e profissionais liberais. No entanto, o perfil alargou para incluir mais migrantes trabalhadores, que procuravam em Londres ganhar dinheiro e enviar para a família ou poupar e depois retornar a casa. Eram pouco fluentes no inglês e fortemente apoiados por redes de amigos e familiares da mesma cidade de origem. Nos anos seguintes, começaram a surgir novos serviços e bens que ajudam na chegada e adaptação dos recém-chegados. É possível encontrar e ver o Brasil de várias formas em Londres, nas escolas de samba, nos festivais de cinema e atividades culturais, bem como revistas e publicações em português. Em 2013, Dias relata o mesmo cenário na cidade de Londres, migrantes de origem económica que acabam por permanecer no Reino Unido mais tempo do que o

planeado, sendo que os seus projetos de migração iniciais vão sendo reformulados ao longo do tempo.

Um cenário semelhante ocorre em Oizume, uma cidade no Japão conhecida por ter muitos residentes brasileiros (Lask, 2000). Nesta cidade há um centro comercial onde é possível beber e comer pratos brasileiros, comprar os últimos acessórios vindos do Brasil e onde tudo se encontra escrito em português. Esta procura de manutenção da identidade é também uma questão para alguns pais brasileiros cujos filhos se procuram afastar do Brasil, participando ativamente em atividades associadas com o país de origem, como o samba e futebol. A ideia do futebol e das práticas desportivas como modo de integração em contextos migratórios foi também estudado por Moraes, Corte-Real, Dias, Fonseca (2012).

Uma experiência comum relatada por várias imigrantes brasileiras é a sexualização recorrente do seu corpo em vários contextos migratórios, como no sul da Europa, nomeadamente em Lisboa, ou até em Boston e Los Angeles (Piscitelli, 2008).

Compreendendo a importância dos vários textos aqui citados e tantos outros trabalhos sobre a imigração brasileira em Portugal, para a presente dissertação não haverá espaço para abordar a questão de género, desigualdade salarial e profissional ou estereotipização da etnicidade. No entanto, a partir dos textos mencionados comecei a questionar como conseguiria estudar os membros do Coletivo no contexto atual, garantindo por um lado, a sensibilidade relativa aos processos constantes de identidade em contexto migratório (Fernandes, 2017) e por outro, ter em consideração a importância do espaço urbano na relação entre migrantes e as suas estratégias de vivência (Silva, 2013).

Espero ao longo da dissertação contribuir para a literatura sobre os migrantes brasileiros em Portugal, acrescentando às temáticas apresentadas anteriormente uma dimensão política e de ativismo social, partindo do posicionamento e crescimento político e da ação política dos migrantes brasileiros em Portugal.

0.3. Como pensar a migração e como delinear o terreno no contexto urbano

Antes de dar início ao trabalho de campo, achei importante problematizar a questão do migrante. Tendo em conta que os migrantes são o ponto de entrada num terreno que se

materializa num contexto urbano, não deixa de ser interessante pensar a própria categoria de migrante e como tem sido estudado.

A cidade está bastante interligada ao estudo das migrações, tendo em conta que as primeiras abordagens relativas à mobilidade centravam-se no movimento rural – urbano. A partir da lógica pensada por Robert Redfield (1941) onde este explora o processo do tradicional ao urbano, “folk-urban continuum”, sociedade “folk” característica pela sua pequena dimensão, homogénea, tradicional e formal e a sociedade urbana, caracterizada pelo seu contrário. Os novos habitantes da cidade estariam a passar por um processo de aculturação ao espaço urbano e mudanças culturais de rurais a urbanos, levando a uma análise principalmente individual destes processos, procurando as suas motivações, preocupações e aspirações, ao mesmo tempo que estuda o grau de adaptação à cultura urbana, partindo de uma lógica de desorganização social.

Para contrapor esta visão micro e de desordem associada à mobilidade, Lomnitz propõe o Modelo Ecológico. Este modelo procura compreender melhor “*os mecanismos sociais que promovem e facilitam os processos migratórios*” (Lomnitz, 1976,133), mais abrangente, interdisciplinar e interligando vários níveis de análise. A autora propõe olhar as mudanças geográficas dos grupos como uma adaptação a um novo ecossistema, repartindo esta viagem em três fases. Uma primeira, de desequilíbrio que leva os migrantes à saída do seu ecossistema, uma segunda, de transferência, o processo de viagem, e uma terceira de estabilização, que já ocorre na sociedade de acolhimento. Esta última fase pressupõe outros três planos: instalação (adaptação ao ambiente); interação (alterações nos contextos de chegada) e *feedback* (alargamento das redes de conhecimentos, de forma a facilitar a chegada do resto do grupo). A proposta deste novo modelo procura compreender que a mobilidade não pressupõe uma desordem, porque há uma tentativa de partilha dos grupos de migrantes de se adaptarem da melhor forma ao ambiente que se encontram. Como exemplo, Lomnitz refere os enclaves, bairros étnicos que procuram manter a sua estrutura familiar e as suas características culturais.

Estas duas visões abordam uma questão muito estudada nas ciências sociais, a simbiose entre o estudo da mobilidade das pessoas e a relação com o ambiente. Esta abordagem depreende uma divisão linguística, cultural, racial, que pressupõe o migrante

como algo distinguível e objetificável. Isto coloca a cultura do país de acolhimento e de origem como sendo homogênea, invariavelmente contribuindo para uma ideia de coesão centrada num nacionalismo de século XIX, uma fronteira, uma cultura e uma língua.

Será, portanto, o papel do cientista social delimitar o objeto do seu estudo, ideia que se prende exatamente com a questão da delimitação do objeto de estudo pelo antropólogo, *“Na etnografia clássica, normalmente os limites do objeto eram impostos por fronteiras geográficas ou étnicas bem precisas, mas no mundo contemporâneo tais limites desvanecem-se.”* (Sarró e Lima, 2006,25).

Como delimitamos então o estudo das migrações? E em particular, os migrantes como agentes? Poderíamos dividir a literatura da Antropologia das Migrações em dois grandes blocos de análise teórica, um referente à questão identitária e outro à questão de escalas/transnacionalismo. Sendo os dois grandes blocos complementares nas suas contribuições para a disciplina.

A discussão identitária surge com o início dos estudos das migrações, a partir da sua interligação com a cidade e os vários espaços associados a cada grupo. Os primeiros trabalhos sobre migração partem da Escola de Chicago e do Rhodes Livingstone Institute, que olham os migrantes em novos contextos urbanos e de que forma contribuem para esse novo ambiente (ecologia). O migrante é aqui associado ao Outro, o exterior à cultura de acolhimento, que até se coloca no espaço urbano de forma delimitada, nos enclaves étnicos (Brettel, 2000). Para além da interligação com a cidade e os movimentos coletivos de mobilidade, Brubaker (2002) centraliza o problema na etnicidade em si. Ou seja, as teorias até aqui desenvolvidas, partem da premissa do estudo de um grupo, de uma etnicidade. Um estudo que surge da delimitação de um grupo tem consequências ideológicas, pois assume que todas as pessoas desse mesmo grupo são homogêneas. Neste artigo, ele centra-se nas problemáticas que surgem ao pensar a partir de um grupo de conceitos como etnicidade, nacionalidade e raça.

Podemos pensar a etnicidade a partir de vários moldes e hábitos culturais, por categorias práticas, como idiomas culturais, rotinas organizadas, formas institucionalizadas, projetos políticos e eventos. A ideia de categoria é fundamental para compreender o ponto de Brubaker. Porque a nossa percepção tanto de grupo como de

categoria parte de um conjunto de significâncias e vivências que nos permitem agrupar e selecionar pessoas. *“They are not things in the world, but perspectives on the world”* (Brubaker, 2002,174). Esta afirmação transforma toda a categorização e por consequência o estudo da etnicidade, num processo identitário e performativo. Processo este que tanto pode provir de uma escolha individual como imposta.

Esta discussão pode ser aprofundada pela contribuição anterior de Barth (1969), onde questiona o grupo étnico e as suas fronteiras. Sendo um texto muito importante para compreender a necessidade da criação de um grupo em prol de uma manutenção da qualidade de vida, e que tal agrupamento parte de vários processos. *“Contudo, apesar de tais processos, a denominação étnica recobre várias características simultâneas que, sem nenhuma dúvida, formam constelações estatísticas, mas que não são, absolutamente, interdependentes e conectadas. Deste modo, ocorrerão variações entre os membros, alguns deles manifestando muitas características e outros, poucas.”* (Barth, 1969,214). Esta denominação étnica implica critérios, sinais de identificação e uma estrutura que permite a persistência do grupo, através de fronteiras étnicas.

A partir destes dois textos é possível compreender uma ideia muito importante, o grupo tem que ser desconstruído de forma a compreender quais foram os processos que deram origem à sua formação. Esta base teórica permite questionar no meu trabalho, quem são estes migrantes que quero estudar? Não vou estudar etnicidade nem nacionalidade brasileira, pois tal como Brubaker argumenta, tais conceitos são construídos artificialmente em prol de uma hierarquia de poder que não será possível aprofundar neste projeto, mas que permitem atribuir uma identidade de grupo ao migrante, e o papel do investigador seria compreender quais foram então os processos que levaram a essa identificação.

Outro paradigma metodológico dentro da antropologia das migrações é o transnacionalismo. Pensar o migrante como tendo agência, como indivíduos ativos, capazes de construir identidades.

O transnacionalismo dá conta do processo social onde os migrantes operam em vários campos simultaneamente, ultrapassando fronteiras geográficas, políticas e culturais, revelando-se uma nova teorização espaço-lugar.

Bach explora a forma como o transnacionalismo permite olhar o migrante como pessoas com agência, *“transmigrants take actions, make decisions, and feel concerns, and develop identities within social networks that connect them to two or more societies simultaneously”* (Bach, 2002,2), o migrante vai para além da sua nacionalidade para se afirmar como um indivíduo com identidades complexas, fluídas e múltiplas.

Glick-Schiller e Çaglar, escrevem por sua vez, vários artigos onde exploram o transnacionalismo, recordando o leitor que o transnacionalismo como vivência do migrante não é novo, o migrante sempre manteve relação com o seu país de origem, criando uma experiência multidimensional nos vários parâmetros da sua vida, criticando o estudo das migrações: *“However, even those in migration studies who strive to look beyond ethnic and religious difference find themselves referring to people of migrant background as belonging to distinctive ethno-religious communities with unique ‘trajectories’.”* (Glick-Schiller e Çaglar, 2011,17).

A articulação destes textos permite pensar o transnacionalismo como estratégia, ver as várias escalas em que o migrante está inserido, de forma a compreender as várias sociabilidades em que se encontra. Esta dimensão está diretamente interligada com o conceito explorado por Vertovec, a super-diversidade.

Vertovec apresenta a super-diversidade como uma ferramenta para olhar o migrante numa dimensão multidimensional. O migrante não representa apenas uma nacionalidade, etnicidade, estatuto económico, como é invariavelmente visto pelo Estado (Vertovec, 2007), mas enquadra-se em diversas categorias - parentesco, género, redes de sociabilidade, religião, hábitos culturais - que o transformam num sujeito complexo. A super-diversidade contribui para a discussão sobre o que é a diversidade e a homogeneização do grupo, tal como os conceitos explorados a partir da questão identitária.

Todas estas dimensões exploradas e os textos referenciados fizeram-me questionar a própria abordagem que teria no trabalho de campo. Ao esquematizar o trabalho em redor da ideia de estudar migrantes brasileiros surgiu assim o ponto de partida para compreender outras temáticas que se foram tornando óbvias, o transnacionalismo político, a relação com a política portuguesa e sobretudo a construção de uma identidade política que transcende a nacionalidade.

Nesta dissertação vou estudar migrantes brasileiros que se identificam com uma posição política específica. Parte de uma questão de tipo de migração, escolha política, *background* político, social e económico, possivelmente até familiar. Esta categorização subtrai o nacionalismo inerente ao estudo dos migrantes, sendo que não é a etnicidade o ponto de partida, mas sim o sistema de valores associados a uma determinada ação, neste caso a discussão ativa política e a sua manifestação pública nas ruas.

Esta associação entre nacionalismo e migrações é explorada extensivamente no artigo de Wimmer e Glick-Schiller (2003), onde é possível compreender a afirmação do nacionalismo na história contemporânea e o papel das ciências sociais de o normalizar, chamado nacionalismo metodológico. “*Methodological nationalism is the naturalization of the nation-state by the social sciences.*” (Wimmer e Glick-Schiller, 2003,576). O nacionalismo metodológico ignora a importância do nacionalismo nos trabalhos, naturaliza as fronteiras do estado-nação e cria a ideia de coesão dentro de limites territoriais, onde a entrada de imigrantes seria o fator desestabilizador da harmonia e do projeto comum (Glick-Schiller, Çaglar e Gulbranden, 2006).

Por isso, a ideia de nacionalidade é incontornável. Há uma constante afirmação dos interlocutores da presente dissertação da sua pertença ao Brasil, através da sua contestação política. A ideia de uma comunidade imaginada (Anderson 2012[1998]) não se verifica pela homogeneização do grupo nacional, mas da sua dimensão política e de mobilidade que é visível com o transnacionalismo.

A luta transnacional e política feita em locais de mobilidade diferentes acrescenta ao debate sobre o nacionalismo a materialização física da ocupação do espaço público. A distância entre a espacialidade física da manifestação e os acontecimentos que estão a ser contestados, permite olhar o migrante transnacional, não só como pertencente a um grupo mas também como um agente político ativo nos diversos contextos onde se movimenta.

Ao longo do trabalho é dado ênfase a esta dimensão, que vai para lá da relação entre o país de acolhimento e de origem e da comunidade imaginada construída entre todos os que estão em mobilidade e o seu país. A dimensão global é inerente à atividade política que tanto caracteriza os grupos estudados.

Através de um discurso abrangente sobre democracia, luta contra a desigualdade e injustiça, que parte da situação do Brasil para falar do resto do mundo, os membros dos grupos assumem uma pertença global. Passam assim a ser também cidadãos globais, que partilham um conjunto de valores e ações identificáveis no seu discurso político e na presença nas manifestações, extrapolando a ligação ao país de origem e de acolhimento.

Após esta compreensão do posicionamento das teorias das migrações referentes ao trabalho em questão, o passo seguinte é compreender qual o terreno onde estas movimentações decorrem, centrando a problemática no espaço ocupado - a cidade.

0.4. Como pensar a cidade, que espaço é este?

E a cidade? De que forma se pode olhar a cidade? Através de várias escolas que pensaram o meio urbano é possível enumerar diversos autores que ajudaram na construção do pensamento sobre a cidade.

A construção do anonimato nas grandes metrópoles, a vida urbana e as suas complexidades e o impacto que a cidade tem no indivíduo são primeiro exploradas por Simmel no seu texto, *A Metrópole e a Vida* de 1902. Park em 1916 escreve “*A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*”, onde explora várias questões a serem colocadas tanto ao indivíduo como à sociedade, dentro do contexto da cidade (Park, 1967[1916]).

A cidade como objeto de estudo começa assim em Chicago, durante os anos 20, com um grupo de investigadores a procurar perceber as várias mudanças que a cidade tinha sofrido nos últimos anos. Nestas primeiras investigações a cidade era vista como o fruto de espaços e grupos que se organizam entre si numa planificação identificável (Sopranzetti, 2019). A Escola de Chicago concentra-se assim nas questões sociais, na forma urbana da cidade e nas comunidades locais (Bulmer, 1984).

Trabalhos como o de Burgess (1925) sobre o crescimento urbano de Chicago, onde através da elaboração de mapas e textos é possível fazer a caracterização de cada área, desde a Zona de Transição, como o espaço migrante – Little Sicily, China Town; ou os espaços dos trabalhadores, das classes mais altas, ou as zonas marginalizadas. Desta forma a cidade

é vista num processo de crescimento que varia conforme o estatuto económico, social ou racial das pessoas que habitam cada área urbana. Este mapeamento caracterizou a escola de Chicago nos seus estudos sobre a segregação, como exemplo o trabalho sobre os sem-abrigo, de Nels Anderson, de 1927, *The Hobo*; ou o trabalho de Louis Wirth em 1928, sobre os judeus em Chicago, *The Ghetto*.

Louis Wirth propõe três categorias de análise, dimensão, densidade e heterogeneidade, para pensar e caracterizar as cidades, compreendendo a importância da organização para a manutenção da vida quotidiana. *“Considerando que, para os propósitos da maioria dos grupos, é impossível, na cidade, atrair individualmente o grande número de indivíduos isolados e diferenciados, e, considerando que, somente através de organizações às quais os homens pertencem, seus interesses e recursos podem ser recrutados para uma causa coletiva, pode-se inferir que o controle social na cidade deve tipicamente processar-se por meio de grupos formalmente organizados.”*(Wirth, 1967[1938]).

Desenvolvendo a sociologia urbana a partir de Chicago, estes autores construíram as bases teóricas para olhar a cidade como um organismo habitado pelas pessoas, através dos seus processos de transformação socio-espacial, centrado por vezes em temáticas conotadas como negativas - delinquência, droga e desorganização (Anderson, 1927) ou prostituição e crime em Chicago de Reckless (1933). Os autores da Escola de Chicago olham a cidade através de mosaicos sociais que estão no seu interior, explorando as comunidades e as modalidades de coexistência. No decorrer do século, foram desenvolvidos vários trabalhos com base em questões urbanas que tocam noutros assuntos, como formas de sociabilidade, consumo, usos do tempo e lazer (Whyte, 1943; Duneier, 1999; Grazian, 2003).

Em paralelo, a Escola Sociológica Francesa começou por abordar a temática do espaço desde o final do século XIX, seguindo duas construções conceptuais relevantes, o espaço como representação e o espaço como realidade material (Silvano, 2010). Enquadrados nesta escola estão os trabalhos de Durkheim, Marcel Mauss e Maurice Halbwachs.

Com estes textos surgem novas questões. Como é que os indivíduos se relacionam com a sociedade e com o espaço à sua volta? Olhando para o espaço em si, os autores da Escola Francesa procuram compreender de que forma este é um veículo de vivência, de estruturação da identidade coletiva.

Para Durkheim o espaço é indissociável da sociedade, existindo assim uma correspondência entre a organização social e a representação do espaço (Durkheim, 2002 [1912]). A partir desta reflexão surge o conceito de morfologia social, onde a materialidade, práticas e representações são pensadas sobre o espaço, de forma a este ter diversos níveis de análise (Halbwachs, 2010[1938]).

Marcel Mauss explorou o conceito de morfologia social no seu trabalho sobre os Inuítes, onde descreve que estes tinham duas formas diferentes de organização material conforme as estações do ano. Estas diferenças iam para além da materialidade para alterar a organização económica, social e religiosa da comunidade (Mauss, 1974 [1950]). Sendo assim possível compreender a forte relação entre o espaço que é habitado e a vida da comunidade.

Numa outra vertente, Halbwachs olha o espaço como englobando em si a memória do grupo, grupo este que o molda, habita e altera (Halbwachs, 1990[1950]). Desta forma o espaço é fundamental para a garantia da identidade do grupo, mas o grupo também é fundamental para o espaço, adaptando-se ao mesmo.

A Escola Sociológica Francesa permite refletir a cidade como um organismo não só de organização mas também de interligação absoluta com a sociedade que a habita, contribuindo para a noção de lugar enquanto espaço de memória.

Numa análise dos vários trabalhos enquadrados dentro do estudo do urbano, Cordeiro (2003) refere que a importância dos trabalhos anglo-saxónicos é fundamental para compreender a alteração de estudar algo no contexto citadino, ou estudar a cidade em si. Passar o foco dos trabalhos feitos na cidade, para uma antropologia da cidade, que se centre numa microescala do quotidiano e no contato pessoal entre observador e observado. Refere o crescimento da antropologia urbana no Brasil, com trabalhos como *Utopia Urbana*, centrado num prédio de classe média em Copacabana (Velho, 1973); e nos trabalhos de

antropologia urbana em Portugal, tais como, as marchas populares (Costa, 1991; Cordeiro, 1997) e os bairros populares (Costa, 1999).

No contexto urbano, a ocupação do espaço por grupos de imigrantes é um tema muito relevante. Bretell (2000) procura compreender de que forma se pode estudar a integração dos imigrantes nas cidades, propondo quatro abordagens. Uma abordagem histórica sobre os processos migratórios de cada cidade; uma abordagem por área segregada com ênfase numa etnicidade; através dos enclaves étnicos e os nichos de trabalho; uma abordagem a partir do *ethos* da cidade, o conjunto de valores que a caracteriza.

Berg e Sigona (2013), no seu trabalho sobre imigrantes no espaço urbano, começam por problematizar o objeto de estudo que a antropologia construiu ao redor dos migrantes, propondo alterar o foco, compreender o grupo e a sua relação com o lugar, bem como as mudanças e flutuações identitárias. Propõem assim três formas para o uso do conceito de diversidade; como uma narrativa, um facto social ou como uma ferramenta política.

Para pensar os migrantes na cidade é importante também refletir sobre a cidade em si, nesse caso Sassen explora a ideia de cidade global no início dos anos 90 - cidades que partilham uma responsabilidade elevada de organização económica são locais centrais para as lideranças das empresas, com serviços financeiros e especializados, muitas vezes destacando-se no campo das inovações (Sassen, 1994).

A inserção dos migrantes na cidade a partir de uma escala económica é analisada por Glick-Schiller e Çaglar (2009). As autoras propõem atribuir à cidade um posicionamento numa escala hierárquica consolidada a partir da sua importância económica. Ao olhar para a cidade como sendo global, mas ao mesmo tempo situá-la em partes distintas de trajetórias de poder, ajuda a compreender como é feita a adaptação das comunidades migrantes no seu interior. A cidade de *Top Scale*, considerada como cosmopolita, procura o capital externo e apoia e incentiva organizações multiculturais. A cidade de *Up Scale*, compreende a importância da diversidade do capital económico e cultural, procurando profissionais migrantes para ocupar posições elevadas nas empresas importantes, de forma a alargar a sua rede transnacional. A cidade de *Low Scale*, os migrantes contribuem para o re-populacionamento e gentrificação do centro urbano, ao investirem o seu capital em negócios e melhoramento de habitações, pouco a pouco ajudam

a cidade a requalificar-se no seu posicionamento global. E por fim, a cidade de *Down Scale*, que não é capaz de se reconstruir e tem dificuldade em passar uma imagem cosmopolita e atraente, procurando migrantes que trabalhem com salários baixos, mesmo que sejam qualificados. A partir desta análise de escalas, onde se olha o migrante inserido na cidade, por sua vez inserida num continuum de atividade económica que lhe atribui capital para investir em instituições sociais que melhor integrem os seus habitantes, percebemos que os migrantes são agentes ativos no que toca à reestruturação urbana e tecido económico de uma determinada cidade (Glick-Schiller e Çağlar, 2009).

Sobre a questão urbana recorremos a Lefebvre, onde vê o espaço como um processo, não sendo uma causa-efeito de atos sociais (Lefebvre, 2009 [1978]). Neste espaço está representada a sociedade, sendo possível compreender as relações de produção na cidade. Castells também parte de uma análise económica do espaço, traçando a relação entre as estruturas de consumo coletivo, as estruturas urbanas e os movimentos sociais (Castells, 2009 [1974]).

Recentemente, no livro *The Routledge Handbook of Anthropology and the City* (Low, 2019), são explorados vários tópicos que refletem o estudo da antropologia urbana contemporânea. Tópicos esses que partindo de uma preocupação ativa com o bem estar das populações, se centram nos temas hoje mais relevantes, numa sociedade em rápida mudança: a precarização (pobreza, marginalidade e exclusão urbana), o realojamento e mobilidade, a segurança e insegurança, o ambiente e sustentabilidade, a cidadania e justiça social, a governança, privatização, preservação e expressão cultural.

Estudar o urbano é sem dúvida uma constante nas ciências sociais, sendo não só o palco onde são estudadas tantas outras temáticas, como também um organismo intrigante que suscita por si só diferentes reflexões. Esta abrangência de visões sobre a cidade e o espaço que habitamos e nos movimentamos foi sem dúvida um catalisador para esta dissertação. A partir de todos estes autores, aprendemos a olhar a cidade como um ponto de interrogação. É possível ver tantas coisas num mapa, numa praça, numa rua ou num bairro. Há tantas perguntas a que nos podemos propor responder, daí os Estudos Urbanos ajudarem a compreender a diversidade de linhas teóricas que o espaço nos sugere.

Neste momento, gostaria de estudar a cidade como espaço que nos remete para uma reflexão abrangente. Por um lado a ocupação do espaço público por grupos de migrantes numa lógica de direito à cidade, pois a cidade é de quem a habita; e por outro lado é visível uma lógica de resistência, a rua como palco de fala e o seu papel na manutenção do discurso do grupo. Estas perguntas apenas surgiram pela tentativa de proximidade construída com Lefebvre e o direito à cidade e com Halbwachs na proposta da agencialidade do espaço, como lugar de troca constante entre quem o ocupa e a própria materialidade do lugar.

A literatura sobre a cidade que constituiu a base de reflexão do trabalho, contribuiu para a compreensão do espaço como terreno e agente no trabalho. Queria olhar o local onde decorriam as manifestações, a Praça Luís de Camões, não só como o lugar de encontro mas também como tendo uma função que vai para além da sua centralidade e exposição na cidade de Lisboa. Gostaria de compreender de que forma o próprio espaço contribuía para a constituição e desenvolvimento do grupo. Qual a sua importância para a existência do grupo; Qual o papel do espaço público nos momentos de contestação e de que forma o lugar é utilizado como espaço de fala. Questionar a sua utilização como o espaço de fala e a ligação que cria entre quem os ocupa, como plataforma de ligação entre todos os cidadãos globais que gritam em várias praças do mundo contra as mesmas injustiças.

A relação que foi estabelecida com a Praça Luís de Camões e o espaço da rua é explorada até ao ponto de simbiose entre a atividade política e a sua materialização na rua, compreendendo a cidade como território essencial de contestação.

0.5. Metodologia

No decurso da problemática anteriormente delineada, surge a questão da metodologia. De que maneira pode o investigador aproximar-se do seu objeto de estudo sem o restringir apenas a uma dimensão opaca e categorizada. Sabendo que gostaria de cobrir duas temáticas centrais - ação na rua e envolvimento transnacional - e que para tal seria necessário não só estar envolvida ativamente com as atividades do Coletivo mas também planear entrevistas com elementos chave, de forma a ter uma visão global das ações do Coletivo, a observação participante surgiu como a metodológica a seguir.

A utilização do método etnográfico por excelência, onde se dá uma inserção absoluta no terreno, uma partilha com o estilo de vida, linguagem e tradições da comunidade a ser estudada, tem vindo a ser profundamente debatida dentro da antropologia (Ramón e Lima, 2006). Devido à alteração do terreno antropológico, ao envolvimento com outras áreas científicas e aos novos desafios contemporâneos (urbanização crescente, globalização e o peso dos *media*, por exemplo), o método etnográfico é adaptado às circunstâncias de cada contexto, mantendo como base um *“acordo instável: o etnógrafo fala sobre o mundo dos outros sem poder nunca arrogar-se o direito de falar pelos (ou como os) outros. Falo, contudo, como resultado de um processo de investigação que envolve intersubjetividade, o que inevitavelmente implica empatia e cria uma responsabilidade ética”* (Pina Cabral, 2006, 191).

Estas preocupações preencheram o início do trabalho de campo, de que forma conseguiria estar no terreno e criar um discurso etnográfico adequado à situação. Se o conseguiria fazer de maneira a não essencializar as pessoas que se envolvessem comigo no trabalho, e que permitisse manter o rigor metodológico. Não queria cristalizar no tempo a sua envolvimento no Coletivo, ou apagar a sua essência multidimensional do contexto do trabalho. A questão do encerramento/fluxos (Ramón e Lima, 2006) era aqui exposto, sendo que procurava estudar as ações e discursos de um grupo, mas principalmente a sua envolvimento com a cidade. As pessoas dentro do Coletivo constituem-no e constituem este trabalho, apenas enquadradas dentro da sua ação política com o grupo. Não tive forma de explorar mais a fundo a dimensão pessoal de cada um com o contexto. Embora abordado em cada entrevista uma pequena parte pessoal, de história migratória, percurso académico e envolvimento político ao longo da vida, não tive a possibilidade neste trabalho de fazer jus ao percurso pessoal de cada um, para me centrar apenas na história e no envolvimento político dos grupos de migrantes em Lisboa, tendo o Coletivo Andorinha como foco central.

Tendo em conta a observação participante que seria necessária para compreender as ações e os discursos do Coletivo, esta tornou-se num dos métodos de concretização do trabalho. A observação participante, neste caso, limita-se a reuniões abertas e manifestações no espaço público, em locais de convívio e momentos de lazer. É participante porque também eu ocupo o mesmo espaço que o grupo e também eu bebo um copo de vinho ao seu lado enquanto se discute política. Não será feita uma imersão profunda no terreno, não

há limites territoriais que o permitam fazer. O contexto urbano tem em si uma lógica de ocupação própria, partilhava os mesmos espaços quando possível e no final do dia, voltava para os meus próprios percursos metropolitanos, sendo que também estava em casa (Berg, 2006).

As entrevistas, longas e curtas, os discursos politizados em reuniões e jantares, os gritos de ordem na rua e preocupações expostas em forma de confiança nas redes sociais, permitiram uma aproximação aos membros do grupo em questão. O facto de encontrar espontaneamente os seus membros na faculdade, em festivais de cinema e em eventos em cafés e bares, reafirma uma partilha de certas esferas sociais. O facto de abertamente discutir na primeira pessoa tópicos polémicos e acenar positivamente a comentários políticos, assegurou uma camaradagem instantânea. Uma partilha, também minha, dessa identidade política. Esta foi uma das grandes contribuições para o trabalho.

“O trabalho de campo é, também, moldado pelas circunstâncias do mundo em que vivemos e das nossas próprias posições em relação a esse mundo.” (Mapril, 2006). Desta forma, o olhar sobre o trabalho de campo varia conforme o investigador, seja através do recorte do terreno, da metodologia utilizada e do posicionamento perante as situações.

A entrada no terreno e a construção de confiança até realizar as entrevistas apenas foram possíveis devido a essa proximidade política. O papel do investigador passivo não se deu a falar de temas como a ascensão de Bolsonaro ao poder ou o assassinato de Marielle Franco. Temas esses que são tão centrais para a ação do Coletivo que exigiam uma tomada de posição da minha parte.

Este papel político do antropólogo é explorado por Scheper-Hughes (1995), onde através de vários exemplos do seu papel no terreno demonstra que é possível ter uma antropologia militante, com agência, envolvimento com a comunidade e assumir um papel crítico perante as circunstâncias. *“Anthropologist, no less than any other professionals, should be held accountable for how we have used and how we failed to use anthropology as a critical tool at crucial historical moments.”* (Scheper-Hughes, 1995,419).

A antropologia encontra-se num meio termo, entre um campo de conhecimento, de ação e de luta (Scheper-Hughes, 1995). O investigador pode assim posicionar-se nos três campos, fazer parte da ação e da luta, ao mesmo tempo que pensa o seu trabalho. Pode e

deve participar nos movimentos sociais, envolver-se neles, ter um papel ativo e utilizar a sua posição não para ensinar, mas sim para influenciar outras esferas académicas e políticas (Bourdieu, 2002).

Low (2019) explora o papel cada vez mais ativo dos antropólogos, demonstrando diferentes formas de fazer antropologia de forma engajada. A antropologia de protesto, onde o investigador participa de forma colaborativa nas ações; antropologia militante, o investigador contribui para os movimentos sociais mas mantendo a sua posição de etnógrafo clara; e antropologia positiva, que pretende ajudar o contexto que estuda e divulgá-lo. Para além de um maior envolvimento político com a investigação, a antropologia deveria ter um impacto positivo e de interesse geral, contribuindo para fechar a distância entre a sociedade e os estudiosos. Desta forma, todo processo da etnografia foi construído à volta de uma antropologia engajada, com transparência política da minha parte e envolvimento com as ações e os discursos proferidos pelo Coletivo.

Após delimitado o terreno com base no envolvimento político, foi possível pensar ativamente no percurso metodológico a seguir. Em Setembro de 2018, fiz uma entrevista exploratória compreendendo que isso ajudaria a construir um mapa mental de como planear a entrada no terreno e ajudar-me-ia a ter uma ideia concreta do trabalho realizado pelo Coletivo Andorinha na cidade de Lisboa.

Após esta primeira abordagem ao terreno, entrei em contato direto com o Coletivo Andorinha. Enviei uma mensagem para o Facebook, explicando brevemente o meu trabalho, ao qual foi rapidamente respondida com o convite de participar na reunião seguinte. Este foi o início do trabalho de campo, que teve um primeiro envolvimento em Novembro de 2018 e outro em Janeiro de 2019. Posteriormente entre Fevereiro e finais de Junho de 2019 decorreu de forma contínua.

Entre este período de tempo acompanhei o Coletivo Andorinha em oito reuniões, nove manifestações e sete conferências, debates ou outros eventos organizados pelo Coletivo ou associação amiga. Acompanhada de um caderno de campo, fui tirando várias notas no decorrer deste período, ao mesmo tempo que utilizava o telefone para gravar algumas intervenções nas manifestações, ou tirar fotografias. A importância de tomar notas facilitou o trabalho da análise dos dados (Beaud e Weber, 2007[1997]). Desta forma tinha

a descrição detalhada da manifestação, com algumas anotações teóricas e interligações feitas no terreno, de forma espontânea, interessantes para depois refletir (Smith, Staples e Rapport, 2015).

A escolha de concentrar as entrevistas no fim do trabalho de campo foi uma opção metodológica, dando-me tempo para construir uma proximidade com o Coletivo. Percebi que estando envolvida nos preparativos para o 25 de Abril e o 1º de Maio estabeleceria uma relação mais próxima com os membros, sendo depois mais fácil marcar uma entrevista. Nove das onze entrevistas que realizei foram feitas entre Maio e Junho de 2019, presencialmente. Uma outra foi feita por Skype, entre Lisboa e Rio de Janeiro, em Dezembro de 2019. E a última foi realizada em Lisboa, na Casa do Brasil em Fevereiro de 2020.

Tendo em conta os grupos que constituem a parte etnográfica do trabalho, realizei mais entrevistas com os membros do Coletivo Andorinha. Selecionei cinco membros do Coletivo que na altura eram as pessoas com presença mais constante. Para além dos cinco, entrevistei um militante ativo do Núcleo do Partido dos Trabalhadores, que também faz parte do Coletivo. Incorporado nestes dois grupos (Coletivo e Núcleo), estão também os dois membros da Juventude do Partido dos Trabalhadores que entrevistei. Fora deste segmento, entrevistei duas pessoas do grupo Contra o Ódio - Pela Democracia. Por fim, a última entrevista foi com a Direção da Casa do Brasil. Desta forma foram feitas onze entrevistas formais.

A sua maioria deu-se em esplanadas de cafés no centro de Lisboa, durante o dia e com o auxílio de gravador. Desta forma foi possível encontrar um equilíbrio entre um ambiente familiar e descontraído, quase como um acontecimento social (Smith e Staples, 2015) e um momento de entrevista formal, com o uso do gravador. A escolha de utilização do gravador foi confirmada previamente com cada entrevistado, e revelou-se muito importante para o presente trabalho, sendo que é assim possível citar diretamente as diferentes falas. Uma das características que friso como relevante, é o facto de várias vezes os membros do Coletivo serem convidados a falar em público, a dar entrevistas para meios de comunicação ou a fazer discursos nas manifestações. Esta sua experiência fez com que o processo de entrevista tenha corrido muito bem.

“Oral sources tell us not just what people did, but what they wanted to do, what they believed they were doing, and what they now think they did” (Portelli, 2003). Sendo o guião igual em todos os casos, foi interessante encontrar diferentes olhares e descrições sobre o mesmo acontecimento ou decisões. No entanto, no discurso de todos estava presente os mesmos fios condutores de pensamento, reflexões essas que me desafiaram a colocar novas questões ao terreno.

As entrevistas foram uma das fontes principais de recolha de informação. Após a sua transcrição, prossegui a uma análise por categorias. Foram divididas em temáticas e consequentemente analisadas, dando corpo etnográfico ao trabalho. Estas categorias de análise foram definidas de forma geral previamente à entrevista, dividindo o guião em quatro grandes blocos - uma caracterização demográfica e de história familiar, história e objetivos do grupo que pertencia, quais as ações realizadas em grupo (com ênfase nas manifestações) e qual a relação com o Brasil. Esses quatro blocos foram depois aprofundados em várias categorias, criando diferentes linhas narrativas, de forma a auxiliar na análise de conteúdo e depois na escrita (Barley, 1983).

Como referido, as entrevistas foram feitas pessoalmente, numa hora e localização agradável escolhida pelo entrevistado (Slim, Thompson, Bennett e Cross, 2003). O guião foi planeado com questões abertas e semi-abertas (Albarelo, 2005), dando espaço para cada entrevistado explorar os tópicos onde se sentia mais à vontade, ao mesmo tempo que era mantido um fio condutor por toda a entrevista.

A inclusão de citações como anónimas no trabalho final não foi uma decisão unânime. Alguns dos entrevistados pediram especificamente para não serem identificados, enquanto outros tinham a opinião oposta. Para uniformizar, optei por colocar todos os membros do Coletivo Andorinha, Núcleo do PT, Juventude do PT e Contra o Ódio- Pela Democracia de forma anónima, através da identificação por letras aleatórias, diferentes do seu nome. A única entrevista que não está anónima foi com a Direção da Casa do Brasil de Lisboa, Cyntia de Paula, devido ao carácter da associação que representa.

Durante todo o processo do trabalho de campo, fui acompanhada com um diário de campo. Este ficou preenchido com as frases das manifestações, pequenas anotações de circunstância e descrições detalhadas do ambiente. Nas reuniões fiz resumos das várias

intervenções, e das questões apresentadas e discutidas. Compilei todas estas informações num documento extenso, organizado por temáticas e utilizado como consulta constante no processo de escrita da dissertação. É possível encontrar na presente dissertação, não só excertos das entrevistas, mas também de pequenas intervenções das manifestações e descrições das mesmas, extraídas do diário de campo. No entanto, não cito diretamente o diário de campo no que toca às reuniões, pois sendo um espaço aberto, não deixa de ser um momento de discussão interna, sempre com pessoas diferentes e com vários pontos de vista em debate. Sendo assim, procurei partir do que tive oportunidade de testemunhar nas reuniões e incorporar essas preocupações e dúvidas ao longo do texto, na forma como foram elaboradas as questões e no próprio rumo do trabalho.

0.6. Estrutura da dissertação

Após uma breve apresentação dos textos e do trabalho de campo que permitiram delimitar a dissertação que se segue, optei pela seguinte estrutura do trabalho.

O Capítulo 1 surge como obrigatório para uma caracterização da Imigração Brasileira em Portugal. Apresenta de forma geral as diferentes vagas da imigração brasileira procurando perceber onde se enquadram os membros do Coletivo Andorinha e os restantes informantes nestas vagas.

No Capítulo 2 relato a história do surgimento do Coletivo Andorinha, os seus objetivos e as suas estratégias para cumprir esses objetivos. Procuro fazer uma caracterização detalhada a partir das entrevistas realizadas, construindo a sua história a partir do ponto de vista dos membros de cada grupo. É aplicada a mesma estratégia, de forma mais breve, para os seguintes grupos – Núcleo do Partido dos Trabalhadores de Lisboa, Juventude do Partido dos Trabalhadores, Contra o Ódio-Pela Democracia e Casa do Brasil de Lisboa.

Nos capítulos seguintes é feita uma interligação entre as ações dos grupos com uma característica teórica presente nos seus discursos, dividindo em três grandes blocos – a ocupação do espaço público, o transnacionalismo político e a luta internacional.

Deste modo, o capítulo 3 começa com a descrição da concentração por Marielle Franco, passado um ano do seu assassinato. A partir deste momento é feita uma discussão sobre a utilização do espaço público. Primeiro é questionado o porquê das manifestações serem sempre na Praça Luís de Camões; segundo a esquematização da utilização da rua para as atividades e objetivos do Coletivo, de um ponto de vista funcional; e terceiro uma reflexão teórica sobre a importância que a rua representa para a construção identitária do Coletivo.

O Capítulo 4 centra-se no transnacionalismo político. Inicia-se com a descrição da manifestação Contra os Cortes na Educação e explora a correlação entre estes atos no Brasil e em Lisboa. Após uma reflexão sobre o transnacionalismo político é feita uma análise por níveis de forma a observar a relação entre o Coletivo em Lisboa e o Brasil, entre o Coletivo e outras instituições da cidade e por último entre o Coletivo e a própria comunidade brasileira. Procurando compreender onde se movimenta o Coletivo e quais as suas relações nestes diferentes contextos.

O último capítulo, Capítulo 5, procura juntar as duas temáticas anteriores, iniciando uma discussão sobre o papel do indivíduo transnacional com uma agenda política coletiva e de que forma esta agenda é materializada no espaço público das cidades que ocupa.

Para além de um diálogo teórico construído a partir das ações e discursos do Coletivo Andorinha, é importante ressaltar que numa altura da política brasileira que se mostra ameaçadora a quem se posiciona contra o governo, as pessoas que em todas as manifestações ocupam o espaço público e usam a sua voz para demonstrar indignação, dão também voz a esta dissertação.

1. Imigração Brasileira em Portugal, uma breve abordagem

Neste primeiro capítulo é feita uma breve abordagem da história da imigração brasileira em Portugal. Explora as características gerais de cada vaga de imigração, a primeira vaga entre os anos 80 e 90, e uma segunda vaga a partir do final dos anos 90. Na segunda parte do texto são apresentados os dados referentes aos membros entrevistados dos grupos de discussão política brasileira em Lisboa, sendo possível ver algumas discrepâncias entre os dados pensados como as características da segunda vaga e a atualidade dos estudantes brasileiros que nos últimos anos têm chegado a Portugal.

Para contextualizar é importante compreender que Portugal tem uma história de emigração e imigração alargada. Pensando nos emigrantes, a partir das movimentações do último século, cerca de 358 mil portugueses saíram do país entre 1930 e 1954, optando pelo outro lado do Atlântico, maioritariamente Estados Unidos e Brasil (Pinho, 2012). Entre 1955 e 1974, 1 milhão e 361 mil portugueses procuraram outro país, centrando-se na Europa, nomeadamente em França, que durante esse período contou com quase um milhão de novas entradas de portugueses (Pinho, 2012). A partir de 1975, cerca de 20 mil portugueses saíam de Portugal, procurando outros países, no entanto é a partir de 1986 que os destinos se multiplicam, Reino Unido, Alemanha e Angola surgem como opções para os emigrantes portugueses (Pinho, 2012).

Pensando a partir da imigração, “ *foi um movimento populacional de dimensão imperceptível até 1974, situação que só se alterou com a democratização e a descolonização desencadeadas pelo 25 de Abril.*” (Pinho, 2012,116), com a chegada dos retornados e imigrantes provenientes das ex-colónias (Peixoto, Sabino e Abreu, 2009). Aumentando no entanto, a partir da entrada do país na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 (Peixoto, Sabino e Abreu, 2009). As perspectivas económicas alteraram-se e Portugal começou aos poucos a transformar-se num local atrativo para imigrantes (Malheiros, 2007). Entre 1981 e 2001, as populações estrangeiras mais numerosas eram oriundas dos PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), mas também da Europa, como França e Espanha e do continente Americano, Brasil e Venezuela. Em 2001, os PALOPS continuaram com maior expressão quantitativa, nomeadamente nacionalidade

angolana e cabo-verdiana, ao mesmo tempo que surgia um crescimento da população do Leste Europeu. Em 2008, as comunidades estrangeiras com mais presença em Portugal eram brasileiros, cabo-verdianos, romenos e moldavos, com um acentuado crescimento de população chinesa (Pinho, 2012).

Para melhor compreender o movimento migratório de brasileiros para Portugal, vários estudos ao longo dos anos centraram a sua atenção para as diferentes vagas de entrada em Portugal, procurando caracterizar as motivações para a emigração e o perfil socioeconómico dos migrantes. O Observatório das Migrações organizou um livro em 2007 intitulado *Imigração Brasileira em Portugal*, que procurava juntar vários estudiosos das migrações brasileiras e fazer uma coletânea de temáticas fundamentais para compreender o fenómeno. A partir do livro, compreendemos a divisão da migração brasileira para Portugal em duas vagas, uma primeira vaga desde o início dos anos 80 até ao final dos anos 90, caracterizada por ter habilitações académicas elevadas e ocupar postos de trabalhos em setores mais prestigiados. Uma segunda vaga, com início a partir do final dos anos 90, perto da viragem para o século XXI, detectamos uma alteração; o perfil do migrante é diferente, chegando a Portugal uma maior percentagem de pessoas com habilitações mais baixas e em busca de postos de trabalho com um rendimento mais elevado do que no Brasil, ocupando muitas vezes posições em ofícios precários.

No final da primeira década de 2000, Pedro Góis et al. (2009) realizou um trabalho, onde questiona se o perfil do imigrante brasileiro mudou, entre quem entrou entre 1999 e 2003 e após 2003. Observando os postos de trabalho que ocupam, Góis et al. afirma que, *“(...)pode acreditar-se que existe alguma continuidade no padrão migratório. Tal como a partir do final dos anos 90, a imigração mais recente é um fluxo de índole laboral, composto maioritariamente por adultos jovens, que aproveita as oportunidades dos segmentos mais precários do mercado de trabalho.”* (Góis et al. 2009, 129).

No entanto, a partir de 2015, devido à instabilidade política e social no Brasil e ao fim das medidas de austeridade em Portugal, deu-se um novo aumento da imigração brasileira. Esta vaga apresenta muitas características da segunda vaga, mas também uma maior diversidade de perfis, propondo assim uma nova dimensão da imigração brasileira em Portugal neste século XXI.

1.1. Primeira vaga - Anos 80/90

O agravamento da crise socioeconómica e política no Brasil, levou a que nos anos 80, mais de 2 milhões de pessoas saíssem do Brasil, maioritariamente para os Estados Unidos, Japão, alguns países da União Europeia, e para as áreas metropolitanas de Roma, Milão e Lisboa (Bógus, 2007).

Até então, *“a população brasileira crescia apenas ao ritmo demográfico dos nascimentos e das mortes, não havia saídas nem entradas significativas de estrangeiros que interferissem neste cenário de fechamento”* (Pinho, 2012, 110). No entanto, a partir dos anos 80, deu-se um aumento significativo no panorama das emigrações, para países da Europa; para os EUA, onde procuravam uma mobilidade social que fora bloqueada no Brasil; para o Japão, onde o carácter das migrações sendo mais temporário, tinha o objetivo de aumentar as poupanças e remessas. Por outro lado, assistimos ao fenómeno do movimento contínuo de migrantes entre o Paraguai e Brasil, que tinha por base a terra e a questão agrícola. (Pinho, 2012).

Este aumento de emigração brasileira, aliada à entrada de Portugal em 1986 na Comunidade Económica Europeia permite que num processo crescente, cada vez fosse aumentando mais o número de imigrantes brasileiros a escolherem Portugal como país de acolhimento. As razões eram variadas, no entanto, sobressai a facilidade linguística e a possibilidade de obtenção da nacionalidade devido a laços de parentesco. É igualmente de realçar os investimento económicos significativos de várias empresas brasileiras em Portugal, o crescimento de nichos de mercado de trabalho ou de serviços especializados por parte da comunidade brasileira já residente e, igualmente importante, a ideia de que Portugal seria a porta de entrada para a Europa, existindo uma maior facilidade de migração para outros países europeus (Vianna, 2001).

A imigração brasileira para Portugal nos anos 80 assume assim, uma natureza laboral mais notória (Machado, 1997), e a sua inserção laboral é mais diversificada do que os cidadãos dos PALOPS e outros estrangeiros oriundos da União Europeia (Malheiros, 2007).

O perfil da imigração brasileira nos anos 80 é relativamente semelhante até ao final dos anos 90, tendo assim a designação de primeira vaga (Malheiros, 2007). O seu perfil

demográfico e socioeconómico é jovem, em busca de oportunidade de trabalho. A maioria pensa em regressar ao país e as expectativas mais comuns que levaram ao processo migratório estão relacionadas com a procura de saída da crise, conhecer e abrir novos horizontes, juntar algum dinheiro e voltar (Vianna, 2001).

Em 1991, dos imigrantes brasileiros que viviam legalmente no país, 28,4% ocupam profissões liberais, 27,3% são estudantes, 25% trabalhava por conta própria, 16% têm empregos de média qualificação, 10,3% são professores e 5,3% trabalhava em sectores não qualificados (Bógus, 2007). Como podemos observar, esta primeira vaga é *“composta por uma larga parcela de imigrantes com níveis de instrução elevados e que se inseriram em segmentos mais qualificados do mercado de trabalho português”* (Malheiros, 2007,14).

A comunidade brasileira em Portugal centrava-se em Lisboa, em algumas cidades do centro do país como Aveiro e Coimbra, e no norte, Porto e Braga (Vianna, 2001). Em 1986, o total rondava os 7 mil indivíduos de nacionalidade brasileira, aumentando para 20 mil imigrantes até 1996 (Machado, 1997). Neste ano, as quatro comunidades de nacionalidade estrangeira mais numerosas eram de origem lusófona: cabo verdianos, brasileiros, angolanos e guineenses (Machado, 1997.)

1.2. Segunda vaga - a partir final anos 90

No final anos 90, a partir de 1998/99, dá-se um novo aumento da entrada de imigrantes brasileiros para Portugal, designando-se segunda vaga. As principais diferenças com a vaga anterior, prendem-se com o facto de serem migrantes mais novos, com uma proporção mais elevada de pessoas vindas de classe média-baixa, ocupando postos de trabalho no setor de serviços e construção civil (Malheiros, 2007).

Bógus (2007), caracteriza a população que sai do Brasil em três grandes blocos:

1. Entre os 15 e os 34 anos, população jovem, em geral solteiros, com qualificação profissional média e superior, com possibilidade de inserção em atividades comerciais autónomas, ramos de comércio e serviços, procurando trabalho em centros urbanos.

2. Entre os 25 e 44 anos, pouco qualificados, centrados numa migração de retorno, numa procura de ascensão social ao regressar ao país; o destino principal destes migrantes, que vão muitas vezes já com contratos de trabalho preestabelecidos é o Japão.
3. Por fim, jovens com reduzidos níveis de escolaridade, sem formação profissional específica e oriundos normalmente de pequenas e médias cidades brasileiras que procuram, fora do Brasil, trabalho doméstico que lhes permita mesmo assim ter uma remuneração superior ao das suas regiões de origem.

Esta vaga foi muito bem caracterizada através de um trabalho extenso feito pela Casa do Brasil de Lisboa, tendo por base 400 entrevistas a imigrantes brasileiros residentes em Lisboa e Setúbal, que tinham chegado entre 1998 e 1999, de forma a recolher dados que ajudassem a caracterizar o perfil dos imigrantes (Casa do Brasil em Lisboa, 2007).

Nas suas conclusões, a Casa do Brasil em Lisboa caracteriza o imigrante da segunda vaga como sendo muito jovem, 75% com idades compreendidas entre os 20 e 35 anos, maioritariamente masculino, (64% do sexo masculino para 36% de sexo feminino) e numa situação familiar onde estar solteiro/divorciado corresponde a 51,8%. Relativamente às habilitações académicas, 60% terminou o secundário e 7% tem um grau correspondente à licenciatura.

Para além desta caracterização geral, a Casa do Brasil procurou compreender outras dimensões da vida do migrante. Relativamente às condições de alojamento, quem reside em Portugal com a família, 71,2% tem casa alugada, 16,8% vive numa casa partilhada e 3,8% num quarto alugado. Para quem não reside com a família, a situação altera-se ligeiramente, 45,1% vive numa casa partilhada, 36,3% numa casa alugada e 12,6% num quarto alugado. Sobre a qualidade da habitação, 44,5% dos imigrantes considera a habitação pior da que tinham no Brasil.

Noutros aspetos relativos à qualidade de vida, 77% afirma ter uma melhoria no rendimento, comparado ao seu rendimento no Brasil e 62,3% envia regularmente poupanças para a família.

Sobre a escolha da vinda para Portugal, 62,8% afirma ter sido esta a sua primeira opção, esperando uma integração mais fácil, devido à língua e ao apoio de parentes ou

amigos que já cá estavam. Assim sendo, 44,8% sente-se bastante integrado em Portugal, no entanto, *“45,3% dos inquiridos considera ter visto “bastantes” casos de discriminação da parte dos Portugueses em relação aos Brasileiros”* (Casa do Brasil em Lisboa, 2007,236).

Para além da caracterização social do imigrante brasileiro, foi dado um papel de destaque ao processo de emigração. Quando questionados sobre as motivações para a tomada de decisão de sair do país, 54,5% responderam que foi devido aos salários baixos no Brasil e 25% pelo desemprego generalizado, somando assim um total de 79,5% por razões económicas.

Relativamente à sua ocupação profissional, foi feita a comparação entre a ocupação que tinham no Brasil e a que vieram a ter em Portugal. Esta análise mostra claramente um aumento de trabalhadores na área da construção civil e em ocupações profissionais menos qualificadas (21% no Brasil para 32% em Portugal), a área da restauração e comércio também aumenta substancialmente (25,3% no Brasil para 42,6% em Portugal), por outro lado, é visível um decréscimo na manutenção de profissões com maior qualificação, diminuiu o trabalho administrativo (11,8% no Brasil para 2% em Portugal) e professores ou trabalhadores do quadro técnico (6,3% no Brasil para apenas 1% a manter a profissão em Portugal). Quase metade (44,8%) destes migrantes tem um contrato a prazo, 33,8% não têm qualquer vínculo contratual e 8% estão desempregados.

Esta caracterização a partir de Lisboa e Setúbal, coincide com a caracterização nacional do quadro laboral dos imigrantes brasileiros nesta segunda vaga; 29,2% na construção civil, 25% em restaurantes e hotéis, 27,3% em atividades de serviços não qualificados (Bógus, 2007). Podemos assim concluir que existe de facto uma mudança no perfil do migrante, *“mais pobre, com menor grau de instrução, menor qualificação profissional e, consequentemente, com menores oportunidades de realizar o sonho da ascensão social, trabalhando num país europeu”* (Bógus, 2007,50).

Na viragem do século deu-se um aumento da legalização de imigrantes brasileiros, devido ao Acordo Bilateral assinado em 2003, comumente reconhecido como Acordo Lula. Este Acordo, que apenas se centra nos migrantes brasileiros em Portugal e aos imigrantes portugueses no Brasil procura *“intensificar e estimular os laços de amizade e cooperação*

já existentes entre os dois povos; Conscientes da necessidade de facilitar a circulação dos seus nacionais para prestação de trabalho no território dos Estados Contratantes;”(Padilla, 2009), que permitirá “a obtenção de um visto de trabalho aos imigrantes brasileiros não legalizados em Portugal e aos portugueses em igual situação no Brasil” (Bógus, 2007,54).

Após este acordo, contavam-se em 2008, 106 mil imigrantes brasileiros. Da percentagem que entrou após 2003, 59% são do sexo feminino, 75% em idade ativa, 51% tinham o 12º ano feito, com uma idade média de 32 anos. A principal razão para a imigração era a questão económica (Góis et al. 2009). As posições no mercado de trabalho mantiveram-se semelhantes desde o final de 1999 até 2008, contando com 29% no setor do alojamento e restauração, 15% no sector das actividades pessoais, familiares e domésticas e 14% no sector da construção civil e obras públicas. Manteve-se assim a continuidade do perfil de imigrantes pré e pós Acordo Bilateral em 2003.

A continuação da ocupação de postos de trabalho precários e de qualificação inferior ao seu estudo, pode ser um reflexo das necessidades do mercado de trabalho português em relação à mão-de-obra (Bógus, 2007), mas também da *“indisponibilidade de canais legais de imigração, a reacção das autoridades profissionais e académicas, face a questões de reconhecimento de competências, as atitudes dos trabalhadores portugueses e a disseminação de segmentos precarizados no mercado de trabalho – todos estes factores têm contribuído para a inserção da imigração brasileira numa lógica de imigração económica menos qualificada.”* (Peixoto e Figueiredo, 2007,109).

E esta situação parece continuar tendo em conta a *“consolidação das redes sociais, à percepção relativamente positiva na sociedade portuguesa, à existência de prerrogativas especiais e acordos bilaterais e, naturalmente, à insatisfação interna das necessidades de trabalho em determinadas funções e ramos de atividade.”* (Malheiros, 2007,34).

Dentro desta vaga, vários foram os trabalhos que aprofundaram o conhecimento relativo aos imigrantes brasileiros em Portugal. Podemos citar, por exemplo, relativamente à feminização, *“os fluxos mais recentes reuniram 41% de homens e 59% de mulheres”* (Góis et al. 2009,131), que contrastam com os 64% homens - 36% mulheres reunidos em 2004 pela Casa do Brasil, como explorados em Pontes (2004), Padilla e Gomes (2016),

Gomes (2018) e Fernandes (2017). Para além da questão de género e da experiência migratória da mulher, foram desenvolvidos trabalhos sobre a inserção laboral e empreendedorismo étnico (Machado, 2011; Egreja e Peixoto, 2011), o tráfico sexual (Peixoto, 2007; Neves, 2010) e questões identitárias (Machado, 2007; Silva, 2013).

1.3. Uma visão recente

No entanto, será interessante pensar como tem crescido a comunidade brasileira em Portugal a partir de 2009. *“O Brasil representa atualmente cerca de 25% da comunidade estrangeira residente em Portugal, atingiu em 2009 o expressivo valor de 116.220 indivíduos (face a 106.961 em 2008), Assim, no ano em análise, mantém-se o crescimento forte e contínuo da comunidade brasileira em Portugal, fenómeno que ocorre desde o início do presente século.”* (Relatório SEF, 2009). É assim a nacionalidade estrangeira com maior representatividade em Portugal.

Partindo da plataforma de estatística do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), SEFSTAT, onde estão disponibilizados os dados da população estrangeira em Portugal, por distrito e por nacionalidade, é possível agrupar a informação a partir de 2009, de forma a ver o mapa crescente e decrescente da população estrangeira do país, a um plano de dez anos.

No quadro abaixo, podemos verificar em todos os parâmetros (população estrangeira residente em Portugal e em Lisboa, e população residente de nacionalidade brasileira em Portugal e em Lisboa) alguma oscilação entre 2009 e 2011. Havendo, no entanto, uma descida mais acentuada de população estrangeira residente em Portugal a partir de 2013 até 2015, sendo que a partir de 2016 a 2018 aumenta mais de 80 mil residentes. A tendência em Lisboa é semelhante, verificando-se uma redução até 2016, aumentando depois, exponencialmente até 2018. Relativamente aos residentes com nacionalidade brasileira, a tendência a descer a partir de 2013 é igual, reduzindo até 2016 e aumentando em larga escala em 2018.

Uma explicação para a descida que se inicia em 2010 relaciona-se com a conjuntura económica em Portugal. Com a crise de 2008, foram implementadas medidas de

austeridade entre 2011-2014, ao mesmo tempo que se verificava um período de maior prosperidade no Brasil, tanto económica como social (França e Padilla, 2018).

No ano em que é iniciado o trabalho de campo para a presente dissertação, 2018, a população estrangeira residente em Portugal era de 480 300 mil e 105 423 mil de nacionalidade brasileira (fazendo 21% do total de estrangeiros). No distrito de Lisboa contabilizaram-se 213 065 mil habitantes de nacionalidade estrangeira, 43 066 mil de nacionalidade brasileira (fazendo 20% do total do distrito).

Mesmo sofrendo estas oscilações, segundo os relatórios anuais do SEF, a nacionalidade brasileira mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente, ao longo de todos estes anos.

Figura 1. População Estrangeira e de Nacionalidade Brasileira Residente em Portugal e Lisboa entre 2009 e 2018

Ano	Estrangeiros em Portugal	Estrangeiros em Lisboa		Nacionalidade Brasileira em Portugal	Nacionalidade Brasileira em Lisboa
2009	451 191	196 798		116 220	53 260
2010	445 262	189 220		119 363	53 872
2011	436 822	188 259		111 445	51 645
2012	417 042	181 901		105 622	48 100
2013	401 320	176 963		92 120	41 693
2014	395 195	176 927		87 493	38 961
2015	388 731	173 521		82 590	36 438

2016	397 731	173 118		81 251	34 283
2017	421 711	182 105		85 426	34 865
2018	480 300	213 065		105 423	43 066

Quadro feito a partir dos dados disponibilizados no site do SEF e nos relatórios anuais.²

Para além de analisar que se deram várias oscilações nos últimos anos, a migração brasileira mantém-se como a mais significativa em Portugal, pelo que seria importante tentar compreender se se deu alguma alteração no perfil, olhando para os imigrantes que chegaram nas imediações do golpe que depôs a Presidente Dilma Rousseff, ou durante o processo de eleição de Bolsonaro.

Esta questão é relevante para a presente dissertação porque grande parte dos membros dos grupos ativistas de Lisboa têm chegado nos últimos anos, e a sua caracterização diverge bastante do perfil associado à segunda vaga.

Figura 2. Tabela de Caracterização Geral dos Entrevistados - Participantes em Grupos Ativistas de Migrantes

Idade	Área de Estudo	Profissão	Ano de Chegada	Razões	Tempo Ativismo Lisboa
19	Sociologia	Estudante	2017	Licenciatura	11/2018
21	Psicologia	Estudante	2018	Licenciatura	04/2019
27	Sociologia	Investigador	2003	Decisão familiar	01/2017
28	Humanidades	Investigador	2016	Mestrado	12/2016
32	Teatro / Arte	Investigadora	2014	Mestrado	03/2016

² Ver bibliografia.

36	História	Estudante	2018	Mestrado	03/2018
38	Comunicação	Investigadora	2011	Decisão familiar	06/2016
40	Comunicação	Freelance	2014	Licenciatura	09/2018
47	Estatística	Consultora	2015	Mestrado	08/2018

Olhando para o quadro dos membros dos grupos que entrevistei, podemos observar que: chegaram há pouco tempo, possuem graus académicos elevados e as motivações para o processo migratório prendem-se com a continuação dos estudos.

Estarão inseridos os membros deste grupo numa amostra de um nicho migratório dentro da segunda vaga, que para além das suas motivações políticas, também partilha outras características (como uma chegada maioritariamente recente, nível de instrução alto e objetivos de continuação dos estudos), e que fogem às características da maioria dos imigrantes da segunda vaga?

Ou estará o perfil do imigrante brasileiro alterado, contemplando estatisticamente mais variáveis relativas às habilitações e motivações? Propondo assim o início de uma terceira vaga.

O fator da escolaridade e o desejo de continuar os estudos parecem destacar-se como sendo uma especificidade particular entre os vários membros. Se olharmos também para os dados apresentados no DGEEC, aprofundamos essa questão. “*A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por missão garantir a produção e análise estatísticas de educação e ciência.*”³ Nos seus relatórios anuais, divulgam os dados do número de alunos que realizou o ensino secundário no estrangeiro e se inscreveu no ensino superior, por grau, licenciatura, mestrado ou doutoramento, em qualquer instituição pública ou privada em Portugal. A partir dos relatórios onde estes dados estão discriminados, construí esta pequena tabela.

³ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/dgeec> (Consultado a 24.10.2019 às 16h).

Figura. 3 –Alunos inscritos no Ensino Superior em Portugal, com o ensino secundário realizado fora do País. Discrimina-se a percentagem de alunos que fizeram o ensino secundário no Brasil, sobre o total de outros países.

Alunos Inscritos no Ensino Superior em Portugal / Ano Letivo	Estrangeiro	Brasil (em %)
2011/2012	8 117	18.2
2012/2013	10 182	27
2013/2014	16 888	32.2
2014/2015	19 815	32.2
2015/2016	22 194	35
2017/2018	28 122	39
2018/2019	35 755	43

Tabela realizada a partir dos relatórios disponíveis no site do DEGEC.

Com esta informação podemos afirmar que se deu uma evolução tanto a nível das inscrições de alunos que não realizaram em Portugal o ensino secundário, bem como uma evolução percentual elevada de alunos que o realizaram no Brasil, de 18% em 2011 para 43% em 2018.

Em 2014 foi aprovado na Assembleia da República o Estatuto de Igualdade, onde se declara que as instituições de ensino superior podem criar *“meios legais adequados para que se possa reforçar a capacidade de captação de estudantes estrangeiros, através de um concurso especial de acesso e ingresso nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado ministrados em instituições de ensino superior públicas e privadas*

*portuguesas, gerido diretamente por estas.”*⁴. E cujas propinas para estudantes internacionais é fixado pelo órgão legal e “*não podem ser inferior à propina máxima fixada pela lei para o ciclo de estudos em causa*”. Este programa facilita assim a inscrição no ensino superior por alunos estrangeiros, por via de um concurso específico, como podemos verificar na tabela referente ao ensino superior, a partir de 2014, começando a aumentar o número total de alunos estrangeiros inscritos.

Para além de um maior incentivo à inscrição para cursos de nível superior em Portugal por alunos estrangeiros, o governo brasileiro em 2011, lançou um programa de bolsas de estudo, para mais de 110 mil estudantes e docentes das áreas das ciências e saúde irem estudar para o exterior. Este programa, conhecido como Ciências sem Fronteiras (CsF) teve um impacto muito grande entre 2012 e 2016, sendo depois reduzido, no número de bolsas e na abrangência dos candidatos (França e Padilla, 2019).

Tendo em conta estes fatores, numa análise realizada à qualidade de vida das mulheres migrantes brasileiras residentes em Portugal em 2016 (Oliveira, Matias, Félix, Cavalcante, Lopes, Neto, 2019), é possível verificar que os níveis de instrução são diferentes do início do século, apresentados como 7% da população migrante brasileira possuindo o grau de licenciatura (Casa do Brasil em Lisboa, 2007). Das 682 mulheres brasileiras residentes em Portugal há mais de três meses e com idade superior a 18 anos, 25,2% tinha o ensino médio completo, 15,1% o ensino superior completo e 26,5% uma pós-graduação. Este é um panorama diferente relativamente à escolaridade dos migrantes.

Esta nova faceta da imigração brasileira foi também explorada num artigo recente em que França e Padilla (2018) analisam os meios de comunicação social português entre 2017 e 2018, deparando-se com uma abordagem positiva sobre a imigração brasileira, que contrasta com o discurso dos anos anteriores. “*Há, portanto, uma intenção clara de demarcar a diferença entre a atual imigração brasileira e a anterior. A representação do brasileiro como ignorante, vigarista, malandro e criminoso tem sido substituída por uma*

⁴ Diário da República, 1.ª série—N.º 48—10 de Março de 2014 - <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/03/04800/0181801821.pdf> (Consultado a 24.10.2019 às 17h).

imagem que ressalta principalmente uma classe social económica afluente, com elevadas habilitações profissionais e com projeto migratório familiar. ” (França e Padilla, 2018,17).

A partir das notícias dos jornais portugueses, as autoras refletem sobre a possibilidade de estar a decorrer a consolidação de uma terceira vaga da imigração brasileira para Portugal. Esta mantém algumas das características da segunda vaga, mas apontando para uma maior diversidade de perfis, projetos de vida e imaginários do processo migratório.

Incentivados pela instabilidade política e social na sequência do *Impeachment* de Dilma e posterior subida ao poder de Bolsonaro, as famílias e jovens estudantes que migram, procuram segurança, prolongar os seus estudos e investir em negócios. *“Os depoimentos recolhidos ilustram que os brasileiros de classes médias e altas deixam o país por conta dos problema sociais e da instabilidade política do momento atual e não por problemas económicos pessoais.” (França e Padilla, 2018,20).*

Esta reflexão feita pelas autoras está em sintonia com a experiência de terreno da Casa do Brasil de Lisboa. Associação de apoio aos imigrantes desde 1992, a Casa do Brasil faz parte do percurso de muitos imigrantes recém chegados a Lisboa, procurando indicações sobre a cidade, apoio com os processos legais e procurar uma rede de conhecimentos para o futuro. No seu trabalho de aconselhamento, a Casa do Brasil tem contato direto com os diferentes perfis de imigrante que chegam a Lisboa. Na sua experiência, este último ano, 2019, em apenas um gabinete, foram atendidos pela primeira vez mais de duas mil pessoas, um número superior ao normal. Também no decorrer dos últimos anos, a Casa propõe a existência de uma grande diversidade de perfis de imigrantes brasileiros.

“Nós sentimos que o aumento da comunidade veio com o golpe da presidente Dilma, depois com a crise económica e a entrada de Bolsonaro começou a despontar outros grupos que procuram Portugal também. Sentimos que os perfis são variadíssimos. Diferentes da primeira vaga que foi mais específico e da segunda que foi mais trabalhadora, mais económica.” (Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil, Fevereiro 2020, Lisboa).

Nesta nova vaga, as características são diversas, mantem-se uma migração claramente económica, mas também mais qualificada. Tem um maior grau académico e

encontra dificuldades em integrar-se no mercado de trabalho e procura a Casa do Brasil para compreender o porquê dessa situação. “ *Percebemos que há uma faixa etária ativa, entre 27/28 até aos 50, com algum tempo de trabalho no Brasil - porque é que nós percebemos isso? Pela dificuldade depois de entrada de mercado qualificado. Até consegue entrar no mercado mas não no mercado qualificado, então as pessoas vão trazendo as histórias e nós vamos percebendo esses perfis.*” (Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil, Fevereiro 2020, Lisboa).

Para além de uma escolaridade mais abrangente, também se encontram muitos estudantes a procurar continuar os seus estudos em Portugal, e vários profissionais de áreas diversificadas que escolhem Portugal, “*Aposentados que não vinham antes; pequenos, médios e grandes empresários; muitos ativistas dos direitos humanos; muita gente da área das ciências sociais e humanas, muitos artistas (...) há um mix de perfis muito interessante, que dá um dinamismo diferente para a nossa comunidade .*”(Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil, Fevereiro 2020, Lisboa).

Dentro da nova diversidade de perfis, a Casa identifica uma maior participação política. Através das diferentes atividades, tertúlias, debates, grupos de discussão, a comunidade está envolvida e procura uma maior representatividade política. Aponta inclusive o surgimento dos vários Coletivos ativistas que foram surgindo nos últimos anos, “ *(...)isso mostra uma migração mais politizada que está mais interessada em perceber como é que pode participar efetivamente, e não só conseguir o trabalho e conseguir-se regularizar e ficar ali fechado dentro da sua rotina, mas também com um envolvimento maior político e social.*” (Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil de Lisboa, Fevereiro 2020).

Tendo em conta esta diversificação da comunidade brasileira em grande escala, a Casa do Brasil propõe uma terceira vaga, cujos objetivos são diferentes. “*Não é na perspetiva de juntar dinheiro para ir para o Brasil, ou juntar dinheiro e mandar para lá. Não. É querer ter uma melhor qualidade de vida.*” (Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil, Fevereiro 2020, Lisboa). Identificam a sensação de segurança da cidade de Lisboa e a estabilidade política em Portugal como fatores positivos, mas muitas vezes são confrontados com diferentes expectativas. Os salários são baixos, as rendas são altas e as

dificuldades de manter o estatuto e a qualidade de vida que tinham no Brasil, é também um desafio para a comunidade.

1.4. Notas Finais

Podemos claramente identificar duas vagas da imigração brasileira com características distintas.

Uma primeira vaga, desde o final dos anos 70 até ao final dos anos 90, identificável pela alta qualificação dos imigrantes e com relativa facilidade em ocupar postos de trabalho correspondentes às suas qualificações, como, dentistas, informáticos, profissionais de publicidade e marketing, que chegavam ao país em números reduzidos (França e Padilla, 2018).

A segunda vaga, inicia-se nos anos 2000, caracterizada por um aumento significativo da entrada de imigrantes brasileiros em Portugal. Esta vaga foi caracterizada por um maior número de mulheres imigrantes em comparação ao número de homens, por dificuldade de aceder ao mercado de trabalho correspondente ao seu nível de instrução, bem como a ocupação de postos de trabalho pouco qualificados e com um baixo rendimento, como construção civil e trabalhos associados a cuidados e limpeza (França e Padilla, 2018).

Quando nos anos 2010 começam a reduzir os números registados de imigrantes brasileiros, foi considerada a hipótese de uma nova vaga, descartada por ainda se manter presente as principais características da segunda vaga (Góis et al. 2009).

No entanto, a partir de 2015, tendo em conta não só o aumento da imigração, mas também a aparente diversificação de perfil, podemos considerar a existência de uma terceira vaga. “(...) a diversidade de perfil ilustrada pela capacidade financeira e empreendedora, os níveis de habilitações profissionais, a procura de maiores qualificações (estudantes e pesquisadores), a segurança e estabilidade das aposentadorias no Brasil.” (França e Padilla, 2018).

Esta ideia é corroborada pela Casa do Brasil, que sente não só um aumento de migrantes nos últimos anos, mas também uma maior diversidade dos seus perfis. Mantêm-

se várias características da segunda vaga, sobretudo uma migração económica que permanece, mas aumentando também uma migração familiar e estudantil. Com esta vêm outros objetivos, nomeadamente com uma maior envolvimento política.

A chegada de mais estudantes pode ser um fator de interligação com a politização dos imigrantes. Envolvidos num meio académico politizado, a chegada a Portugal não altera essa característica. Podemos assim considerar que de facto chegam mais pessoas com um alto nível de qualificação, no entanto têm dificuldade a encontrar trabalho que corresponda a esse nível (como o contato direto da Casa do Brasil indica), havendo um impacto menor na visibilidade dentro do mercado de trabalho qualificado, mas tendo uma maior visibilidade no que toca à visibilidade política.

Os membros do Coletivo inserem-se neste perfil pois uma grande maioria chegou entre 2015 até ao presente e com o objetivo de continuar os estudos. No entanto, assumiu rapidamente um papel político após a sua chegada, envolvendo-se em coletivos e organizações, tornando o imigrante brasileiro politizado mais visível.

2. Uma breve história do Coletivo Andorinha, Núcleo PT Lisboa, Juventude PT e Pela Democracia no Brasil

Neste capítulo é feita uma caracterização dos vários grupos de imigrantes brasileiros que assumem um papel de destaque na discussão política em Lisboa. Esses grupos são o Coletivo Andorinha, o Núcleo do Partido dos Trabalhadores de Lisboa (PT), a Juventude do Partido dos Trabalhadores e o Pela Democracia no Brasil. A Casa do Brasil de Lisboa é referenciada tendo em conta a sua forte presença na cidade. As descrições da história das organizações baseiam-se nas entrevistas e conversas com os membros das mesmas, na tentativa de explicar como surgiu o grupo, os seus objetivos e as ações.

Primeiro é feita uma breve apresentação da situação política no Brasil que despoletou o surgimento do Coletivo Andorinha, o principal interlocutor desta dissertação, seguida da descrição dos grupos e por fim uma reflexão sobre o papel político que cada um deles assume para o exterior.

2.1. Situação Política no Brasil

De forma a compreender o surgimento do Coletivo Andorinha é importante recuar alguns anos. Desde 2004 que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder no Brasil, tendo como Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um operário e líder sindicalista, que durante os seus dois mandatos procurou desenvolver projetos de cariz social, focado principalmente na erradicação da pobreza. O programa que mais impacto teve foi o Bolsa Família, iniciado em 2003. Este programa providenciava mensalmente um apoio financeiro a famílias com poucos rendimentos, beneficiando assim 11 milhões de famílias (Soares, Ribas, Osório, 2019).

Quando saiu do cargo de presidente em 2011, Lula tinha uma taxa de aprovação de 87% e uma vitória para o seu partido no mandato seguinte. Dilma foi a sua sucessora. Economista e presa política durante a ditadura, deu início ao trabalho de continuidade que o PT se tinha proposto, procurando ao mesmo tempo travar uma batalha contra a corrupção. Em 2013, deu-se uma onda de protestos por todo o Brasil, quando o preço dos transportes

públicos aumentou vinte centavos. Estas manifestações levam para a rua uma reivindicação base de insatisfação com o governo, centrado nas políticas de apoio social, entre outras.

Estes protestos dão início a uma polarização que se vai acentuando desde então. Ao lado de manifestantes do PT, estão manifestantes pelo Brasil, pelo patriotismo, usando verde e amarelo, numa exaltação de ódio perante o governo de Dilma (Pardo, 2019).

Numa fase de menos popularidade, Dilma consegue ser reeleita, assumindo o cargo em Janeiro de 2014. Durante este período, a luta contra a corrupção, incorporada na Operação Lava-Jato e no seu responsável, Sérgio Moro, está bastante ativa no país, acusando e levando a tribunal vários políticos e empresários. A onda de protestos nas ruas é transportada para dentro do Senado quando em Dezembro de 2015, é proposto o *Impeachment* de Dilma, com base num desrespeito à lei orçamental e envolvimento com a empresa Petrobrás, alvo de profundas investigações pela Operação Lava-Jato. A partir deste momento, várias personagens da política conservadora brasileira entram em cena, num enlace entre processos de corrupção, escutas em telemóveis, e jogos políticos - Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados em 2016, preso por conta da Lava-Jato no mesmo ano, Aécio Neves, concorrente contra Dilma em 2014, várias vezes afastado do cargo de deputado devido a acusações por corrupção, Michel Temer, vice-presidente de Dilma nos dois mandatos e também ele alvo de denúncias por parte da operação Lava-Jato (Costa, 2019).

O processo de *Impeachment* inicia-se oficialmente em Março de 2016, após aprovação na Câmara Federal por 367 a 137 votos, e Dilma é afastada do poder. No entanto, é em Agosto de 2016 na votação dos senadores, 60 votos a favor e 21 contra, sendo assim destituída, e Michel Temer, vice-presidente, sobe ao poder (Becker, Cesar, Gallas, Weber, 2016).

Durante este processo, os jornais e meios de comunicação mais conhecidos do Brasil tiveram um papel bastante relevante, “*O embate político é reducionista quanto às implicações do Impeachment e à mobilização das ruas, concentrado na personalização de problemas políticos, em Dilma Rousseff e não oferece informações que possam alimentar o debate público. (...) As controvérsias em torno de políticos implicados nas denúncias de corrupção e os argumentos contrários ao Impeachment não possuem espaço no jornal. Ao*

contrário, são muitas as referências a um futuro governo, à saída imediata da presidenta, sendo Michel Temer a alternativa competente para o País.” (Becker, Cesar, Gallas, Weber, 2016,112). A sua correlação com a direita conservadora da política brasileira era assim visível e ocupava o maior tempo de antena, “*A síntese dos fatos oferecidos pelos jornais de referência sugere distancia da perspectiva normativa do debate público, na medida em que sugere apenas um tipo de posicionamento e argumentação*” (Becker, Cesar, Gallas, Weber, 2016,113).

Entre Janeiro e Agosto de 2016, a polarização entre a indignação da esquerda, que acusa o *Impeachment* de ser na verdade um golpe de Estado, tendo em conta a falta de provas jurídicas para se desenvolver, aliada à tomada de decisão à porta fechada ignorando o eleitorado como decisor político, e o patriotismo da direita, que quer ver Lula e Dilma na prisão e um novo governo a ser escolhido.

O Brasil ora estava de verde e amarelo a queimar uma bandeira do PT, como estava de vermelho e de punho no ar. Este ato político foi acompanhada pelo mundo, incluindo pelos imigrantes brasileiros fora do país. E Lisboa transformou-se assim na extensão das grandes avenidas do Brasil, transportando para as ruas lisboetas a indignação da esquerda contra o golpe.

2.2. Surgimento do Coletivo Andorinha

No dia 18 de Março de 2016 deu-se uma manifestação do governo eleito no Brasil, e em Lisboa juntaram-se várias pessoas na Praça Luís de Camões para apoiar Dilma, Presidente do Brasil, democraticamente eleita, que estava a sofrer um processo de *Impeachment* desde finais do 2015.

No dia 31 de Março de 2016, Aécio Neves, presidente do partido PSDB, uma das principais caras no discurso anti-Dilma e anti-PT, foi convidado a dar uma palestra na Faculdade de Direito de Lisboa, onde foi recebido por um grupo de manifestantes que gritavam “*Não vai ter golpe*” e “*Dilma vai ficar*”⁵. Nesse dia, um deputado português de

⁵ <https://sol.sapo.pt/artigo/501921/manifestacoes-pro-dilma-intensificam-se-na-faculdade-de-direito-de-lisboa> (Consultado a 4.10.2019 as 11h).

um partido com assento parlamentar (PS) foi gravado a chamar de fascista a José Serra, um convidado da conferência, também ele senador do PSDB. Este vídeo foi depois publicado na internet e teve um alcance de milhares de visualizações, principalmente do Brasil, onde foi acolhido com entusiasmo, *“reverberou muito, o facto de eles terem sido esculhambados fora do Brasil”* (Entrevista a U em Junho de 2019, Lisboa).

Após estas duas manifestações, com bastante afluência, e o impacto que um vídeo feito em Lisboa teve no Brasil, um grupo de cinco jovens migrantes brasileiros, estudantes de mestrado e doutoramento, decidiram lançar um apelo a uma reunião aberta para se discutir a eventual formação de um grupo. Inspirados num movimento de migrantes em França, o MD18 nasceu da manifestação de dia 18 de Março de 2016, de apoio ao governo e pretendia defender e apoiar a democracia no Brasil, sendo assim contra o golpe que estava a decorrer. Em Lisboa seguiram-se essas passadas.

Nessa primeira reunião, o sentimento de mudança foi o que mais se destacou, *“mas nós ficamos querendo fazer coisas, naquela época a gente não entendia que a nossa força era uma força interessante, mas não era suficiente. Ainda tinha uma sensação, “se esta semana a gente fizesse uma manifestação gigante em Lisboa, salva o problema do Brasil!”... “tinha uma ingenuidade nisso... mas também é porque estamos muito angustiados, e resolvemos transformar essa angústia e pensar em formas para ajudar... inspirado nos colegas do outro lado do mundo”* (Entrevista a U em Maio de 2019). O Coletivo apercebeu-se, aos poucos, que seria necessário construir algo com calma e com raízes fortes e assentes na cidade. Criaram uma página no Facebook, pensaram num nome e num símbolo, devido à distância que os separava de estar ativos no Brasil, transformaram essa angústia num movimento ativista, e começaram as reuniões e as manifestações organizadas pelo recente Frente Democrática Brasileira em Lisboa - Coletivo Andorinha.

O nome inicial seria apenas Frente Democrática Brasileira em Portugal, adaptando depois para Frente Democrática Brasileira em Lisboa, definindo desta forma, o ponto central da sua ação. No entanto, o nome assim soava muito institucional e pensaram em símbolos que pudessem existir tanto em Portugal como no Brasil; assim surgiu a andorinha, um pássaro bastante comum nos dois países, conhecida pelas suas grandes migrações, *“um pássaro que vai e volta, que tá lá e tá cá”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). O

Coletivo Andorinha surge pelo movimento inerente ao imigrante e às ideias, circulando, criando novas relações e ramificações.

O símbolo da Frente Democrática Brasileira em Lisboa - Coletivo Andorinha, é uma andorinha em preto com as asas abertas, a segurar no bico dois cravos, um vermelho e outro amarelo. Os cravos são a ligação com Portugal, com a história da revolução e os ideais de Abril que também se refletem no discurso do Coletivo, “(...) *todo o brasileiro que vem para cá, primeiro fica confuso (...) mas depois começamos a perceber o quão bonita é a história da revolução, e pensámos no cravo vermelho, que é o cravo da revolução*” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa), e o cravo amarelo é pelo Brasil, sendo o verde e amarelo as cores da sua bandeira, “*então é isso, os cravos, verde e amarelo pelo brasil e o vermelho por causa de Portugal*” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

A criação de um Coletivo, com nome, símbolo e objetivos foi a materialização de um processo muito marcado pela vida política do Brasil, mas que ao mesmo tempo, veio ocupar um espaço em Lisboa que não existia para os migrantes mais politizados, como foi possível compreender numa conversa com um dos membros do coletivo, que está em Lisboa há 10 anos. “*Desde a eleição da Dilma, 2014, naquela hora tinha um grande risco do Aécio ganhar... lembro que houve um primeiro ato perto dos Arcos, na Praça do Comércio, juntou muita gente que não se conhecia, foi uma coisa meio boca à boca, efeito cascata e virou um grupo considerável, para um tema que era estritamente brasileiro e estritamente de um ponto de vista. Não era nem de todos os brasileiros, era de quem não queria que Aécio ganhasse, que defendia o voto na Dilma, para evitar Aécio ou por acreditar mesmo nela. Esse foi assim o primeiro momento de reunião, de um conjunto de pessoas identificadas com essa questão aqui. (...) Depois disso, teve a comemoração da vitória da Dilma, essa mesma rede que criou começou-se a comunicar, nesse dia não fui, foi no Água de Beber, toda a gente foi para lá e comemorar. Depois disso, teve toda a situação do Impeachment da Dilma, e aí continuou essa rede, um falando para o outro, tudo de uma forma orgânica.*” (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa).

O crescimento do grupo foi-se dando de forma fluída. Aos poucos cada vez mais pessoas se juntavam ora nas manifestações, ora nas reuniões, não sendo sempre possível acompanhar tudo devido a horários pessoais. Várias pessoas mostravam o seu apoio ao

movimento da forma que conseguiam, “(...) *durante muito tempo não fui participante da construção do coletivo, de ir às reuniões, eu ia sempre às manifestações, eu via, acompanhava tudo, chegava lá com o meu cartaz ou se precisasse de dar dinheiro para alguma coisa, para tinta ou faixa ou assim. Mas ir às reuniões, não (...) eu estudava à noite, ... a reunião era sempre em dia de aula.*” (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa).

Esta sensação de fluidez, desde o começo do Coletivo, parece dever-se principalmente a ter sido um dos primeiros espaços na cidade que dava voz ao imigrante brasileiro de esquerda, indignado com a situação do seu país e que precisava de um lugar seguro para expressar as suas opiniões. “*O coletivo, veio para mim, mesmo não estando diretamente na construção dele, ele era o meu refúgio. Eu sabia que ia abrir a boca ali e ninguém me ia chamar de feminazi, radical, pelo contrário, seria acolhida.*” (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa).

Os momentos de manifestação eram vistos como o espaço de excelência de encontro, convívio mas também de “*angústia e desespero, não saber o que é que vai acontecer...*” (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa), “*ir para todos os atos, era uma catarse também, era uma forma de a gente estar perto do Brasil*” (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa).

Estes momentos de convívio foram-se alargando para que o Coletivo não fosse apenas um espaço de resistência política mas também de união entre pessoas, “*As outras reuniões eu sentia que era bem acolhido, eu sentia que as pessoas que estavam ali tinham um compromisso ideológico comum, um norte comum, pelo qual falar e pelo qual lutar. E eu sentia que o Brasil estava pegando fogo e estar distante era um problema, me corroía por dentro, estar distante, fora desse ambiente e só criticar... E não estar por lá, sabendo que pessoas que eu conheço seriam afetados por tudo o que estava acontecendo... Então é assim, fui muito bem recebido, criei alguns laços, ideologicamente frutíferos, tinha discussões que me interessavam, tinha pessoas que me interessavam ouvir, e também queria fazer alguma coisa um pouco mais efetiva, estando aqui em Lisboa, sabendo que não ia voltar tão cedo para o Brasil, acho que foi isso que me motivou a voltar e atuar.*” (Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa).

2.3. Os objetivos e as formas de atuação do Coletivo Andorinha

Nessa primavera de 2016, o principal objetivo do coletivo centrava-se em gerar informação sobre a questão da política brasileira em Portugal, criar conteúdo, media, combater o golpe à distância com informação útil e manifestações recorrentes. No decorrer do processo jurídico que retirou Dilma do poder, os membros do coletivo juntavam-se recorrentemente, pessoas que até então não se conheciam, e procuravam criar um espaço de união, um reconforto coletivo enquanto a situação no Brasil se ia agravando.

Após o golpe, que fora o catalisador do nascimento do movimento, os objetivos foram reforçados: continuar a ser um canal de denúncia, contribuir para uma contra-narrativa do discurso político hegemónico da direita brasileira, centrando os seus valores na defesa da democracia e dos direitos humanos, assumindo uma posição de *“esquerda progressista”* (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa).

Durante este período, o discurso do coletivo girou à volta de Temer, o vice-presidente do PSDB, que assumiu a presidência do Brasil após o *Impeachment* de Dilma. Já em 2018, ano de eleições, o Coletivo, juntamente com outros movimentos que foram surgindo (referenciado mais à frente), procuravam chamar a atenção constante dos media para a ameaça que a eleição de Bolsonaro seria para a defesa dos direitos humanos, explorando as suas afirmações abertamente racistas, xenófobas, homofóbicas e machistas.

Passados três anos desde a sua formação (2016-2019), o Coletivo Andorinha tem vindo a desenvolver várias atividades em Lisboa. As manifestações e concentrações são um dos focos principais do coletivo, sendo que esta aglomeração de pessoas num espaço público, como é a Praça Luís de Camões, permite uma visibilidade na própria cidade ao mesmo tempo que tem impacto no Brasil. *“...uma coisa também que era muito sentida, quando você faz uma coisinha no Brasil com cem mil pessoas contra o golpe, sai uma notinha no jornal, quando faz um ato no Camões (Praça Luís de Camões) em Lisboa com 100 pessoas sai uma matéria no Globo...”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). Estes atos, que ocorrem como resposta a eventos e decisões políticas importantes, como solidariedade a atos que também se dão no Brasil, ou como divulgação pública de situações pouco conhecidas na política, procuram chamar a atenção aos portugueses que tais situações estão a acontecer.

Normalmente, em complementaridade aos atos, é escrita uma nota sobre a questão, que é enviada para a imprensa. Chega a publicações de jornalismo alternativas, tanto em Portugal - Esquerda.net, como no Brasil - Jornalistas Livres, Mídia Ninja. Esta correlação constante com a comunidade portuguesa, seja esta a partir dos media, dos estudantes universitários ou de pessoas interessadas, é procurada não só pelos atos, mas também por outro conjunto de atividades.

A forma mais eficaz que o Coletivo tem vindo a tomar para uma posição de visibilidade, é pela participação em eventos, debates ou festas, organizadas por grupos ou partidos portugueses. O Coletivo participa no 25 de Abril e no 1º de Maio, na Festa da Diversidade organizada pelo SOS Racismo, e é muitas vezes convidado a participar em debates sobre temáticas que não estão necessariamente interligadas com a situação política brasileira, mas que tocam temas que são importantes para o coletivo - racismo, imigração, ecologia, direitos humanos.

O próprio Coletivo também organiza debates e sessões temáticas, interligando estudiosos que façam parte do grupo, bem como professores ou personalidades portuguesas que estudem o tema, e também convidando investigadores brasileiros que estejam de passagem pela Europa. Esta ligação mais académica é algo que o coletivo tem vindo a aprofundar recentemente, apercebendo-se que grande parte dos seus membros estavam ligados a lugares de investigação, nomeadamente nas ciências sociais; foi aberto um leque de possibilidades com as universidades lisboetas.

Esta ocupação do espaço universitário português é um ponto fundamental na lógica de desmantelamento da imagem que se tem vindo a construir sobre o Brasil, *“um grupo dentro do coletivo (...) sentiu a necessidade de pensar o Brasil dentro da universidade (...) fazer uma reflexão crítica fundamentada, no espaço privilegiado para a reflexão”* (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa).

Entre Janeiro e Fevereiro de 2019 foi desenvolvido um curso sobre o golpe, “O Brasil contemporâneo e a democracia: problemas políticos, jurídicos e culturais”. O curso centralizou o seu discurso a partir do *Impeachment* de Dilma, em 2016, no entanto fez um enquadramento teórico às grandes questões do Brasil, anterior a esse momento, principalmente a ditadura e a escravidão. Juntou professores e investigadores portugueses

e brasileiros, de várias áreas, de forma a permitir a discussão alargada da situação. A grande maioria dos participantes eram estudantes de mestrado e doutoramento brasileiros que procuravam um espaço de discussão teórica sobre a situação atual, mas também estavam presentes muitos portugueses, que por interesse ou por militância, gostariam de aprender mais.

Para além de ocupar o espaço público e as universidades, o Coletivo também procura um espaço através da arte, quer seja em cafés, bares, em espaços de convívio onde também se discute política. Ao longo dos anos, o coletivo tem organizado algumas performances com artistas locais e brasileiros, tertúlias e momentos de poesia. Estes momentos são realizados em determinados espaços da cidade, como o Sirigaita (Anjos), Anjos 70 (Anjos), Valsa (Penha de França), “ *que servem como recurso a todas as associações que não têm casa.*” (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa). Esta ideia de estar presente em vários ambientes diferentes vai de encontro a um dos objetivos do coletivo - deixar uma presença na cidade fazendo com que seja possível em Lisboa pensar ativamente o Brasil.

A rede que foi criada a partir do Coletivo é extensa, sejam pessoas que participam ativamente nas reuniões, pessoas que se deslocam às manifestações, ou apenas informantes dos acontecimentos do Coletivo via Facebook e redes sociais, que permite que o seu trabalho chegue a outros círculos sociais.

A importância do Facebook para o crescimento do movimento foi fundamental, fosse pela facilidade que é divulgada uma manifestação ou evento, com os detalhes prontamente identificados, horas, local, objetivo e quem está presente, mas também pela divulgação da informação do pós-ato. No decorrer das manifestações a preocupação com a imagem, com o fazer fotografias e vídeos, é constante. “ *É bom estar a gravar e a tirar fotos para que o Brasil consiga ver*” (Manifestante, Manifestação Lula Livre, 07.04.2019, Lisboa). A relação com o Brasil faz-se também pela partilha das fotografias, do mostrar a força com que em Lisboa se está presente e em luta, a par com quem faz a manifestação no Brasil.

Para além das fotografias, o Facebook do Coletivo Andorinha conta com mais de 10 mil seguidores, e é diariamente atualizado com notícias referentes ao Brasil,

transformando-se num importante meio de comunicação para quem procura manter-se informado e ter acesso a fontes que não estejam diretamente ligadas com as grandes empresas de comunicação brasileiras.

A importância das redes sociais também surge como método de diálogo entre os membros do grupo. Para além da página geral do Coletivo Andorinha, existe uma outra página mais privada, onde são partilhadas de forma mais direta as datas e horas das reuniões e possíveis funções, divisões de tarefas que seja preciso para alguma atividade. Os membros também se comunicam via WhatsApp, para questões mais práticas e rápidas, sobre lembretes de reuniões ou tarefas urgentes.

2.4. Reuniões e impacto das suas ações

A comunicação precisa de ser constante na medida em que o Coletivo não tem um espaço que seja apenas seu. As reuniões variam de lugar para lugar, conforme a disponibilidade de quem cede o espaço, e é necessário reconfirmar e saber onde é a próxima reunião com alguma antecedência. Esta movimentação do Coletivo permite fazer um mapeamento dos espaços em Lisboa que abrem as portas a estes movimentos. Durante os meses de trabalho de campo, participei em reuniões que foram nos seguintes locais - Biblioteca do RDA (duas vezes), Biblioteca Casa do Alentejo (uma vez), Sede POUS (duas vezes), Base F.U.T (três vezes).

Estes lugares foram utilizados já várias vezes e têm a particularidade de serem no centro de Lisboa, Anjos, Intendente, Rossio, Restauradores, com distâncias relativamente curtas entre si, e facilmente acessíveis de transportes públicos.

A escolha do local provém do espaço que este tem, da dimensão da reunião e também da flexibilidade que tem para receber estes movimentos. São contatos feitos várias vezes através de ligações pessoais dentro do grupo, permitindo um acesso mais direto ao local. O RDA e a Casa do Alentejo são dois locais com espaço para grandes reuniões, no entanto, nem sempre têm disponibilidade para albergar este género de atividades. A Sede do Partido POUS - Partido Operário da Unidade Socialista, foi utilizada durante a altura do 25 de Abril e 1º de Maio, servindo até como espaço de oficina de cartazes e armazenamento

de material entre essas duas datas. A Base F.U.T - Frente Unitário dos Trabalhadores, tem várias salas de reunião e tem sido o espaço para a maioria das reuniões, desde meados de Maio.

A maioria das reuniões é marcada entre as 18h e as 19h30, para facilitar o acesso a quem trabalha, e várias vezes são seguidas de um convívio para partilhar algo para comer ou beber. Desde Março que se tenta marcar reuniões com duas semanas de intervalo, com a política de a data ser marcada na reunião anterior, *“São pequenos procedimentos que vai aprendendo e vê o que dá certo, a gente sempre valoriza quem está presente. Se fosse marcar pelo Facebook, mais gente vota na sexta e depois fazemos uma reunião com 4 pessoas porque quem costuma vir votou na quinta, assim valorizamos quem costuma vir.”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

O número de participantes nas reuniões varia, conforme a altura do ano e o número de atividades a serem preparadas. Em algumas circunstâncias estão sempre as mesmas sete a oito pessoas, outras vezes são trinta, e outras vezes esse núcleo de menos pessoas varia de mês para mês, quem está mais ativo, é quem tem mais disponibilidade nessa determinada altura. Não existe nenhuma obrigatoriedade na participação, em cada reunião são definidos grupos de trabalho, que têm determinados objetivos a cumprir, são autónomos e normalmente efémeros, acabada a atividade ou a questão em causa, o grupo dissolve-se. O grupo de trabalho mais ativo de uma forma constante é o de comunicação, como vimos em cima, a partilha de notícias e informações sobre o Brasil e divulgação de eventos, debates, manifestações, é muito importante e até central do impacto que o Coletivo tem nas pessoas que sabem da sua existência.

O *modos operandis* do Coletivo gira à volta do dissenso, *“(...) Eu acho maravilhoso, às vezes a gente briga bastante, mas faz parte, acho melhor assim do que trabalhar com consenso. Uma coisa que eu aprendi com o Coletivo, é se tem algo importante para fazer e ninguém quer fazer então é sinal que essa coisa não é importante.”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). Este modo garante que a horizontalidade seja mais facilmente atingida, quem tem capacidade de fazer, faz, não há uma delegação direta por uma figura de autoridade. Pode por vezes ser complicado manter a regularidade das atividades, no entanto, o Coletivo mantém-se sempre como um movimento ativo e bastante

presente em Lisboa, “o Coletivo hoje já tem uma representação na sociedade portuguesa, que faz a gente andar até quando está mais desorganizado.” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

Este impacto na sociedade portuguesa pode ser visto como um dos maiores objetivos cumpridos do Coletivo, após os seus três anos de existência. Esta presença pode ser analisada pelas manifestações, mas também pela capacidade de mobilização que o Coletivo tem e inspira outros movimentos a ter. “*O Efêmero* (O Museu Efêmero, um museu de arte urbana, que cria roteiros por Lisboa, entrou em contato com o Coletivo de forma a juntar algum material da sua atividade na cidade.)... *arquiva e pega materiais da manifestações, como cartazes e fotografias. Eles entraram em contato com a gente para pegar material, uma vez ele falou uma coisa muito engraçada, falou assim, “Portugal antes não fazia tanta manifestação, antes de vocês ... vocês começaram a ir para a rua duas vezes na semana, duas vezes no mês...” eu parei para pensar e vejo nas outras instituições que assim, não foi só nossa culpa, mas acho que foi um momento que mudou algo aqui em Lisboa. Porque antes, cada associação tinha o seu dia de manifestação e agora você vê que as pessoas estão agindo mais.*” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

Para além das repercussões na cidade, para os membros do Coletivo, também permitiu momentos impensáveis. Com a visibilidade que o Coletivo atingiu, foi possível convidar nomes da política brasileira a participar em debates, fosse por convite direto do Coletivo, ou pelo Coletivo ser também convidado a participar nesses momentos. “*(...) mas acho que a gente alcançou coisas que nunca imaginou, a gente teve conferências com a Dilma Rousseff, com Haddad, com Boulos, com Manuela D’Ávila, com nomes que se eu tivesse no Brasil, não teria conhecido... com Jean Wyllis*” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

A construção do Coletivo Andorinha como uma referência para os imigrantes brasileiros em Lisboa inspirou a criação de núcleos semelhantes noutras cidades do país. Em Coimbra surgiu o EBRAC, Esquerda Brasileira em Coimbra, que não só tem objetivos e atividades semelhantes, como partilha da simbologia no emblema do grupo. É uma torre da Universidade de Coimbra, com um cravo amarelo atravessado, criando visualmente o imaginário Brasil - Portugal - Coimbra.

No Porto, surgiu, o FIBRA - Frente de Imigrantes Brasileiros Antifascistas do Porto, também bastante ativos na cidade com manifestações e debates, colocando o Brasil na agenda política do Porto.

Com o mesmo nome, existe também o FIBRA - Frente Internacional de Brasileiros Contra o Golpe, uma organização internacional que, *“reúne grupos, coletivos e associações de Brasileiras e Brasileiros em diversas cidades no mundo que tem como objetivo comum a defesa da democracia no Brasil e a resistência ao golpe em curso”*. Após o golpe, continua ativo, divulgando os vários atos nas diferentes cidades do mundo, mas também já organizou dois encontros internacionais, com o objetivo de juntar os ativistas, construir uma rede de apoio global e discutir estratégias de resistência. Em ambos os casos, o encontro deu-se em Berlim, mas tendo em conta a forte presença de ativistas brasileiros em Lisboa, a cidade foi considerada como uma possível acolhedora do evento, *“Mas antes de fazer em Berlim (...) queriam vir para cá. (...) Acho que talvez depois dessa, talvez a gente consiga trazer a terceira para Lisboa.”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

A importância global do Coletivo Andorinha é visível e o seu trabalho e presença cresce exponencialmente. No entanto para além do Coletivo Andorinha existem em Lisboa, três grupos de ativistas que abordam as questões do Brasil.

2.5. O Núcleo do Partido dos Trabalhadores de Lisboa

O que surge mais vezes ao lado do coletivo nos seus atos de rua é o Núcleo do Partido dos Trabalhadores de Lisboa, uma repercussão de células individuais do Partido dos Trabalhadores - PT.

A existência de Núcleos do Partido dos Trabalhadores é comum no Brasil, existindo vários por cidade, organizando militantes nas faculdades, em postos de trabalho ou mesmo até por bairros. A sua existência fora do Brasil surge a partir dos anos 90, quando é criado o primeiro núcleo exterior, precisamente em Lisboa.

Em 1989, um visita de Lula a Lisboa despoleta o início da criação de um comité de apoio à sua campanha eleitoral, onde petistas, simpatizantes do partido começaram a

realizar atividades junto do eleitorado em Portugal. A 13 de Setembro de 1993⁶, foi inaugurado o Núcleo do PT em Lisboa, que tem estabelecido uma presença forte junto dos imigrantes brasileiros desde então. A sua estrutura é semelhante aos núcleos dentro do Brasil, realizando eleições de 4 em 4 anos, onde os militantes filiados nessa cidade podem votar nas propostas apresentadas, elegendo assim uma nova direção com uma agenda e objetivos específicos. Tendo autonomia, os núcleos não podem, no entanto, propor medidas que sejam contra a estrutura ideológica do partido. Encontram-se muitas vezes interligados com outros núcleos nas suas ações. Por exemplo, o núcleo de Lisboa mantém relações próximas com os núcleos em Madrid, Paris, Roma e Londres.

Em 2016, quando se dá o golpe, o núcleo sente a necessidade de se organizar e repensar a sua forma de ação, optando por uma nova estratégia de comunicação e relação fortificada tanto com os imigrantes brasileiros em Lisboa, como com a sociedade e os poderes políticos locais.

Um dos principais objetivos do núcleo do PT em Lisboa é a denúncia internacional de determinados assuntos, como a inocência de Lula no seu processo judicial e a “*denúncia das graves violações de direitos humanos que o governo Bolsonaro tem causado*” (Entrevista a I em Dezembro de 2019, Lisboa/Rio de Janeiro). Esta relação é feita a partir de encontros e uma política mais institucional, feita com as forças políticas do território em questão, neste caso é com os partidos portugueses de esquerda que se mostram solidários à causa brasileira, o Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda e o Partido Socialista. Esta aproximação aos partidos parte da vontade de “*conversar com as formas políticas que estão presentes no nosso território para que se possa fazer algo na política internacional a nossa favor*” (Entrevista a I em Dezembro de 2019, Lisboa/Rio de Janeiro). Este impacto é visível na aprovação de se atribuir o nome de Marielle Franco a uma rua de Lisboa e nas tentativas junto do Parlamento Europeu para condenar a prisão de Lula.

Para além da política internacional, o núcleo tem como objetivo central organizar os militantes em Portugal, procurando criar as condições para que mais núcleos surjam em várias cidades. Para tal é necessário ter nove militantes filiados no partido por cidade assim

⁶ Página oficial - <https://www.facebook.com/ptlisboa/> (Consultado a 12.12.2019 as 11h).

neste momento, Coimbra e Porto é onde se centra a maior probabilidade de surgir um novo núcleo.

Como objetivo central do Partido, está defender e ajudar os imigrantes brasileiros, seja com questões práticas, como tratar dos vistos ou como a luta pelos seus direitos. Este objetivo é partilhado com o Coletivo Andorinha, realizando assim vários atos de apoio à comunidade brasileira em conjunto.

Associada ao Partido dos Trabalhadores está a Juventude do PT. O núcleo da Juventude do PT apenas existe no Brasil e está ligada ao partido, nascendo dele e partilhando parte do seu financiamento. Tem estatutos próprios e autonomia para se distanciar de certas medidas do partido, ou mesmo de apoiar diferentes candidatos dentro do partido.

2.6. Início da Juventude do PT em Lisboa

Um grupo de jovens brasileiros, que reside há pouco tempo em Lisboa, decidiu tentar criar uma Juventude em Portugal. Fazendo parte do núcleo, foi fácil coordenar forças com os outros jovens do PT e deram início a uma série de reuniões em Maio de 2019.

Esta procura de um novo espaço dentro do partido relaciona-se com algumas questões que são fundamentais para os jovens migrantes universitários, e que o partido não coloca na frente das suas lutas, tais como a questão da propina, *“Os estudantes brasileiros pagam muito mais propina do que os estudantes portugueses”, “Eu pago cinco vezes mais propina do que um estudante português”* (Entrevista a O em Maio de 2019, Lisboa). São nestas questões que *“a juventude tem autonomia de levantar as nossas próprias bandeiras, vai continuar alinhada ao partido mas eu acho que a gente consegue focar em coisas que no geral, no dia-a-dia do núcleo acabam por não ser priorizadas, mas para nós enquanto juventude seriam muito importantes.”* (Entrevista a O em Maio de 2019, Lisboa).

Para além das propinas, a Juventude procurar discutir a xenofobia presente em Portugal e o trabalho precário a que muitos imigrantes são sujeitados, porque a luta é feita enquanto imigrante, *“porque mesmo que os partidos portugueses estejam atentos aos*

imigrantes quem vai estar na linha da frente lutando por eles, somos nós” (Entrevista a J em Maio de 2019, Lisboa).

Embora num estado embrionário, a Juventude esteve presente no 25 de Abril e no 1º de Maio, e vê nas manifestações uma forma de contato com os portugueses, partilhar informação e chamando a atenção para as suas questões. O objetivo futuro é tentar cruzar forças com outras organizações, nomeadamente com juventudes de partidos portugueses.

2.7. Contra o Ódio - Pela Democracia no Brasil

Separado de partidos, nasceu o grupo Contra o Ódio - Pela Democracia no Brasil, durante o mês de Setembro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno do processo eleitoral no Brasil, onde concorreu Bolsonaro e Haddad, para determinar quem seria o próximo Presidente do Brasil. Este grupo surgiu a partir da preocupação com a crescente onda de discursos de ódio vindos de Bolsonaro e dos seus apoiantes, que procurando defender os valores centrais da liberdade e igualdade, juntarem-se em modo emergência para agir perante esta situação. A reunião foi convocada no Facebook, e apareceram 30 pessoas prontas a discutir e delinear um plano de ação. Tinham dois objetivos claros, *“Sensibilizar a sociedade portuguesa para o que estava a acontecer e virar os votos aqui”* (Entrevista a O em Maio de 2019, Lisboa). Para tal foram criados grupos de trabalho que tinham como função organizar-se e propor atividades. Esta gestão foi orgânica e funcionou ativamente durante o mês de Outubro 2018.

Um grupo que teve um trabalho intenso nesse período de pré-eleição foi o grupo do “vira-voto”. Tendo em conta que na primeira volta, 70% dos votos em Lisboa foram para Bolsonaro, o objetivo era chegar aos eleitores e procurar fazer campanha para diminuir os votos a favor de Bolsonaro na segunda volta. Sem filiação a nenhum partido, a questão primordial deste grupo de trabalho era impedir a eleição do Bolsonaro. Neste grupo - As Conversas na Rua - todos os dias estava alguém na rua, em locais estratégicos, como a Alameda e o Cais do Sodré, a conversar com as pessoas. A abordagem era simples, perceber se estavam registados para votar, e caso não estivessem, informar de que forma seria possível estar para as próximas eleições, e caso estivessem, iniciar um diálogo sobre as preocupações relativas ao futuro governo brasileiro. Foi desenvolvido um jogo de cartas

interativo, eram apresentadas duas cartas com duas medidas políticas, uma de Bolsonaro e outra de Haddad, e perguntavam às pessoas qual era a medida de quem, com o objectivo de as pessoas se aperceberem melhor do programa eleitoral de cada um dos candidatos. Ao longo deste processo, alguns eleitores ficaram surpreendidos com os resultados, através desta abordagem mais educativa.

Para além do grupo de vira-voto, também se mobilizou um grupo de criação e partilha de *memes*. Havendo um consenso dentro do grupo que a campanha eleitoral esteve muito centrada nos media tradicionais, mas também com bastante ênfase nos novos media, nas redes sociais e nos chats, o Pela Democracia procurar ocupar esses mesmos espaços digitais, partilhando *memes* e imagens que procurassem de forma sintética passar uma informação, *“O povo de esquerda é do textão, mas o mundo está-se comunicando por memes, e a gente tem que perceber como usar essa linguagem para abranger mais pessoas”* (Entrevista a Y em Junho de 2019, Lisboa)

Outras formas de atuação durante este período deram-se em modo de cartas abertas assinadas por intelectuais e artistas portugueses, bem como vídeos de apoio de figuras públicas portuguesas (como Marisa Matias, Pilar del Rio, Miguel Vale de Almeida) ao voto em Haddad, em prol da defesa da democracia.

Como expoente mais visível deste movimento, a 21 de Outubro de 2018 foi organizada uma grande manifestação no Largo Luís de Camões, com o nome, Contra O Ódio Pela Democracia no Brasil, com a parceria do Coletivo Andorinha e com uma programação diversa, com música, poesia e espaço para discursar.

A relação com o Coletivo Andorinha, durante o mês das eleições foi mais uma simbiose do que colaboração, sendo que vários membros eram comuns aos dois movimentos. Após o resultado das manifestações deram-se algumas reuniões, onde foi explorada a ideia de apoio aos possíveis exilados políticos e a um boicote ao governo brasileiro. No entanto o grupo tinha um objetivo claro - combater o ódio, e Bolsonaro - e depois do resultado, os seus participantes procuraram outros locais de ativismo cujos objetivos fossem a longo prazo. Por um lado, o Coletivo Andorinha, e por outro, um novo movimento - Fórum Indígena, que se centra mais nas questões indígenas e ambientais. O

Pela Democracia “*foi um coletivo efêmero*” (Entrevista a G em Junho de 2019, Lisboa), mas que deixou a sua marca no movimento político de Lisboa.

2.8. A Casa do Brasil e o Movimento Associativo Brasileiro em Portugal

A Casa do Brasil de Lisboa foi fundada oficialmente em 1992, num momento político turbulento do Brasil (*Impeachment* do Presidente Collor) e permitiu reunir um grupo de pessoas interessadas na política e no futuro dos imigrantes. Desde então mantendo uma atuação “*como pólo de reflexão e promoção de debates temáticos e intervém ativamente em questões relativas à política de imigração em Portugal e à luta contra o racismo e a xenofobia.*” (Casa do Brasil, 2017, 9).

Aos poucos, configurou-se como um espaço de referência para os imigrantes recém chegados a Lisboa, ajudando nos processos legais e burocráticos. Reconhecida pelo ACIME (Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), atual ACM (Alto Comissariado para as Migrações), procura constituir uma forte relação com o governo português, ganhando espaço para ter uma voz no que toca à reconfiguração das leis de imigração “*(...) estando sempre ativa às condições de igualdade e de políticas públicas migratórias igualitárias em Portugal*” (Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil, Fevereiro 2020, Lisboa).

Com uma pequena equipa contratada e vários voluntários, consegue desenvolver vários projetos, por vezes com financiamento exterior. Fazendo jus à caracterização do que é considerado uma associação de imigrantes, “*as associações ganharam um carácter político reivindicatório e ganhou espaço um processo de profissionalização marcado pela capacidade dessas associações organizarem-se de modo a conseguir parcerias e financiamentos para as suas atividades. Este processo envolve o trabalho com instâncias burocráticas e até mesmo contratação de profissionais ou seleção de voluntários especializados*” (Dias, 2012, 44).

Este papel mais institucional que algumas associações de imigrantes assumem é visível no trabalho constante da Casa do Brasil, oferecendo atendimento pessoal a imigrantes, criando grupos de debate sobre diversos temas, ciclos de cinema, espetáculos,

mantendo sempre uma posição de destaque como associação de imigrante, “(...) o caráter associativo e político conferido à CBL desde a sua criação; a abertura para um diálogo intercultural em defesa da causa imigrante, alavancado pelas problemáticas suscitadas por brasileiros em Portugal; a recriação de uma cultura brasileira no exterior; a dimensão familiar da CBL e seu caráter de acolhimento simbolizado pelo nome Casa do Brasil.” (Casa do Brasil de Lisboa, 2017,19).

O associativismo brasileiro em Portugal pode ser dividido em três fases diferentes (Albuquerque, 2000). Uma primeira época, entre 1979-1980, uma fase de emergência, onde o objetivo principal era aceder às necessidades básicas dos recém-chegados. Uma segunda época, até 1990, uma fase de intervenção das associações como espaços de integração socioeconómica, e de mobilização política, com vista aos direitos de cidadania dos imigrantes e de seus descendentes. E uma terceira fase, a partir de meados de 1990 até 2000 (data de publicação do artigo), uma fase de maturação sobretudo do diálogo entre as associações e o poder local e nacional.

Surgindo no início de 1992, a Casa do Brasil enquadra-se na evolução da segunda para a terceira fase. Criando um espaço não só de ajuda e denúncia, como de politização e sobretudo procura de influência na esfera política. “Atualmente estamos a trabalhar num portal informativo online, juntamente com a Câmara Municipal de Lisboa (...) ele é construído de forma participativa, só as pessoas migrantes que participaram nos workshops que definem o que é que vai estar no portal (...) A ideia é trazer outros inputs, garantia de igualdade de outras formas, e não só. Incentivar ao uso de reclamações, entender como é que podemos participar na criação de políticas pública também.” (Entrevista Cyntia, Direção Casa do Brasil, Fevereiro 2020, Lisboa).

2.9. Notas Finais

O que estes grupos têm em comum é que a sua ação parte da urgência, do desespero, do querer fazer alguma coisa enquanto ainda é tempo. A sua ação e presença assume uma posição de destaque, porque conquistaram um papel de denunciadores de políticas antidemocráticas, tentando a todo o custo que um país democrático, como Portugal, ouça e se revolte igualmente. São as ideias partilhadas e o sentimento de estar longe mas querer

agir com impacto, “ *o Coletivo nasce pela angústia, angústia de pessoas que estavam aqui que em princípio não se conheciam, que têm a mesma visão do que nós gostaria do Brasil e se reúnem porque tinham um motivador, que era o pré-golpe.... (...) também um sentimento de incapacidade, porque nós estamos aqui, não pode atacar com pedra lá, não chega, isso te dá uma outra angústia*” (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa).

“*O Coletivo acaba por surgir como um movimento que tenta lutar contra os processos do golpe e pós-golpe e agora Bolsonaro. Ele tenta cá em Portugal tornar midiático as questões problemáticas que o Brasil tem, no meio da rua. (...) Então é esse pessoal, que no Brasil movimentava-se à esquerda e cá precisava também esse espaço, não encontraram e criaram. E uniu-se muita gente de vários partidos diferentes.*” (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa). A relação com os partidos foi sempre secundária no Coletivo, a proximidade com o PT surge por este ser o único partido brasileiro de esquerda com um núcleo ativo em Portugal, e não por uma filiação ideológica única. Diversas pessoas do núcleo do PT participam também no Coletivo, e várias vezes, as propostas de manifestações ou atividades coincidem, trabalhando assim em conjunto.

O Coletivo assume assim uma posição de esquerda, sendo no entanto suprapartidário, tendo em conta que os seus valores bases se interseccionam com ideias de vários partidos, todos eles à esquerda, no entanto, sem se interligar com nenhum. No caso do Pela Democracia, procuraram separar-se de conotações específicas, de forma a reforçar o objetivo do grupo, “*nós enquanto, Pela Democracia não temos ligação com partidos, a ideia de esquerda-direita, a ideologia seria aberta, quem é de esquerda, ou inclusive anarquistas que não são nem de esquerda ou direita, podem fazer parte... qualquer pessoa que tenha claro, o que é que ela recusa (...) quem nos obriga a dizer pela democracia, é o ódio. Por isso é que se chamava Pela Democracia – Contra o Ódio.*” (Entrevista a G em Junho de 2019, Lisboa).

Estas características apresentadas pelos grupos têm entre si bastante semelhantes, sobretudo no seu modo de ação, uma forte presença na rua, através de manifestações, nos debates públicos e nas redes sociais. Como associação de imigrantes sobressai a Casa do Brasil de Lisboa, que realiza um forte trabalho burocrático de apoio logístico ao migrante, e disponibiliza constantemente o espaço da sede, no Bairro Alto, para a realização de

atividades. Todas estas associações se assumem apartidárias, mas com uma ação política veiculada nas suas ações, um dado demonstrado também por Conradi e Marinucci (2008), após uma investigação sobre organizações de imigrantes brasileiros no exterior em quatro países, Paraguai, EUA, Portugal e Japão. A investigação demonstra que dos grupos entrevistados, 54% oferecia aos imigrantes atividades de apoio logístico e burocrático e 46% tinha um cunho reivindicativo e político. Sendo que em Portugal o maior número de associações existentes sobressai numa procura de mobilização política.

Num trabalho recente, França e Padilla (2019) referem a dificuldade de investigadores e estudantes brasileiros envolverem-se em associações de cariz associativista. *“No caso da comunidade académica brasileira em Portugal, a ação realizada por parte de redes e associações é muito limitada, praticamente inexistente. Há um desconhecimento da maioria dos/as académicos/as que se encontra no país de qualquer ação neste sentido – seja de iniciativas locais organizadas por académicos/as residentes no país, como por exemplo existência da APEB-Coimbra ou a disponibilidade da CBL(...)”* (França e Padilla, 2019,137).

O panorama do associativismo brasileiro em Portugal encontra-se assim fragmentado, sem dialogar com os vários universos onde circula a comunidade brasileira (França e Padilla, 2019). A Casa do Brasil surge nesta reflexão como o espaço de referência do associativismo brasileiro em Portugal, não correspondendo às necessidades dos académicos, mas criando um elo de ligação entre a comunidade.

A posição política destes grupos, principalmente do Coletivo Andorinha, pressupõe uma discussão que surge num determinado espectro de ideias de igualdade e liberdade, que vai buscar ao universo simbólico de determinados momentos históricos, isso é visível no seu símbolo e nas suas palavras de ordem. A forte relação com o 25 de Abril, o 1º de Maio, o *Bella Ciao* (música antifascista italiana) várias vezes cantada nas manifestações, permite olhar o grupo através de mais de um nível de análise, a ocupação do espaço, as redes transnacionais e o universo político onde opera. E são essas três relações que irei observar nos seguintes capítulos.

3. Marielle Vive e a ocupação da cidade

3.1. “Justiça por Marielle e Anderson: um ano sem respostas”

“Marielle Vive!”, *“Marielle Presente, Sempre!”*. Estes foram os cânticos que mais ressoavam na Praça Luís de Camões no dia 14 de Março de 2019, exatamente passado um ano do assassinato da vereadora e ativista Marielle Franco.

A concentração iniciou-se pelas 17h30 e decorreu até depois das 19h, numa quinta-feira normal no centro de Lisboa, pessoas a sair e entrar no metro, turistas perdidos entre o Chiado e o Bairro Alto, trabalhadores dos restaurantes e cafés da zona na sua pausa do cigarro. Diria que a partir das 17 horas se deu uma interrupção do cenário normal desta nossa paisagem, mas a verdade é que a estátua de Camões já recebeu a seus pés diversas manifestações organizadas pelo Coletivo Andorinha. Neste dia, em particular juntaram-se cerca de 300 pessoas, das mais de mil que mostraram interesse no evento de Facebook, para honrar a memória de Marielle Franco e Anderson, o seu motorista que também foi assassinado.

O evento foi planeado por várias organizações; o Coletivo Andorinha, Contra O Ódio – Pela Democracia no Brasil, Por Todas Nós – Movimento Feminista, ComuniDária, Panteras Rosa e Casa do Brasil de Lisboa.

“Não vamos baixar a nossa cabeça, não vamos baixar a nossa voz, queremos saber quem mandou matar!”, *“Estamos aqui reunidas, porque a luta vai continuar, temos que lutar todos os dias pela democracia no Brasil”*, *“Mataram Marielle mas não mataram o que ela representa”*, *“Antifascistas aqui e no Brasil”*. Estas foram algumas das frases presentes nos vários discursos ao longo da tarde, partiram das associações organizadoras e de deputadas de alguns partidos presentes na manifestação, como foi o caso do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português. As pessoas presentes na praça ouviam e repetiam ao fim de cada discurso *“Marielle Presente, Sempre!”*. A atmosfera de revolta e admiração por Marielle era palpável, 300 vozes a entoar o seu nome, e 300 vozes contra Bolsonaro e a favor da democracia no Brasil.

A correlação entre Marielle e Bolsonaro, não se fica apenas pela suspeição do seu envolvimento deste último no seu assassinato, mas por ambos se encontrarem em espectros opostos daquilo que sonham para o Brasil. O Brasil de Marielle seria feminista, livre, contestatário nos seus problemas de racismo, homofobia e daria lugar para que uma mulher, negra, lésbica, ativista tivesse um papel ativo continuado no tempo. O Brasil de Bolsonaro é um Brasil racista, homofóbico, xenófobo, a favor da violência, das milícias, da supremacia branca que não quer ver uma mulher como Marielle no poder. Mas seja no Brasil ou em Portugal, porque este ato teve repercussões em Coimbra e no Porto, o símbolo de Marielle vive, o sonho de um Brasil democrático e livre, e é esse símbolo que neste dia, e em tantos outros, está presente nas manifestações destes coletivos.

Pensar a celebração da Marielle é claramente estabelecer uma ligação com o Brasil, e é sobretudo criar uma ligação com o símbolo de Marielle. Um símbolo de liberdade e de contestação perante as injustiças. Ir para a rua celebrar Marielle é também ir para a rua exercer o direito de pedir um mundo mais justo. Levar este discurso para o espaço público é a questão principal, é devolver Marielle ao seu espaço de luta.

Partindo desta ideia, gostaria de perceber como e porquê é utilizada a rua pelo Coletivo. Tendo uma plataforma digital coesa, poderiam optar por um ativismo online, de partilha de informação e fomentação de discussão. Esta dimensão de forte presença online faz parte da sua estratégia, mas precisa de mais do que isso. Precisa do espaço público e da rua para se fazer ouvir. Esse foi o mote que gerou o seguinte capítulo.

Este capítulo procura centrar-se em duas questões. Uma primeira sobre a razão das manifestações serem na Praça Luís de Camões, explorando as respostas dadas pelos membros do Coletivo, compreendendo as questões práticas e logísticas do espaço e propondo que a Praça se transforma no lugar de eleição da existência do Coletivo, sendo onde as suas memórias são construídas e o movimento reforçado. A segunda parte procura responder à questão do porquê da utilização da rua para as atividades do Coletivo; primeiro é feita uma descrição de como é organizada a manifestação no Camões, percebendo que assim se transforma num espaço amplo e de troca de opiniões, verdadeiramente democrático. No seguimento da análise, podemos explorar a utilização da rua como espaço de divulgação de informação e da importância do Coletivo na cidade. Para além do lado

funcional da presença da manifestação, surge um outro olhar, a relação subjetiva que é construída em diálogo com o Brasil e a resistência presente no ato de ocupar o espaço público.

3.2. Porquê no Camões?

Um fator que mais chama a atenção é a permanência constante dos atos na Praça Luís de Camões. Qual é a ligação entre este lugar e a defesa dos direitos democráticos brasileiros? Não havendo uma resposta única, cada membro do Coletivo conta a história da Praça valorizando diferentes pormenores.

“Antigamente, o Consulado do Brasil ficava ali em frente ...aí se começou a fazer lá porque era uma referência ao consulado. Acho que em 2017, o Consulado foi para outra rua, aquela descendo da Brasileira (Rua António Maria Cardoso), e foi feito um ato lá, na época do Temer, e não foi muito bom, atrapalha o trânsito, opõe as pessoas porque a calçada é curta, estreita, perdia um bocado o sentido de ocupação do espaço público.” (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa).

“A primeira (manifestação) foi lá, depois a gente acabou fazendo algumas no Rossio, mas percebeu uma coisa, não somos um milhão na Paulista, o Rossio era imenso para a gente. E a parte de ligar à electricidade é longe (no Rossio). Uma vez fez-se no Martim Moniz, tinha um palco, mas tinha que falar com a empresa que dava luz, foi uma confusão. No Largo Camões, é um espaço prático, para a energia elétrica basta levantar do chão, é muito rápido de resolver.” (Entrevista a U em Junho de 2019, Lisboa).

“A sua centralidade, tem metro, pessoas que vêm de vários lugares de trabalho, autocarros, turistas, impacto que tem para os turistas também é importante... Há uma relação interna de facilidade burocrática, porque precisamos de ter uma fonte de energia... é mais oportuno ter sempre no mesmo espaço, até para os pedidos de autorização.” (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa).

A partir destas três perspectivas podemos compreender que a principal razão da permanência na Praça Luís de Camões é por uma questão logística. De forma a ter um ato organizado, é necessário pensar na autorização da Câmara Municipal de Lisboa, considerar

a questão da energia caso seja necessário um sistema de som, e pensar num local que embora seja de passagem, também tenha possibilidade de juntar várias centenas de pessoas.

A tentativa de acompanhar a mudança de Consulado para a Rua António Maria Cardoso demonstrou a dificuldade de ser numa rua com trânsito para carros, com passeios estreitos e pouca visibilidade. O Rossio é demasiado grande para dar destaque aos manifestantes, que se perdem no meio de uma praça que naturalmente já tem muitas pessoas a circular ou sentadas nos bancos perto das fontes. O Martim Moniz tem a dificuldade de ser um espaço igualmente grande, com uma forte presença de empresas privadas, e neste último ano estar parcialmente fechado ao público.

A Praça Luís de Camões engloba em si vários elementos práticos, podemos enumerar aqueles que os membros do Coletivo deram mais importância. Facilidade de acesso a energia e facilidade de chegada por via de transportes públicos (linha azul e verde no metro, linha de comboio desde Cascais, vários autocarros com terminal no Cais do Sodré ou Terreiro do Paço, e os elétricos, 24 e 28, muito procurados pelos turistas), bem como por via de transporte particular, com um parque de estacionamento exatamente por debaixo da praça. Para além destas questões práticas, a Praça é um local agitado, visível, habitado por locais e turistas e com um espaço adequado ao volume que os atos do coletivo normalmente atingem, *“Acho que é um espaço amplo, pode colocar 50 pessoas como 300, e comporta”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

Normalmente, os discursos e atuações feitas durante a manifestação são realizadas nas escadas da estátua, encarando o Largo do Chiado, e o frenesim da Rua do Alecrim, com os manifestantes a fazer um semicírculo de frente para a estátua e de costas para a Rua. Tendo em conta a presença de um quiosque que serve cafés e *snacks* no espaço da praça, esse lado da estátua nunca é o escolhido, mas acaba por ter sempre audiência.

Como participante nos atos, este é um espaço confortável para quem nunca foi a uma manifestação, pois tem a possibilidade de estar sentada, ora nos bancos que enquadram a praça perto da rua, como nos degraus da estátua, estando presente, mas sem ter a necessidade de estar de pé e em interação, sendo ao mesmo tempo fácil de se juntar à multidão no semicírculo e mesmo assim ouvir os discursos, pela escala intimista do espaço.

Uma outra questão prática fundamental é a facilidade de convocação de uma manifestação para o mesmo espaço. Seja pela semelhança de logística no processo de comunicação com a Câmara Municipal de Lisboa, seja por ser um espaço que é público, com uma área ampla e que não compromete a livre circulação do trânsito e das pessoas. O fator legalidade é fundamental para garantir a segurança de todos os participantes, numa manifestação não comunicada, os manifestantes estão mais vulneráveis se a polícia intervir. Além do mais, existe a possibilidade de haver manifestantes com documentos irregulares, potenciando problemas pessoais complicados de gerir, e que estes grupos ativamente procuram não criar.

Para além do papel funcional que a Praça Luís de Camões assume, podemos também fazer duas ligações interessantes. A proximidade com o consulado, que poderia inicialmente ter estabelecido uma ligação com o espaço público imediatamente à sua frente, não foi a razão da sua continuação, o Camões ganhou uma simbologia própria, não sendo meramente o local em frente ao Consulado do Brasil, mas sim o local onde acontecem as manifestações referentes ao Brasil.

A presença da estátua e do nome da Praça, Luís de Camões, também foi levantada algumas vezes. Camões, poeta do século XVI, é uma das maiores referências da literatura em língua portuguesa e igualmente reconhecido no Brasil, *“a praça... tem a simbologia do Camões, que também tem uma simbologia no Brasil (...) e não deixa de ser uma referência para a imigração brasileira ”* (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa).

Por trás destas respostas práticas, podemos compreender uma relação cada vez mais forte com o espaço da Praça Luís de Camões em si. Para além de ganhar autonomia relativamente ao símbolo de poder que o consulado representa, também se transformou no lugar de eleição para as manifestações referentes ao Brasil. Podemos olhar para o caso da manifestação organizada a 21 de Outubro, com o nome Contra O Ódio Pela Democracia no Brasil.

O grupo Pela Democracia no Brasil, que foi bastante ativo na luta contra a eleição de Bolsonaro, organizou uma grande manifestação no fim de semana anterior às eleições, onde juntou vários ativistas e artistas. A manifestação foi planeada e organizada com muito cuidado, procurando ter um grande alcance na cidade. No evento de Facebook, pelos menos

6 mil pessoas demonstraram apoio à atividade. A escolha de lugar surgiu de forma orgânica, devido à forte presença que o Coletivo Andorinha tem vindo a assumir na Praça Camões desde 2016. *“Porquê no Camões? No Camões porque é um espaço emblemático das manifestações de brasileiros aqui. Quase todas as manifestações ligadas... ou à migração, racismo, todas as manifestações da história, do Coletivo Andorinha são ali, foi por essa razão, não por uma razão específica, mais para seguir a onda.”* (Entrevista a G em Julho de 2019, Lisboa).

“Entre todas as propriedades que a ocupação legítima de um lugar supõe (...) é a frequência seguida de seus ocupantes legítimos: é o caso, evidentemente, do capital social de relações ou ligações ou de todos os aspectos mais subtis do capital cultural e linguístico, como os modos corporais e a pronúncia (sotaque)” (Bourdieu, 2008 [1993], 165). Partindo dos Efeitos de Lugar, de Bourdieu, e adaptando uma visão urbanística e segmentada sobre a cidade, para espaços de pertença momentânea e volátil, como uma praça, espaço público, que engloba em si várias pertenças conforme a hora do dia (durante o dia turistas no quiosque, a descansar nos bancos, e à noite a movimentação para o Bairro Alto, onde as escadas da estátua são muitas vezes ocupadas por jovens com garrafas de vinho na mão) e o momento do ano (no Natal recebe feiras natalícias, no Verão tem mais cantores de rua), podemos refletir sobre a apropriação do Camões pela luta da democracia brasileira, existindo como um lugar de referência que de tempos a tempos, quando surge a necessidade, é ocupado por uma ideologia partilhada que se materializa nos atos nesse mesmo local.

Esta forma de apropriação, de “ocupação legítima”, baseia-se no capital social, cultural e linguístico (Bourdieu, 1993), que estes grupos de migrantes e ativistas partilham, *“Eles (espaços) proporcionam capital social e capital simbólico, pelo efeito de clube que resulta da associação durável de pessoas e de coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns”* (Bourdieu, 1993, 165). Migrantes politizados, com um discurso referente a algo distante, como é a situação no Brasil, pressupõem uma questão de nicho na cidade de Lisboa, que pela sua permanência e insistência, sedimentou uma relação com o espaço da cidade, na procura de uma voz que seja ouvida e reconhecida. A Praça Luís de Camões tornou-se o seu palco.

Neste palco, são construídas memórias, memórias projetadas pelas redes sociais, numa procura de divulgação do acontecimento, memórias constantemente armazenadas e divulgadas pela facilidade da fotografia de um smartphone e acesso a plataformas de streaming (*live* no Facebook, Instagram), que aos poucos se vão transformando como arquivo da estrutura central do grupo. O Coletivo Andorinha, o Núcleo do PT, e o Pela Democracia, existem nas reuniões, nas páginas online e nos outros momentos de divulgação da sua palavra (debates, conferências, aulas), no entanto, a sua base de existência em Lisboa e relevância atual reside na rua, na ocupação do espaço público.

Esta ocupação do espaço público pode ser pensada como a plataforma de excelência de manutenção do grupo, é o seu espaço de fala, e uma forma de resistência. Os próximos segmentos surgem desta mesma reflexão, a partir destas duas formas de análise, olhar o espaço no seu lado prático, nas potencialidades que tem na comunicação com novas pessoas, e o espaço na sua dimensão simbólica, de resistência política.

3.3. Qual o papel da rua para as atividades do Coletivo?

Após compreender as razões práticas de ser na Praça Luís de Camões, olhamos para a ocupação do espaço público em si, de forma a compreender quais são as utilizações dadas à praça.

Primeiro, podemos descrever como decorrem geralmente as manifestações, seguindo os seus tempos e as suas falas recorrentes. Posteriormente descodificamos as camadas do uso da rua e de que forma se interligam com os objetivos do Coletivo, expostos no capítulo sobre a sua história.

Como é organizado o momento da manifestação:

O momento do ato é formado assim por três grandes momentos.

O momento da aglomeração, com pessoas com símbolos parecidos, sejam bandeiras do PT, t-shirts com a cara de Lula ou cartazes referentes a uma medida política no Brasil. Juntam-se em frente à estátua, o sistema de som é normalmente um microfone e uma coluna, no entanto, por vezes pode ser mais complexo, ou até sem nenhum, apenas com um megafone.

Nesta primeira fase, os responsáveis pela organização do ato, dizem algumas palavras, explicando quem são, o porquê de estarem ali e de que forma olham para a situação em particular. No caso da manifestação LulaLivre, no dia em que é assinalado um ano da sua prisão, a 7 de Abril de 2019, às 16 horas, foi organizado um ato. No discurso de um dos membros do Coletivo, falando em nome do mesmo, questiona, *“Qual é o nosso papel como esquerda? O Presidente Lula é um exemplo de coordenação de esquerda (...) e é isso que nós temos que fazer, juntar as esquerdas e ao fazer estas ações, embora pequenas são extremamente importantes para nos aproximar.”* (Manifestantes, Manifestação LulaLivre, 07.04.2019, Lisboa).

Após uns discursos oficiais, que marcam a posição política do Coletivo, a palavra é dada ao público. Na maioria das intervenções, é feita uma pequena apresentação inicial, nome, idade, trajeto migratório e relação (ou não) com quem organiza o ato. De seguida partilham as suas posições sobre o assunto em particular, normalmente contando uma relação pessoal e posicionando o argumento tanto na sua trajetória individual como no Coletivo que é afetado pelo mesmo. Neste caso, na manifestação pela Educação, uma professora partilhou o seguinte, *“Estou há pouco mais de uma semana em Lisboa (...) vim auto-exilada, sou professora universitária e senti o clima de perseguição que se vive neste momento no Brasil (...) os professores são o inimigo número 1 do governo (...) seja onde for, irei sempre denunciar esse governo fascista que está no poder no Brasil.”* (Manifestantes, Manifestação 30M pela Educação, 30.05.2019, Lisboa). A pessoalização dos temas políticos permite a que, após a partilha de discursos, seja mais fácil a aproximação entre todos os que participam na manifestação.

Esta é a terceira fase, quando terminada a manifestação, são arrumadas as coisas e as conversas informais começam. O termo da mesma rege-se normalmente pelas horas a que foi estipulada com a Câmara Municipal de Lisboa. No pós-manifestação várias são as pessoas que se juntam em pequenos grupos, procuram falar entre si e caso não conheçam o trabalho do Coletivo, normalmente procuram falar com um membro, de forma a trocar impressões.

Esta é a importância da rua como espaço verdadeiramente democrático, onde todos podem partilhar a sua voz, contar a sua história e trocar informações, também palpável nas

reflexões de Delgado, *“Las manifestaciones son actos rituales destinados a crear solidaridades basadas en el consenso circunstancial, fundar legitimidades, canalizar la percepción pública de los acontecimientos..., siempre combinando una intensificación interna del grupo congregado con una funcionalidad como vehículos de información dirigida al público en general.”* (Delgado, 2007,172).

Na sua obra, *Sociedades Movedizas - hace una antropología delas calles* (2007), o autor reserva a segunda parte do livro para fazer uma reflexão do uso extraordinário das ruas, ao uso que é dado, mas que o planeador da cidade não prevê na sua construção. Junta assim as manifestações e as festas. Momentos esporádicos, disruptivos da normalidade quotidiana que a ordem pública procura manter. Estes acontecimentos requerem pedidos de autorização às autoridades locais e a uma escolha prévia do espaço. Encontrando outras semelhanças entre os dois -manifestações e festas - para além do seu papel de reconsiderar o uso do espaço público, ambas por vezes partilham elementos, como o ruído, confusão de sons e pessoas.

A manifestação é um ritual político, sendo possível compará-lo inclusive a uma procissão, onde os participantes sabem o seu lugar na fila e utilizam símbolos que os identificam. No entanto, estes momentos, onde várias pessoas individuais se unem para formar um coletivo de vozes, são os momentos verdadeiramente democráticos por excelência , *“Los ciudadanos se representan a sí mismos, reclaman su derecho a existir con un rostro; no como votos, sino como seres de carne y hueso que se hacen presentes en la calle para increpar a los poderes y sólo algunas veces para brindarles su apoyo.”* (Delgado, 2007,177).

“O que a gente faz de melhor é convocar esses atos, já tem um público meio que fiel e há pessoas que conhecem o Coletivo mas não podem ir às reuniões, então vão aos atos. Eu acho que os atos são de facto muito efetivos, porque eles criam essa publicidade que a gente quer. A gente faz normalmente em lugares que têm bastante circulação de pessoas.” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

A partir desta reflexão e da observação participante realizada em 2019, é possível dividir o impacto das manifestações em dois objetivos específicos:

1. Passar informação independente dos grupos de comunicação privados, a locais e turistas que passam, ao mesmo tempo que é gerada nova informação para postar nas redes sociais;
2. Garantir a posição recorrente do grupo na cidade de Lisboa.

Passar informação independente dos grupos de comunicação privados, a turistas e locais que passam, ao mesmo tempo que é gerada nova informação para postar nas redes sociais:

A proximidade com as pessoas é uma das principais potencialidades da realização das manifestações. Ao assumir o espaço público como plataforma de fala sobre os assuntos que defende, o coletivo torna-se verdadeiramente autónomo de qualquer interveniente. A rua transforma-se no palco por excelência, não só deixam de existir barreiras na comunicação, como permite a total conexão com as pessoas. *"....estando na rua falamos com as pessoas, ou elas vêm falar connosco, e é uma forma de propagar as nossas ideias"* (Entrevista a O em Maio de 2019, Lisboa).

A rua é a oralidade do manifesto, é a possibilidade de discursar livremente e de partilhar com quem passa por perto as ideias do grupo. A proximidade com as pessoas, é um factor fundamental da presença na rua. Seja a partir da distribuição de panfletos com informações, ou da conversa direta, quem passa pela Praça Luís de Camões aproxima-se várias vezes e pergunta a quem lá está, o que se passa, qual o objetivo e a razão pela qual estão pessoas a manifestar-se. Este primeiro momento de curiosidade leva a uma conversa despreocupada e potencialmente a entrada de novos membros no Coletivo.

A relação entre a conversa informal e a informação transmitida é muito importante, pois um dos principais objetivos do Coletivo é ser a contra-resposta e fazer uma denúncia pública do que acontece no Brasil. *"En principio, parecería que las convocatorías públicas estén destinadas a generar acontecimientos mediáticos, pero, de hecho, más allá de tal función inmediata, la acción política en la calle constituye una modalidad de democracia directa y radical, en que son los propios afectados los que se consideran legitimados para hablar de sí mismos y sin el concurso de mediadores orgánicos institucionalizados a través del voto, ni usando los «conductos reglamentarios» que prevé el sistema parlamentario y la burocracia administrativa."* (Delgado, 2007,177).

A propagação através dos media é também fundamental para o trabalho do Coletivo, seja diretamente para o Brasil, seja entre migrantes em Lisboa ou até para os media portugueses. Em todos os atos é incentivado o uso do telefone, a tirar fotografias, gravar áudio e partilhar nas redes sociais. No fim da manifestação feita em honra de Marielle foi tirada uma fotografia de grupo, colocada na página do Facebook do Coletivo, e sugerida a hipótese de todas as pessoas presentes partilharem a imagem para ter um maior alcance.

Para além de gerar informação para as pessoas que estão na rua e de a divulgar nas redes sociais, as manifestações surgem como um espaço de excelência a um primeiro contacto com o Coletivo. Todas as pessoas são encorajadas a ir aos atos, o evento no Facebook é livre e serve o propósito de convidar pessoas. Os eventos transformam-se assim no espaço ideal para quem tem interesse em juntar-se ao Coletivo. Como conta um dos membros atuais do Coletivo, “ *Exatamente porque já sabia da sua existência, porque sou ativista, e tinha conhecimento de certos grupos no exterior, e um dos maiores grupos no exterior é o Coletivo Andorinha... e portanto, eu procuro entrar em contacto, mando mensagens, mas não sou respondido, mas é a rua, é o espaço público, que me faz ter a primeira interação tanto com o núcleo do PT como com o coletivo andorinha, é no dia 8 de março. (...) O meu contato com o Coletivo Andorinha, não se deu por e-mail, porque não responderam ao e-mail, nem por mensagem no FB, ele se deu no espaço público no dia 8 de março.*” (Entrevista a I em Dezembro 2019, Lisboa/ Rio de Janeiro).

Garantir a posição recorrente do grupo na cidade de Lisboa:

Esta permanência no espaço público, como fundamento da sua relação com as pessoas também é o que permite ao Coletivo o seu reconhecimento.

O Coletivo vai para a rua, esta peregrinação constante, como reação imediata a acontecimentos no Brasil ou em Lisboa, coloca o espaço da Praça Luís de Camões, como um lugar de memória e resistência. O coletivo existe na rua, e a sua permanência na mesma atribui-lhe legitimidade como grupo pertencente à cidade, “*Então a própria ocupação continuada do espaço, tornou o Coletivo uma entidade referencial.*” (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa).

Como explorado anteriormente, relativamente ao “porquê de ser no Camões”, e relacionando com o ponto anterior sobre a existência física do Coletivo no espaço público, podemos aprofundar a questão do lugar de memória e apropriação do espaço. *“E o tempo é crucial na dinâmica destes espaços: ao nível da sua organização, da sua apropriação simbólica, das sociabilidades que se vão desenvolvendo, das formas de expressão simbólica, até das formas emergentes de acção política”* (Cordeiro e Vidal, 2008,10).

A Praça Luís de Camões transformou-se no lugar por excelência para se fazer manifestações relativas ao Brasil, sendo utilizada pelo grupo Contra o Ódio - Pela Democracia no Brasil. Mas também o Coletivo se foi afirmando, face ao esforço e dedicação em ocupar a rua constantemente, fazendo-o sempre que possível. Uma nota online não é o suficiente para refletir a indignação que muitos militantes e apoiantes do Coletivo sentem face aos acontecimentos políticos. Face a uma insuficiência de marcar uma manifestação sobre um determinado assunto, ou até estar presente noutras manifestações que são relevantes para a situação política no Brasil, é comum receberem mensagens, como se segue, *“Recebi uma mensagem, foi engraçado... de uma menina, que estava num ato que não organizamos, ela ficou muito chateada por não ver a gente lá, “Puxa como é que vocês definem a vossa pauta e não estão lá?” (...) Quando a gente publica alguma coisa na página, perguntam se vai ter Lisboa, ainda rola essa cobrança.”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). Nestes momentos é sempre feito um convite a participar no Coletivo, porque a não participação ativa do Coletivo em determinado acontecimento, muita está relacionado com a falta de pessoas ou o excesso de atividades, e não ao seu pouco interesse.

No entanto, este pormenor da vida quotidiana do Coletivo permite confirmar que a presença que tem em Lisboa está de tal forma enraizada que é sempre expectável que haja uma manifestação no Camões, assumindo uma posição de destaque nas discussões sobre o Brasil.

3.4. Como olhar a rua, o que significa a rua?

Para além do lado funcional da presença do coletivo na rua, podemos olhar para o lado simbólico desta ocupação do espaço público.

A rua pode ser olhada por múltiplos pontos de vista, no entanto, como denominador comum aos habitantes da cidade, ela potencia relações, caracteriza espaços e determina movimentos. A rua enquanto agente na cidade é fundamental para compreender quem vive e habita essa mesma cidade, através da relação que os grupos têm com o espaço público.

A antropologia urbana pensou diversas vezes a rua como espaço de sociabilidade (Cordeiro e Vidal, 2008) ou como espaço de divergência. No contributo de vários autores para a elaboração do livro *A Rua - espaço, tempo e sociabilidade* (Cordeiro e Vidal, 2008), podemos compreender como e de que forma tem sido a rua estudada no início do século XXI. Partindo de Paris e da sua complexa organização social e económica, Maurizio Gribaudi (2008), observa a construção de estratégias de mobilidade social e política dentro do espaço de vizinhança. Em Lisboa, Tim Sieber (2008) estuda o dito desaparecimento da rua tradicional, tornando-se num espaço ambíguo onde são desenvolvidas novas trocas sociais. Partindo dos domicílios, Frédéric Vidal (2008) problematiza a rua como um espaço de negociação e contraste de hábitos. Susana Durão (2008), também olha os usos sociais da rua, mas a partir do ponto de vista de uma esquadra da polícia, dividindo assim a cidade em lugares bons e problemáticos.

No caso da presente dissertação, a rua surge como ferramenta para refletir a apropriação do espaço público, de um ponto de vista físico e simbólico. Onde o encontro regular na Praça Luís de Camões permite a construção de uma base comum e de um sentimento de pertença. De certa forma, podemos interligar esta reflexão com o trabalho em torno da arte urbana, compreender de que forma a ocupação do espaço pode ser feita pelos seus habitantes. A arte marca a cidade e decorre muitas vezes na marginalidade (Campos, 2007). Sendo utilizada como mecanismo de auto-determinação para alguns grupos, também se pode discutir o seu potencial contestatário, de demarcação de território e consequentemente apropriação de um determinado local, *“É um meio para comunicar, para adquirir estatuto e integrar uma comunidade (...) Na manifestação pública e na performatividade uma abordagem antropológica ao Graffiti urbano os writers sentem-se em comunidade, transportam um sentido de pertença e de partilha que lhes dá conforto e confere um significado ao mundo (...) Os jovens destituídos do poder de gestão e participação nas políticas urbanas, apossam-se de espaços liminares, dos territórios que*

habitam, deixando a sua marca e manifestando a sua existência no meio do cimento e do betão.” (Campos, 2007, 473 - 475).

A demarcação do território como pertencente a um grupo, pode acontecer de forma temporária ou permanente, e é muito associada à utilização do espaço público. Podemos perceber isso através dos trabalhos da Escola de Chicago, onde se desenvolveu um olhar para a cidade, que incluía as suas divisões étnicas e de classe. No trabalho de Burgess, *The Growth of the City*, em 1925, a cidade de Chicago foi observada pelos seus processos de crescimento urbano. Permitiu compreender que na zona central se concentravam as atividades económicas e administrativas, e nas áreas circundantes ocorria uma distribuição espacial de círculos de crescimento, onde era visível a aglomeração de instalação migrante, conhecidas como *Little Sicilly* e *China Town*, espaços de transição e locais de passagem.

O estudo dos enclaves étnicos é aprofundado por Brettell, onde associa estes espaços na cidade com uma maior possibilidade de os imigrantes se apoiarem e potencialmente adquirirem maior mobilidade em termos sociais e económicos. (Brettell, 2000). No entanto, também propõe o oposto, “*for many of those who live and work in the Chinese enclave in New York it is a source of enslavement, exploitation, dependence and limited opportunity.*” (Brettell, 2000, 133).

Esta olhar económico sobre a cidade também é importante para compreender as suas divisões internas. As rendas, o preço dos transportes e a acessibilidade são fatores igualmente fulcrais para a vivência na cidade e a representatividade que ela permite aos grupos minoritários.

Olhando o caso do Coletivo Andorinha e os outros coletivos que representam e discutem a política do Brasil, compreendemos que a utilização da parte central da cidade é tanto um ponto positivo como negativo. A sua centralidade permite chegar a mais pessoas que provavelmente estavam distantes no que concerne ao conhecimento das questões que são apresentadas nos atos, “*El centro es entonces un campo de encuentro de todos, escenario de una actividad múltiple, paraje permanentemente vigilado, es cierto, pero donde puede pasar cualquier cosa en cualquier momento*” (Delgado, 2007, 174). No entanto, a relação com a comunidade brasileira dificilmente se dá no centro da baixa lisboeta, no fim dos dias de trabalho, durante a semana. Esta questão foi inúmeras vezes

apresentada como uma preocupação pelos membros. Considerando o facto das reuniões e manifestações serem sempre no centro da cidade, o Coletivo estaria a contribuir para uma segregação espacial, impedindo quem vive fora da cidade de participar ativamente. Foi debatida a hipótese de se tentar levar as manifestações para fora do centro da cidade, onde a maioria da comunidade brasileira se movimenta. No entanto não se pode descartar a realidade que a permanência constante do Coletivo no centro turístico e histórico da cidade de Lisboa, permite assim a sua afirmação e a ocupação da cidade com as questões do Brasil, onde não são imediatamente associadas. *“Cuando una colectividad quiere proclamar alguna cosa lo hace preferentemente en el centro, y no sólo por sus virtudes magnificadoras, ni porque allí residan las instancias políticas interpladas, sino por la propia elocuencia que se atribuye a un territorio donde pasa todo aquello que permite hablar -en el sentido que sea- de una sociedad urbana.”* (Delgado, 2007,174).

Esta demarcação política permite pensar duas formas de utilização do espaço público de um ponto de vista simbólico:

1. Um espaço seguro e a ligação direta com o Brasil, a Praça Luís de Camões é a continuação da rua no Brasil;
2. A resistência.

Um espaço seguro e a ligação direta com o Brasil, a Praça Luís de Camões é a continuação da rua no Brasil:

Para além das manifestações serem o ponto referencial do Coletivo, os atos na Praça Luís de Camões não permitem apenas um contato direto com quem está interessado, eles assumem aquilo que o Coletivo significa para muitas pessoas, um espaço seguro.

Partindo do discurso de ódio e opressão que o governo de Bolsonaro tem vindo a praticar, a sensação de insegurança alastra. Mesmo estando em Portugal, e longe das políticas públicas aplicadas no território, muitos dos militantes do Coletivo são afetados indiretamente. Pela descredibilização que é feita aos membros da comunidade LGBTQI+, pelo ataque aos membros de partidos de esquerda e a quem assume ideias longe das do governo eleito. O possível isolamento, sobretudo num contexto migratório, onde a rede de

solidariedade e apoio está a ser construída, leva a que o encontro no Camões seja bastante significativo.

O distanciamento das políticas nacionais, e do discurso oficial, interliga-se com o medo de quem fica para trás, os familiares e os amigos que sofrem de facto as consequências das decisões governativas. Isto transforma a experiência da manifestação, não só num momento individual de expressão dos seus ideais, como num momento coletivo de construção de uma comunidade.

“Mas foi chegar no lugar (Praça Luís de Camões) onde podia encontrar pessoas que estavam sofrendo aquelas mesmas dores, que estavam com aquele mesmo sentimento, compartilhar essa mesma dor e sentimento e assim, poder, enfim, estar mais fortalecido, poder viver essa dor, esse luto e... tem essa dimensão da política e do afeto. Enfim, da racionalidade, mas também da subjetividade.” (Entrevista a W Maio de 2019, Lisboa).

Para além da ligação feita entre os membros da comunidade brasileira de Lisboa que estão a ocupar o mesmo espaço nas horas das manifestações, esta ligação não se limita aos contornos físicos de quem lá se encontra, mas permite assim um contato direto com o que se sucede no outro lado do Atlântico. *“Mas acompanhei de longe, isso e ia para todos os atos, era uma catarse também, era uma forma de a gente estar perto do Brasil (...) tem uma dimensão pessoal muito grande. Subjetiva. De sentir exatamente isso, de ocupar o espaço público, de visibilidade, de não estou no Brasil mas estou num espaço que me permite fazer um diálogo, um trânsito, uma conexão com essa luta no Brasil.”* (Entrevista a T em Maio 2019, Lisboa).

Esta visibilidade e ligação com o Brasil foi algo partilhado de forma recorrente e com algum ênfase, *“Tem uma dimensão simbólica e subjetiva. Para cada brasileiro, emigrado, que está aqui, com angústia, sofrimento, a sua vontade de intervenção, muitas vezes, com sentimento de culpa por não estar lá ... então é um momento de sociabilidade, de estar junto, de conexão com o Brasil, de conexão com o território.”* (Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa), *“Estar aqui presente, falar para vocês... ajuda nem que seja a consciência, que estamos a fazer alguma coisa”* (Manifestante, Concentração por Marielle, 14.03.2019, Lisboa).

Esta reflexão permite-nos pensar e mobilizar um conceito várias vezes utilizado na antropologia urbana, a ideia da cidade alargada. Onde o nicho étnico, o bairro e o local de trabalho não são a única referência de análise, e a vida do cidadão urbano é constituída pela sua rede de transportes, movimentações, espaços comerciais e os locais onde estão a família e os amigos (Cachado, 2008). Compreender o habitante na cidade é fundamental para o seu estudo, tanto da cidade como do habitante, mas neste caso, a cidade alargada interliga-se com aquilo a que poderemos chamar de cidade subjetiva, com a rua num outro país, que naquele mesmo dia, ou dias antes ou depois está organizado em manifestação, a gritar as mesmas palavras de ordem, permitindo assim um sentimento de união profunda.

“O ato, naquele momento, o território do Brasil está alargado, tem uma cidade ampliada, tem uma imigração brasileira que tem pautas, que tem cara, que tem rosto, e está querendo fazer uma intervenção no Brasil e está querendo fazer uma intervenção aqui, pelas conexões que Portugal tem com o Brasil, e por tudo o que significa pensar o Brasil em Portugal.” (Entrevista a W em Maio de 2019).

A resistência

Olhar o papel da rua na luta política foi o mote central para a construção da presente dissertação. A rua não só como objeto mas também como possibilidade. Sem a rua, sem o espaço público, dificilmente eu teria tido acesso ao Coletivo e consequentemente à informação sobre o Brasil que hoje tenho.

A rua foi a plataforma de comunicação de informação e relacionamento entre pessoas com ideias semelhantes e não só, como vimos em cima, mas também permitiu compreender a dimensão subjetiva de relação com a luta no Brasil. Como as questões migratórias e de luta transnacional que surgem são também desenvolvidas brevemente nos outros capítulos.

No entanto, qual é efetivamente o papel da rua neste contexto? A rua cujo objetivo não é de passeio, ou de mobilidade, mas sim o lugar de luta por excelência. *“La manifestación de calle implica una de las expresiones más entusiastas y activas de participación política y de involucramiento personal en los asuntos colectivos, así como*

una modalidad especialmente vehemente y eficaz de control social sobre los poderes públicos.” (Delgado, 2007,164). Ideia também exposta por Harvey, que explora a importância do urbano no contexto da luta internacional por melhores condições, contextualizando as cidades como o epicentro da atualidade e onde nas suas disparidades e barreiras de ascensão social e económica, surge verdadeiramente a luta pela igualdade (Harvey, 2013).

Ambos se interligam na discussão sobre quem tem o direito à cidade. As manifestações são uma ocupação momentânea do terreno da cidade, transformando-o, recondicionando-o e afirmando-o, nesse momento, como pertencente ao grupo que o ocupa.

Pensar a plataforma de fala como sendo a rua é questionar quem tem direito à cidade. Partindo da discussão teórica de Lefebvre e interligando com a reflexão de Delgado, a normatividade das cidades é imposta pelo poder estatal, que assim procura que as manifestações sejam momentos ocasionais e pouco espontâneas; *“(…) y sólo excepcionalmente para que participen en movilizaciones colectivas patrocinadas o consentidas oficialmente. Cualquier otro usufructo de la calle es sistemáticamente contemplado como peligroso y sometible a estrecha fiscalización y, eventualmente, a prohibición o disolución violenta.”* (Delgado, 2007,165). Este controlo do poder político sobre as ruas é um dos motes de exploração de Lefebvre, que teoriza a cidade a partir de uma ideia de unidade que *“(…)permite o desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade mobiliária (o dinheiro) sem, todavia, destruir a propriedade coletiva ou, antes “comunitária” da terra. Constitui-se assim uma comunidade no seio da qual uma minoria de cidadãos livres detém o poder sobre os outros membros da cidade: mulheres, crianças, escravos e estrangeiros. A cidade liga os seus elementos associados à forma da propriedade comunal (“propriedade privada comum”, ou “apropriação privativa”) dos cidadãos ativos, os quais se opõem aos escravos.”* (Lefebvre, 2012 [1964],40). O domínio privado, neste caso associado às questões da habitação, também pode ser pensado na rua, nas praças e nos passeios, o espaço público é condicionado, estipulado e planeado muitas vezes pelo poder privado. A rua é um local com regras de comportamento implícitas e ao mesmo tempo surge nas manifestações como um espaço de contestação que quebra com essas mesmas regras – não andar no meio da estrada, gritar no espaço público – sendo que

esse mesmo momento de contestação é legitimado legalmente, sendo um espaço de resistência autorizado pela autoridade.

Esta componente, no entanto, não desvaloriza o seu poder enquanto disruptivo, *“Então ir à rua nesse atual momento, de vida, neste atual momento de individualismo, de solidão, de distanciamento, já é um ato simbolicamente importante, a gente se reúne lá para gritar. Já é alguma coisa.”* (Entrevista a Y em Junho de 2019, Lisboa). Esta reflexão feita por um dos membros ilustra o sujeito urbano de Simmel (1997[1903]) na perfeição, afastando-se do anonimato e da indiferença para se exaltar e ser ouvido. O espaço urbano potencia esta relação de dicotomia, onde o indivíduo vive isolado no quotidiano, mas precisa do coletivo para reivindicar algo referente aos seus ideais.

Um trabalho etnográfico que parte da agencialidade dada à rua foi feito por Sopranzetti (2019) na cidade de Bangkok. Neste contexto, o autor reforça de que forma se pode estudar a cidade sem partir de um grupo social ou de um determinado espaço, estudando assim a cidade e não a partir da cidade. No seu trabalho segue o percurso dos vários taxistas de motas, fundamentais na circulação de fluxos entre as ruas agitadas e permitindo a chegada rápida de um ponto ao outro, criando uma importante rede de circulação na cidade. A sua importância é exponenciada quando é feito um protesto em Março de 2010, conhecido como Million People March. Neste período, não só são ocupadas várias áreas da cidade, onde os taxistas de mota abastecem regularmente quem estava no protesto, mas também são feitos bloqueios à circulação da cidade, seguindo indicações dos táxis, *“(...) with their help, there parades brought traffic to a halt, redefined spaces of transit as pivotal arenas, and challenged the state forces to control and contain a truly mobile protest.”* (Sopranzetti, 2019,121). A partir desta situação, Sopranzetti reflete sobre a importância que o espaço público tem na manutenção do poder estabelecido e como uma disrupção nesse espaço do poder pode questionar a ordem. *“Movers of the city, makers of the city”* (Sopranzetti, 2019,116). A invisibilidade dos taxistas no dia-a-dia da cidade não fazia querer que seriam tão fundamentais para o funcionamento da mesma, permitindo assim pensar os diversos usos do espaço público e centrar o papel na agência e relevância que a rua pode ter no seu papel político.

“Mas é assim, os imigrantes se reunirem num espaço público, de um território português, território alheio ao nosso, a gente não nasceu aqui... já é um ato de resistência muito importante. A gente está falando com o nosso sotaque, denunciando coisas do nosso país, acho que soa de outra maneira. Se fosse, fazer um paralelo, mas a gente tem esse privilégio, a gente pode falar português.” (Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa). Não é só a forma, o que é dito, onde é dito, mas também o discurso é relevante, a partilha de uma linguagem, o entendimento mútuo entre migrantes e locais, garante um alcance e um à vontade que outros coletivos de imigrantes brasileiros pelo mundo fora não têm. Neste caso, ter sotaque contribui para a demarcação da ocupação da praça, sotaque esse que nem sempre é bem-vindo no país de brandos costumes. *“Portugal tem muito preconceito... a gente está só olhando e de boquinha fechada, aí a gente é toda irmão, mas é só abrir a boca e dar um probleminha e já “volta para tua terra,” “tinha que ser brasileiro””* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). A conotação negativa que provém do sotaque nesta primeira instância de confronto com o discurso de ódio é também o primeiro indício que se ouve na praça. No entanto neste contexto dá-se uma subversão da norma, onde a discriminação face ao sotaque ganha uma dimensão que no quotidiano não tem, porque permite um diálogo sem fronteiras, sem intervenientes e de mais fácil compreensão.

“Eu acho que ocupar a rua, simbolicamente já é um ato de resistência.” (Entrevista a F em Maio de 2019), além da justificação teórica, para os membros do Coletivo, ir para a rua é um dos objetivos da sua militância, é estar mais perto do Brasil e de se afirmarem coletivamente e individualmente de forma política.

3.5. Notas Finais

Ir para a rua é a materialização de vários objetivos do Coletivo Andorinha, permite transmitir informação, estabelecer novas ligações entre membros, curiosos e desconhecidos, permite estar perto do Brasil e interligar o momento de Lisboa com o momento na sua cidade natal, cantar as mesmas músicas e entoar os mesmos cânticos. E sobretudo permite ser ouvido, garantir uma plataforma e angariar testemunhos da sua luta, espaço esse encontrado e fortalecido na rua. *“Então é muito isso, a gente se tornar os protagonistas das nossas próprias lutas e com isso tentar, o mínimo de avanço. Mesmo que*

o grupo que tenha participado nas manifestações seja bastante reduzido, faz-se algum barulho e chama bastante a atenção.” (Entrevista a O em Junho de 2019, Lisboa).

A Praça Luís de Camões adquiriu um novo significado desde 2016, não é necessariamente visível, mas está lá. Cresceu nos últimos anos a ser um palco, a ter em si o discurso politizado da esquerda brasileira que ali encontrou um espaço de luta. *“Portanto ele é um espaço de disputa de ideias também, é um espaço de disputa da própria significação do espaço. O que é que é aquele espaço, para que serve aquele espaço, mas também um espaço de disputa de ideias, de narrativas da sociedade, e também de organização, muitas pessoas se aproximam do Coletivo Andorinha através dos atos que a gente faz de rua, eles vêm para as reuniões, eles acompanham e se juntam à luta através desses atos.”* (Entrevista a I em Dezembro de 2019, Lisboa/Rio de Janeiro). A permanência constante e a recorrente apropriação do mesmo espaço cria memórias, marcando tanto o grupo como o lugar (Halbwachs, 1990 [1959]). A indissociação entre ambos abre a possibilidade de abrir uma nova dimensão na história do lugar (Nora, 1984), da Praça Luís de Camões, onde o seu trajeto ao longo dos anos foi marcado pelas memórias coletivas partilhadas nas manifestações que ocorreram nesse espaço. A memória do Coletivo estará sempre presente na Praça, consonância essa presente e materializada no discurso de uma deputada portuguesa (Joana Mortágua do Bloco de Esquerda), que afirmou publicamente, num momento de manifestação, que tendo em conta a presença e constante luta feito pelos imigrantes brasileiros em Lisboa, onde os valores democráticos, de esquerda e de liberdade eram constantemente lembrados, a Praça Luís de Camões deveria chamar-se Praça Marielle Franco.

4. A Manifestação Contra os Cortes na Educação e o reflexo de uma política transnacional

4.1. Manifestação 30M em Defesa da Educação no Brasil e antecedentes

Em Maio de 2019, Jair Bolsonaro estava há cinco meses no poder. Nesse mês, foi emitido um comunicado sobre as Universidades Federais, apontando um possível corte de 30% relativo ao seu financiamento público⁷. Ao saber da notícia, vários alunos uniram-se contra esta medida e saíram em protesto para a rua. No dia 15 de Maio, milhões de pessoas juntaram-se em diversas cidades no Brasil, numa primeira crítica massificada às ações do governo para com a educação. Este movimento ampliou-se a 30 de Maio, quando o Sindicato dos Estudantes lançou um novo apelo ao protesto, organizando-se outra grande manifestação.

Em Lisboa, a história foi semelhante, mas com algumas alterações de carácter. O mês de Abril e Maio foram meses muito preenchidos em atividades organizadas pelo Coletivo Andorinha, e o mês de Junho avizinhava-se igual. As notícias dos cortes públicos às universidades chegaram no final de Abril, entre o 25 de Abril e o 1º de Maio, dois dias agitados na linha cronológica do Coletivo e do PT, não sendo assim possível organizar uma manifestação e elaborar um plano de ação para a primeira data do protesto, 15 de Maio. No entanto, uns dias antes, começou a circular no Facebook um evento a apelar a um ato de apoio para com as manifestações de dia 15. O evento foi bastante divulgado, no entanto, ninguém sabia quem o tinha organizado. Procurava juntar os jovens estudantes de Lisboa e todos os outros a quem um corte do financiamento nas universidades indignava.

O ato contou ainda com duas dezenas de pessoas, a maioria jovens universitários brasileiros que não estavam ligados ao Coletivo ou ao Núcleo do PT, bem como alguns trabalhadores migrantes. Todos se juntaram para pintar cartazes (comprados na altura, com dinheiro coletivo), ouvir música e tirar fotografias para partilhar o 15M (15 de Maio), contra os Cortes na Educação. Na manifestação, foi possível falar com o jovem que a organizou, que mais tarde se juntou ao Coletivo Andorinha. Este explicou que estava em Lisboa há

⁷ <https://www.publico.pt/2019/05/15/mundo/noticia/brasil-sai-rua-cortes-educacao-idiotas-uteis-imbecis-acusa-bolsonaro-1872814> (Consultado a 12.11.2019 as 13h50).

pouco tempo e viu que a sua universidade no Brasil estava a organizar um ato contra os cortes. Estando longe, não queria deixar de participar no dia organizado pelo Sindicato dos Estudantes; procurando ações dos grupos ativistas de Lisboa, e não encontrando nada, decidiu fazer o seu próprio ato. Escolheu o Camões, porque já sabia que era um espaço privilegiado para as manifestações relacionadas com o Brasil, e esperou que aparecessem pessoas. Tendo em conta a sua espontaneidade, não foi legalizado e não tinha grande preparação prévia.

Passadas duas semanas, foi convocado novo ato, o 30M - Dia da Mobilização Internacional Pela Educação No Brasil. Para esta data, o jovem ativista que organizou o 15M, juntou-se ao Coletivo e ajudou a planear um grande momento na Praça Luís de Camões. Neste dia, foram organizadas várias manifestações em simultâneo pelo mundo fora, em Nova Iorque, Boston, Estocolmo, Amsterdão, Londres, Barcelona, Quebec, Montreal, apenas para nomear algumas.

No caso de Lisboa, e tendo em conta todos os atos que testemunhei, este foi o que contou com uma maior heterogeneidade nos seus participantes. Em frente à estátua do Camões estavam membros do Coletivo e do PT, alunos universitários brasileiros e portugueses que vieram em grupo, trabalhadores migrantes e vários turistas brasileiros, que ao passar pela Praça, facilmente identificada com a bandeira do PT e frases de luta nos cartazes, se juntaram à manifestação, demonstrando felicidade por fazer parte do ato internacional.

Às 18h começou a oficina de cartazes, feitos coletivamente, e às 19h15 deram início aos discursos. Nos cartazes, o tema centrava-se em torno do direito à educação, numa luta conjunta, e uma responsabilidade comum em garantir esses direitos. Também eram visíveis várias bandeiras do PT, mensagens LulaLivre e o grande cartaz do Coletivo Andorinha.

Do microfone soaram vários discursos, algumas histórias biográficas, e várias palavras de luta.

“Se encontrarem algum Bolsomino arrependido, não faz piada disso, se eles dão espaço para dizer que estão arrependidos, fala com eles”;

“Estou em Lisboa há pouco mais de uma semana... há um clima de perseguição aos professores doutores, de pós-doc, pessoas da literatura e humanidades, ninguém me contou, eu senti...os professores são o inimigo número um do Estado... sou agora auto-exilada... tinha que sair do Brasil.”

“Estou aqui para denunciar esse governo fascista no Brasil.”

(Manifestantes, Manifestação 30M pela Educação, 30.05.2019, Lisboa).

O sentimento de denúncia perante a situação Brasil, intercalado com uma vontade de mudança e esperança de ser possível continuar a resistir, pela via da educação e dos atos de resistência praticados em tantos cantos do mundo, estava presente e fazia parte das conversas entre as mais de 50 pessoas que se encontravam no Camões nesse fim de tarde primaveril.

No final da tarde, ao descer a Rua do Alecrim até ao Cais do Sodré, dei por mim a pensar de que forma é que os imigrantes fora do seu país se relacionam com o mesmo, como são projetadas ideias, momentos e memórias de uma luta política que acontece longe? E de que forma, a relação Brasil – Portugal é feita através de momentos simbólicos na rua. Não se dando um corte radical com o país de origem, o migrante opera tanto no novo espaço migratório que escolheu como no que cresceu, e por vezes estes coincidem.

O ativismo em Lisboa, em consonância com o que decorre no Brasil, abre portas para uma dimensão transnacional inerente às manifestações e datas assinaladas em simultâneo entre os dois países, apenas alterando o fuso horário.

A extensão da rua no Brasil é a Praça Luís de Camões, como exploramos no capítulo anterior. Mas de que forma o migrante ativista, se interliga com o ativismo no Brasil, será que replica o que se faz por lá? Ou tem outros objetivos?

Este capítulo parte destas e de outras questões como, quais são as redes política que os migrantes fazem parte (Østergaard-Nielsen, 2001)? Podem pertencer a uma lógica de representação política institucional (Mapril, 2014), como o Núcleo do PT, ou ter uma participação contínua e autónoma como o Coletivo. Mas onde é que operam estes grupos? Se a sua ação física é em Lisboa, mas o objetivo é chegar ao Brasil, qual é o campo em que se movimenta o Coletivo?

Estas ideias foram o mote para a reflexão que se segue referente ao transnacionalismo político. Após uma breve abordagem ao tema, é feita uma análise das ações e dos discursos do Coletivo, dividindo a informação em três contextos diferentes. Uma parte referente às relações transnacionais que existem entre o migrante e os vários territórios onde se relaciona, uma segunda parte sobre a relação entre os grupos ativistas e as outras instituições portuguesas e uma terceira parte entre a comunidade brasileira em Lisboa.

4.2. Transnacionalismo político

“Transnational lifestyles may become not the exception but the rule” (Levitt, 2001,4) contempla a hipótese da experiência do transnacionalismo não se limitar apenas ao migrante. Pensar o migrante num processo migratório fechado pode ser redutor, tendo em conta que, até o quotidiano de quem não experienciou a vida fora do seu país, é inserido numa mobilidade de informação, imagens e partilha de histórias.

Para além do papel que lhe é conotado como associação de imigrantes, o Coletivo assume-se como o espaço onde essa mobilidade é exponenciada. O receptor das suas atividades é diversificado, são imigrantes brasileiros, são imigrantes latino-americanos, imigrantes de outros cantos do mundo, são portugueses e são turistas. Embora a relação com o país de origem seja o mote do seu desenvolvimento, não é necessariamente o seu objetivo final.

De forma a explorar esta relação, podemos pensar a partir do trabalho de Levitt (2001), no qual a autora acompanha os imigrantes da República Dominicana a viver em Boston. Na cidade de Boston, os imigrantes dominicanos juntam-se numa organização intitulada Miraflores Development Committee, onde o objetivo é angariar dinheiro e assim ter um impacto na sua cidade natal, financiando projetos para Miraflores. *“In Boston, Mirafloreños have recreated their premigration lives to the extent that their new physical and cultural environment allows”* (Levitt, 2001,3), sendo que a associação que atua em Boston é uma réplica de uma em Miraflores, mantendo a relação com a cidade de origem, de uma forma bastante ativa, *“(...) are based physically in their host countries but who engage in numerous activities and social relationships, spanning borders”* (Levitt, 2001,9).

Neste caso, a atuação da Miraflores Development Committee em Boston tem um impacto direto em Miraflores, República Republicana. Esta relação, onde vivem *“keeping their feet in both worlds”* (Levitt, 2001,3), permite olhar para o caso da comunidade brasileira em Lisboa.

No Brasil não existe um Coletivo Andorinha ou um Pela Democracia, mas o caso é, obviamente, diferente quanto ao Núcleo do PT e Juventude do PT, sendo que fazem parte de um partido político que se encontra efetivamente representado em várias partes do mundo, juntando imigrantes brasileiros em núcleos. No entanto, todas estas organizações se encontram num diálogo permanente entre o território de imigração e as questões referentes diretamente com o país de origem. No contexto lisboeta, os coletivos estão muito virados para as questões políticas de cariz nacional, não contribuindo financeiramente para determinados projetos, optando por outras formas de influência, como divulgação junto dos media e forças políticas locais. Outro aspeto visível em ambos é o impacto que tem nos seus participantes, *“I gained a lot more confidence about speaking in front of a group”* (Levitt, 2001,189), afirma uma participante na associação de Boston, sobre a sua experiência com o grupo, relatando também a importância que o *Miraflores Development Committee* teve na sua aprendizagem em relação a finanças e competências sociais. Com o Coletivo Andorinha, essa experiência repete-se, o Coletivo transforma-se num espaço de novas descobertas e de treino. Para além do planeamento e divulgação das atividades e a redação dos manifestos e publicações de opinião, há uma maior facilidade no discurso público. Seja pela dimensão reduzida dos espaços em comparação com os do Brasil, seja pela facilidade de acesso ao palco, devido à organização mais horizontal do grupo, nas manifestações assume o microfone para discursar quem precisa, quem quer experimentar, no fundo, *“(...) fala alguém que tá com vontade, que precisa de espaço para treinar. Porque aqui, talvez para alguns, que vão retornar, é um ponto de treinamento, tem menos gente, no Brasil cada manifestação tem milhares de pessoas, então não é um espaço que dê para pegar no megafone e falar. Aqui a gente parece que vai treinando, então também contribui para quem está lá.”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

Esta aprendizagem, que é feito através do Coletivo, tem a capacidade de contribuir para a construção individual de cada um enquanto membro de organizações políticas.

Para além do potencial crescimento pessoal e das ferramentas aprendidas neste contexto, as organizações de cariz social também contribuem para um desenvolvimento político dos participantes. O facto de estarem envolvidos não migrantes, locais da cidade que sem relação direta com o projeto se interessam pelas questões aprofundadas nestes grupos, permite introduzir uma discussão interessante. “(...) *the political skills and resources they bring with them can heighten participation and introduce new ways of doing politics in receiving states*” (Levitt, 2001,208). Olhar o migrante na sua trajetória política, é também compreender que as suas ações, sejam manifestações ou debates, não são feitas somente para criar uma ligação com o país de origem, nem para criar uma comunidade ativa de brasileiros na nova cidade, mas também contribuem ativamente para o crescimento do sítio onde estão a ser feitas. A forma de organização e de fazer política do Coletivo tornou-se uma referência para outros grupos, como mencionado anteriormente, e como se pode perceber na opinião de um lisboeta, citado numa entrevista “*Portugal antes não fazia tanta manifestação, antes de vocês ... vocês começaram a ir para a rua duas vezes na semana, duas vezes no mês...*” (Referido na Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). Estes grupos ativistas trazem coisas novas para a cidade e para os habitantes de Lisboa, influenciam e acrescentam à cidade, não vivendo apenas na sua ligação com o Brasil. “ (...) *much of the transnational migration literature also disregards the significance of locality in restructuring processes and the specific contributions that transnational migrants make to the methods by which localities are restructured, positioned and marketed*” (Glick-Schiller e Çaglar, 2009,185).

Partindo das práticas políticas transnacionais, é possível pensar um padrão de organização, objetivos e ligações. “ *I operate with a rather wide definition of ‘political transnational practices’: various forms of direct cross border participation in the politics of their country of origin by both migrants and refugees, as well as their indirect participation via the political institutions of the host country (or international organizations)*. “ (Østergaard-Nielsen, 2001,4).

A diversidade de práticas transnacionais dentro da arena política é explorada por Vertovec (2009), onde interligando as características da imigração dentro do contexto de um mundo cada vez mais globalizado, explora a lógica identidade-fronteira-ordem.

A identidade coletiva é assumida dentro de um território demarcado por fronteiras, e esse território funciona através de uma ordem social, política e económica. Que por sua vez é diferente daquele que está fora dessas fronteiras, intensificando assim a sua identidade coletiva.

A discussão que surge do desmantelamento do que é o estado-nação é cada vez mais aprofundada na Antropologia das Migrações. Verificar que vários grupos de imigrantes se organizam no país de acolhimento em prol de uma decisão política feita no país de origem, permite questionar onde estão as fronteiras nesses momentos.

A interligação entre os dois países pode tomar diversas formas, pode ser através da celebração pública de eventos estritamente nacionais no país de acolhimento (Mapril, 2014), recriação de associações locais no país de acolhimento (Levitt, 2001) a formação de núcleos políticos de partidos nacionais (Østergaard-Nielsen, 2001), organização de grupos em exílio ou grupos a planear ações de forma a influenciar politicamente uma mudança no país de origem, e várias outras formas nomeadas no capítulo intitulado *Homeland Politics* (Vertovec, 2009,94/95).

Homeland Politics relaciona-se com o “*Long-Distance Nationalism*” (Anderson, 1988), onde o migrante age em conformidade com a identidade do país de origem, apenas atenuando as suas fronteiras. “*At a deeper level, homeland political allegiance and engagement rests on the re-configuration of identities—borders—orders, such that people from a particular place regard themselves as legitimate members of the collective identity and social order of a place even though they are outside its borders.*” (Vertovec, 2009,96).

No entanto, ao legitimar os migrantes que estão fora do país de origem em constante ligação com o país de acolhimento, surge a ideia de comunidade alargada (Anderson, 1998), comunidade essa que partilhando valores e símbolos comuns consegue manter uma identidade coletiva fora das fronteiras estabelecidas pelo estado. Desta forma, *homeland politics* também se define pelo movimento oposto. Quando se dá um reconhecimento da relação entre todos os que fazem parte dessa identidade coletiva, “*(...) while in her 1990 inaugural address as Irish President, Mary Robinson proclaimed herself leader of the extended Irish family abroad.*” (Vertovec, 2009,96), ou a partir da defesa e preocupação estatal e legal que os migrantes têm acesso no país de acolhimento, “*Emigrants want their*

country of origin to support their struggle for equal rights and against discrimination on the labour market.“ (Østergaard-Nielsen, 2003 in Vertovec, 2009,97). Este fluxo de pessoas que leva consigo a relação próxima que tem com as questões políticas do seu país de origem é metaforizado no exemplo etnográfico do Coletivo.

Dentro dos grupos ativistas que encontramos em Lisboa existem algumas diferenças na sua ação política transnacional. O Núcleo do PT de Lisboa e a Juventude do PT surgem como extensões de partidos políticos, neste caso do Partido dos Trabalhadores. Através de uma lógica pensada e incentivada pelo próprio partido, estes núcleos garantem uma influência política perto da comunidade brasileira. Não só fazendo um trabalho conjunto com o Coletivo Andorinha na divulgação de informação, mas também pela procura em manter os valores e objetivos do partido presentes em todas as suas atividades. Garantindo uma lógica de continuidade na presença e ativismo dos membros do partido que migraram.

Para melhor compreender quais os contextos onde se reflete a ação do Coletivo, podemos partir da proposta de Østergaard-Nielsen (2001), dividindo-os em três níveis de análise.

O nível macro, para olhar a relação entre o Coletivo e o Estado Brasileiro, quais os processos que o permitem ocupar dois campos de luta e de que forma contribui para ambos os contextos. O nível meso, para observar as relações entre as várias instituições e associações da cidade, e de que forma isso contribui para o fortalecimento de todos os envolvidos. E o nível micro, olhando em particular a ligação com a comunidade brasileira de Lisboa, quais os mecanismos utilizados e o discurso que assume para e sobre a imigração.

4.2.1. Entre Lisboa e o Brasil

O nível de análise que surge recorrentemente e de forma integrante na constituição base do Coletivo é a sua relação com o Brasil. O constante diálogo com a política brasileira e a tentativa de passar informação útil sobre a situação são a razão pela qual o Coletivo surgiu. O ênfase dado pelos membros do grupo à necessidade de transmitir ao público, tanto nas redes sociais como nas manifestações, as últimas notícias da política brasileira é uma

das características apontadas por Keck e Sikkink (1999) das redes de defesa transnacionais. Estas redes partem da organização horizontal e voluntária de migrantes, *“actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse and dense exchanges of information and service”* (Keck e Sikkink, 1999,89). Seguindo uma lógica de participação ativa que procura chamar atenção para a mudança política, estas redes trabalham a partir da divulgação de informação, procurando garantir o acesso a essa mesma informação de forma consistente, *“Networks generated attention to new issues and help to set agendas when they provoke media attention, debates, hearings and meetings on issues that previously had not been matter of public debate.”* (Keck e Sikkink, 1999,98).

Segundo os objetivos do Coletivo, uma das questões que mais surge, é a tentativa de colocar o Brasil na agenda política, *“A gente mantém o Brasil na pauta, para que seja discutido, porque a questão do Brasil é uma questão que concerne ao mundo todo”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

Esta procura constante de chamar à atenção para o que está a acontecer no Brasil cria uma nova esfera de influência. O grupo transforma-se num canal de denúncia, ao saber o que se passa politicamente no Brasil por via direta de amigos, famílias ou experiência própria, e a segurança de estar longe, permite trabalhar a questão sobre um novo olhar. *“(…) as transmigrants operate in the national arena of both their country of origin and country (or countries) of settlement, they develop new spheres of experience and new fields of social relations.”* (Glick-Schiller, Basch e Szanton, 2003, 8).

Em Lisboa, os mecanismos adotados para chegar a mais pessoas, seja na esfera pública, ou na esfera digital, são vários; a organização de manifestações, a escrita de textos de opinião, a criação de debates em vários espaços em Lisboa e convidando estudiosos e ativistas portugueses. A construção de uma relação com as universidades portuguesas também contribui para a constante tentativa de chamar a atenção para a questão política e social do Brasil. A circulação de ideias, a criação de debates com novos pontos de vista, permite um diálogo, uma ponte entre dois contextos políticos e sociais diferentes. A participação em debates onde são convidados várias pessoas, de diferentes nacionalidades e experiências migratórias diversifica as vozes, colocando especificidades da política brasileira em diálogo com questões portuguesas e europeias, criando uma ponte entre os

diferentes discursos. Esta troca de ideias e influências num espaço de discussão internacional permite compreender a importância do fluxo de pontos de vista e potencialidades que um espaço transnacional permite, garantido uma pluralidade de pontos de vistas “*Our conceptualization of transnationalism calls attention to connections between people as well as to movement of ideas and objects*” (Glick-Schiller, Bash e Szaton, 2003, 27).

Uma outra dimensão fundamental é procurar perceber de que forma os grupos ativistas em Lisboa conseguem ajudar quem faz a luta no Brasil. A questão do desenvolvimento das competências sociais, discursar em público e organização de atividades numa escala reduzida no sentido da afluência do público. Estas experiências podem ter repercussões diretas em dar uma maior capacidade de participação ativa em grupos políticos no Brasil, através da integração de pessoas que já tenham passado pelo Coletivo.

A própria decisão de se repetir as manifestações que são organizadas no Brasil, marcando para o mesmo dia e com o mesmo nome, é uma forma de dar visibilidade ao acontecimento mas também de apoiar, legitimando a luta, continuando-a. “*Que alegria saber que há atos aqui e fora do Brasil (...) e, por favor, não parem*” (Manifestante, Manifestação 30M pela Educação, 30.05.2019, Lisboa), como disse um turista brasileiro que estava a passear por Lisboa e através do Facebook soube da manifestação. Numa conversa informal, partilhou comigo que tinha ficado muito feliz ao saber que estavam a fazer uma manifestação em Lisboa, sendo que não podia ir à manifestação na sua terra natal, mostrando-me inclusivamente uma fotografia tirada pela filha nessa mesma manifestação, que tinha sucedido horas antes no Brasil.

Diretamente relacionado com a repetição das manifestações, está a criação de notícia, de fazer chegar ao Brasil, que várias pessoas estão atentas e querem saber o que está a acontecer. “*Acho que esse objetivo mor do coletivo, cada vez mais faz sentido. Talvez em 2016, eu não visse tanta eficácia, agora concordo 101% que a gente tem que criar um buzz, por pequeno que seja, tem que gerar notícia, tem que denunciar, dizer, tem brasileiro em Portugal, que está denunciando tudo que tá acontecendo lá*”. (Entrevista a Z Maio 2019, Lisboa). Isto é possível através das redes sociais, onde a partilha de imagens e

discursos do que acontece em Lisboa, chega a milhares de pessoas. Como explorado no Capítulo 3, a criação de imagens é muito importante, sendo que é a fonte de ligação imediata com o Brasil, a troca de fotografias de manifestações reforça o movimento.

A correlação entre o Coletivo e o Brasil é especialmente interessante para compreender a ideia de uma esfera política transnacional (Fraser, 2015), onde é construído um espaço de diálogo legítimo e eficaz que tenha impacto na tomada de decisão política, procurando assim garantir a defesa da população e dos seus interesses, através da mobilização da opinião pública como força política. Através dos debates, das manifestações e discussões proporcionadas em ambos os casos, o Coletivo movimenta-se numa esfera política transnacional.

4.2.2 Entre os grupos ativistas e Lisboa

Ao pensar o papel dos grupos ativistas enquadrando-os nos seus múltiplos campos de ação, permite olhar também a relação entre o Coletivo e outras instituições da cidade de Lisboa. Estas instituições também atuam em diferentes campos e estabelecem uma ponte com o Coletivo conforme a questão apresentada ou o pedido necessário. Neste caso, podemos ver o Coletivo a interagir com outros grupos constituídos por imigrantes brasileiros, com os espaços em Lisboa que os acolhem, com as associações que estão presentes nas manifestações e com os partidos portugueses.

Podemos assim observar relações diversas entre as associações de imigrantes diretamente relacionadas com o Brasil, onde incluímos o Coletivo Andorinha, o Pela Democracia no Brasil, o Núcleo do PT e a Juventude do PT. Entre as associações referidas, a relação é difícil de definir, porque para além de partilharem alguns objetivos comuns, existe uma forte correlação através das pessoas que participam ativamente no grupo. Vários membros do Núcleo do PT são bastante ativos no Coletivo Andorinha, bem como muitos membros do Coletivo contribuíram para o crescimento do Pela Democracia.

Uma relação fundamental é entre o Coletivo e os locais que o apoiam através da cedência de espaços para reuniões e eventos. Estes espaços variam conforme o tempo e a disponibilidade de cada local, no entanto, podemos enumerar alguns, o Sirigaita, o Valsa,

Casa do Alentejo, o RDA (Regueirão dos Anjos), a sede do POUS (Partido Operário de Unidade Socialista) e Base Fut (Frente Unitária de Trabalhadores). Um espaço utilizado várias vezes é a Casa do Brasil. A relação com a Casa do Brasil é constante, participando ativamente em algumas manifestações e organizações de eventos. Aos poucos vai surgindo também a importância de ocupar diferentes espaços. Neste último ano desenvolveu-se uma maior relação com as universidades, nomeadamente com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Em 2019, foi desenvolvido um curso sobre o Golpe, que reuniu vários estudantes da faculdade, portugueses e brasileiros, bem como outros estudantes e interessados dentro da academia. Incorporado no curso surgiu um debate no Museu do Aljube, “Hoje vai ser outro dia”, com o objetivo de *“Ter em vista as particularidades dos processos de transição democrática em nossos países é fundamental se queremos continuar a defender a democracia e fazer frente aos novos desafios por ela enfrentados tanto em Portugal quanto no Brasil.”*⁸, com Máira Zenun, socióloga e realizadora, Débora Dias e Fernando Rosas, historiadores. Partindo da temática dos processos de transição democrática, foram expostos argumentos referentes à passagem da Ditadura para a Democracia, tanto em Portugal como no Brasil. Sendo o debate no Museu do Aljube e com um historiador conhecido, Fernando Rosas, o público foi mais diversificado, em comparação com outros debates organizados pelo Coletivo. Viam-se pessoas com idades superiores a 50 anos, e mais portugueses. Esta diversificação nos espaços é um factor importante, para que as questões do Brasil sejam discutidas em ambientes diferentes e assim chegar a mais pessoas.

A relação com as associações que estão presentes nas manifestações e falam nas suas plataformas de assuntos importantes do Brasil, também são fundamentais. Conforme a temática da manifestação são convidadas a participar várias associações diferentes, *“(…) como SOS Racismo, a SOLIM (...) ou associações de género, quando falamos sobre Marielle... tenta-se lançar um comunicado a pedir apoio. Criar uma rede de associações para apoiar uma causa específica. (...) O próprio coletivo responde quase sempre positivamente quando alguém faz um pedido. “* (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa).

⁸ <https://www.facebook.com/events/2290427097868658/> (Consultado a 24.01.20 às 16h30).

Partindo do envolvimento nas manifestações, uma relação fundamental que o Coletivo mantém é com os partidos portugueses. O Coletivo considera-se suprapartidário, no sentido em que não está alinhado com nenhum partido em particular mas tem uma agenda política própria. Essa intenção passa para a interação que estabelece com os partidos portugueses. São enviados convites e pedidos de apoio - em material para manifestações ou espaço para reuniões - e as relações mais próximas acabam por ser forjadas com os diversos partidos de esquerda, sendo que é frequente a participação ativa de três deputadas, Joana Mortágua do Bloco de Esquerda, Rita Rato do Partido Comunista Português e Isabel Moreira do Partido Socialista.

“(...) , temos um direccionamento óbvio, somos de esquerda, somos pela democracia no Brasil, dentro desse espectro, cada um pode fazer o que quiser. O Coletivo tem essa ideia e os integrantes também se sentem mais livres para proporem, para não participarem de coisas se faz, e isso reverbera para fora dele, as associações e os partidos vêm o Coletivo de forma informal mas super organizada, isso também repercute bem para eles.” (Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa), contribuindo desta forma para uma interação próxima com várias associações, espaços na cidade e partidos, contribuindo para um ponto fundamental, a criação de uma rede. *“(...) tentar criar rede e reforço.(...) (Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa).*

Esta procura de relações entre as várias organizações demonstra a presença forte do Coletivo na cidade de Lisboa, a mobilização das suas redes propõe um capital social elevado. Este capital social começa através de uma relação pessoal, que a estende para o seio do grupo, criando uma ponte, *“That is, social capital is not property inherent to an individual, but rather it exists in, and is drawn from, that person’s web of relationships”* (Vertovec, 2009, 36). *“O Coletivo é profundamente não sectário... precisamos trabalhar sempre em rede, criar pontes, fazer coisas de forma diversificada, se há um membro que faz parte de outros movimentos e consegue fazer essa ponte mais rápida, e ter espaço para uma reunião... é preciso apoio e apoiar* (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa). O capital social permite acesso privilegiado a certos espaços e pessoas, fortalecendo a ideia de rede, tão importante para o Coletivo na sua afirmação como movimento central na cidade de Lisboa.

4.2.3 Entre os grupos ativistas e a comunidade brasileira

Para além da ligação entre Brasil e Lisboa, também é importante pensar a relação entre a própria comunidade brasileira. À primeira vista, a relação entre a comunidade brasileira é relativamente restrita, sendo que se baseia num posicionamento político específico e estratégias de comunicação que se centram maioritariamente em passar informação de forma crítica, sem um esquema de apoio ao imigrante ativamente sustentado e pensado pelos grupos de ativismo.

Esta ligação entre imigrantes não é algo que esteja muito visível nas diversas ações dos grupos, no entanto, a partir das entrevistas é possível perceber um discurso recorrente sobre a defesa dos direitos dos migrantes. As observações centravam-se maioritariamente em dois pontos de partida; primeiro a necessidade e importância de procurar uma relação mais próxima com os imigrantes em Lisboa e potenciar uma rede de apoio a quem venha do Brasil em situações de exílio político e segundo, a tomada de decisão de participar em ações e incorporar nos objetivos centrais a luta contra a xenofobia e chamar a atenção para as questões de desigualdade presentes no quotidiano dos imigrantes brasileiros.

A primeira questão que se coloca é como chegar ao migrante. Compreendendo que o espaço que ocupam no centro da cidade não é de fácil acesso a todos, e que a própria linguagem política que utilizam é característica de um grupo informado e politizado, os grupos procuram estar atentos e envolverem-se com a comunidade brasileira que não chega ao seio das reuniões.

“Os imigrantes brasileiros não são defendidos por ninguém, e isso dificulta a vida dos imigrantes (...) por isso, há objetivos que se discutem, como defender os migrantes brasileiros em Portugal, acho que é uma coisa que se discute mas não é objetivo que está fechado ainda.” (Entrevista a T em Maio de 2019, Lisboa). *“Apoiar o associativismo entre os brasileiros, porque mesmo que os partidos portugueses estejam atentos aos imigrantes quem vai tar na linha de frente lutando por eles, somos nós.”* (Entrevista a O em Maio de 2019, Lisboa). Esta vontade de interligação com a comunidade brasileira, de se posicionarem como um grupo que tem como uma linha de acção a defesa dos imigrantes brasileiros, permite colocar em diálogo esta vontade com o trabalho etnográfico de Silva

(2013), que *“investiga as estratégias de sobrevivência e integração social que são desenvolvidas por imigrantes brasileiros nas cidades de Roma e Barcelona para enfrentar as diferentes manifestações das políticas de Welfare State”* (Silva, 2013, 7). Embora seja uma realidade económica particular, é interessante compreender como a interligação entre a comunidade se altera de contexto para contexto, reforçando assim a necessidade de olhar cada comunidade através de abordagens diferentes. Em Roma foram desenvolvidas iniciativas através da própria comunidade, organizando-se associações que se relacionaram com as esferas sindicais da cidade, procurando trabalhar na questão da inserção laboral dos imigrantes nesse tempo de crise. Em Barcelona as iniciativas nasceram da esfera diplomática brasileira e da Casa do Brasil de Barcelona, constatando assim uma lógica associativista diferente. No caso do Coletivo e dos grupos ativistas formados pela comunidade brasileira em Lisboa, que surgem com funções distintas de espaços como a Casa do Brasil ou grupos de apoio a situações mais práticas (como trabalho, educação), o seu objetivo é garantir uma plataforma de fala e disputa, para que seja uma entidade referencial na luta pelos direitos de todos os imigrantes brasileiros.

O período de tempo em que a proximidade com a comunidade brasileira foi mais vezes referida, foi durante o período das eleições, nomeadamente entre a primeira e segunda volta. Durante este período de tempo, surgiu o grupo Pela Democracia no Brasil, que aglomerou em si vários membros novos, tanto portugueses, como da comunidade brasileira, como já pertencentes ao Coletivo Andorinha. O Pela Democracia fez um trabalho intenso de procura do eleitorado brasileiro e de campanha ativa contra Bolsonaro. Uma das maiores preocupação era o possível aumento na imigração, *“Temeu-se que iria ter uma demanda muito grande de exilados, de expulsos do país, de gente com medo de morrer. E eu já estava articulada para receber um casal de amigos, dois meninos (...) eles viriam morar comigo, tinham pânico de morrer de pancadaria no meio da rua.”* (Entrevista a Y em Junho de 2019, Lisboa), a questão era como criar essa rede de apoio, e como dar resposta a essa possível fuga.

Após as eleições, havia o objetivo de continuar com esta proximidade com a comunidade brasileira que não estava inserida nos grupos ativistas, através de *“grupos de trabalho, com fundamentos e linhas de ação muito ambiciosas e talvez até demais mas que tinham o papel de perspetivar o asilo, apoio à imigração e aos cuidados da imigração,*

procurando investigar o que se podia fazer para pressionar o governo no sentido de aceitar brasileiros em situação de asilo. Porque é uma coisa que tem que ser construída, não existe uma predisposição do governo para isso.” (Entrevista a G em Maio de 2019, Lisboa).

Este grupo de trabalho acabou por não ter ação concreta, em parte devido à efemeridade do grupo que se dispersou por novos grupos ativistas na cidade. Esta dispersão fez com que em grupos como o Coletivo Andorinha e o Núcleo do PT, se discutisse a questão do asilo, tanto nas reuniões com em discursos nas manifestações.

A participação mais ativa na aproximação entre o Coletivo Andorinha e a comunidade brasileira, faz-se através da Festa da Diversidade. Esta Festa é organizada pelo SOS Racismo, uma associação sem fins lucrativos que procurar criar um espaço de reflexão e denúncia, com vista a uma sociedade mais igualitária e sem discriminações. Todos os anos, desde 2007, é realizada a Festa da Diversidade. Na descrição do evento lê-se: *“Portugal é um país multicultural e, isto é hoje em dia, um facto inegável. Mas Portugal continua a não ser um país intercultural, porque a afirmação da sua diversidade cultural continua ainda presa aos estereótipos da xenofobia e do racismo e há pouca ou quase nenhuma interação entre as várias culturas. A Festa da Diversidade procura romper com esta realidade⁹.”* Esta participação, que surgiu de um convite direto pelo SOS Racismo, permite um diálogo entre as várias comunidades e assim chegar a mais pessoas, *“nessa festa que a gente vai participar agora que é a festa da diversidade, junto com essa figura incrível que é o Mamadou Ba (...) Então é isso, a gente levanta questões enquanto imigrantes”* (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa).

Esta é uma festa bastante importante para o Coletivo, pelo poder de exposição, mas também pela sua participação ativa na Festa, com uma barraquinha de comida e bebida, onde fazem assim parte do dinheiro que ao longo do ano paga as impressões, faixas e tinta necessária para as várias manifestações. Desta forma, enquanto se vende comida e bebida associada ao Brasil (caipirinha, brigadeiro, coxa de frango), também se vendem *pins* com frases políticas (Marielle Vive, Se apaixone por alguém que sabia que era GOLPE!, Lula

⁹ <https://www.facebook.com/events/367155867236303/> (Consultado a 21.01.2020 às 19h).

Livre) e também algumas t-shirts com o símbolo do Coletivo Andorinha, contribuindo assim para o diálogo sobre os temas presentes nos itens da banca.

Uma das principais questões que os grupos ativistas de Lisboa levantam relativamente aos migrantes brasileiros, são as suas condições de trabalho, a diferença entre os direitos dos migrantes e a luta por direitos iguais.

A Juventude do PT coloca a questão das propinas como uma das principais na sua agenda política, sendo que um aluno estrangeiro paga muito mais de propinas do que um aluno português. Interligada com esta questão, está a preocupação sobre as condições dos imigrantes, *“A gente estava planejando os próximos atos e colocando quais seriam as nossas pautas, que seriam questões quase escravo, principalmente os imigrantes... e a questão da propina, que são diferentes, para mim é 5 vezes mais caro a propina. (Entrevista N em Maio de 2019, Lisboa), “É isso, defender os alunos brasileiros aqui na universidade, apoiar a juventude que está trabalhando, porque a maioria dos brasileiros aqui têm condições muito precárias, muitos não têm contratos de trabalho. Trabalham 10 horas por dia, vários dias por semana, em condições terríveis, e é uma situação que muitos brasileiros, mesmo formados, acabam levados a esses trabalhos mais precarizados, restauração, limpeza.”*(Entrevista a O em Maio de 2019, Lisboa).

“Para o Coletivo tem sido cada vez mais relevante a questão do trabalho dos migrantes, quais são os salários, se dá para viver, comer, pagar o aluguer, tem uma questão de xenofobia no ambiente de trabalho, racismo. Isso tudo nos interessa, porque nós todos somos brasileiros, nós todos somos migrantes.”(Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa).

Este sentimento de solidariedade, de apoio mútuo entre os migrantes foi particularmente visível no decorrer do escândalo da Faculdade de Direito. No final de Abril de 2019, um grupo de estudantes da Faculdade colocou uma caixa de madeira cheia de pedras e um sinal que dizia, *“ Grátis se for para atirar a zuca (que passou à frente no mestrado)”*¹⁰. Imediatamente foram acusados de xenofobia e deram lugar a um protesto em

¹⁰ <https://www.publico.pt/2019/04/29/sociedade/noticia/acto-xenofobia-leva-protesto-estudantes-brasileiros-faculdade-direito-1870928> (Consultado a 27.01.2020 às 11h20).

frente à faculdade, durante o início da tarde, onde se juntaram muitos estudantes brasileiros. Liam-se cartazes com “*Xenofobia é Crime*”, “*Não é Piada é Xenofobia*”, “*É discurso de ódio*”, “*Não foi liberdade de expressão*”.

Embora tenha sido um evento organizado por estudantes, tanto o Coletivo como o Núcleo do PT se pronunciaram indignados e contra a xenofobia. “*Estou do lado dos migrantes, sempre, nunca compactuar com quem faz qualquer comentário anti-migração*” (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa).

Neste contexto, da relação com a comunidade brasileira é interessante ressaltar o trabalho feito pela Casa do Brasil de Lisboa. Funcionando como apoio logístico aos imigrantes recém chegados a Lisboa, cria muitos dos seus projetos de forma a consolidar informação e garantir que quem chegue a Lisboa tenha as ferramentas precisas para um processo fácil. Desde o Gabinete de Encaminhamento, aos mais de sete projetos, tertúlias, debates e sessões de cinema, a Casa do Brasil surge como ponto de acolhimento, convívio e ativismo para a comunidade brasileira. Tendo um foco bastante específico na sua relação com a comunidade brasileira transforma-se muitas vezes no ponto de ligação também com o Coletivo, encaminhando para a Casa do Brasil, pessoas que precisem de ajuda logística e burocrática.

4.3. Notas finais

Este capítulo surge com a necessidade de acrescentar uma dimensão ao estudo do Coletivo e dos grupos ativistas em Lisboa, olhando para as suas acções e discursos através das questões levantadas pela antropologia das migrações.

O mote deste capítulo foram as questões sobre como e onde é que se movimentavam os imigrantes brasileiros numa ação política transnacional que parte de Lisboa. Compreender esta dimensão política transnacional do Coletivo é essencial para discutir os seus objetivos primários, que surgem sempre associados à situação do Brasil, estando constantemente em diálogo com o mesmo. Observamos isso na vontade de distribuição de informação independente e legítima sobre o Brasil, na assiduidade das manifestações que espelham o que ocorre no Brasil, nas discussões sobre exilados e qual o apoio possível. Ao

mesmo tempo vemos um investimento feito no território de Lisboa, direcionado para a participação ativa na comunidade imigrante, como a Festa da Diversidade e na procura de ser um canal de denúncia para os problemas dos imigrantes.

Esta influência dupla que se verifica no quotidiano do Coletivo é verdadeiramente transnacional. Este espaço de atuação em que se movimenta pode ser pensado como um espaço público internacional (Vertovec e Cohen, 1999), sendo que a ideia de estado-nação não incorpora os fluxos de pessoas e ideias. Imaginar um novo espaço social, um campo de ação onde todas as realidade se misturam e permitem assim a existência das ações transnacionais do Coletivo.

A ligação com o Brasil e também com a comunidade imigrante de Lisboa, através da construção de redes de apoio com as instituições locais, permite que o tema “Política no Brasil” seja discutido em diversos contextos, que seja verdadeiramente discutido na esfera pública transnacional (Fraser, 2015).

Na sua ação transnacional, o Coletivo dialoga com o Brasil em todas as suas atividades. Parte da sua situação política, procura divulgar informação e chamar a atenção para o seu país, mantém o Brasil na esfera pública, procurando influenciar, educar e sobretudo garantir uma rede ativa de associativismo pela Democracia no Brasil.

5. Concentração Contra Sérgio Moro, Luta Internacional e o Lugar no Mundo

5.1. Concentração Contra Sérgio Moro

O único meio de transporte disponível para quem vem de Lisboa, é o comboio da CP, que durante as horas do meio do dia, apenas circula de 20 em 20 minutos, fazendo um percurso de quase 30 minutos entre o Cais do Sodré até Carcavelos. Desde a estação até à Universidade, são mais 20 minutos a pé. A pouca acessibilidade das novas instalações da Nova não foi um impedimento a que mais de três dezenas de pessoas se juntassem à porta de entrada, do ciclo de conferência - Estoril Conferences.

O programa de 2019, contava com um painel intitulado “Democracia e a Luta Contra a Corrupção”, onde entre outros ministros da Justiça, Sérgio Moro era um dos convidados. Sendo Sérgio Moro, uma das personalidades mais importantes na ascensão ao poder político de Bolsonaro e o acusador e juiz na prisão de Lula, o Coletivo andava desde reuniões em Março a debater como gerir a sua vinda a Portugal.

A primeira ideia seria ocupar o espaço possível da Conferência sem perturbar o evento, mas que permitisse mostrar desagrado, tal como tinha sido organizado em 2016, quando Aécio Neves foi convidado nas mesmas conferências, sendo este um dos primeiros atos do Coletivo. Foram pensadas outras alternativas, foi proposto fazer um ato de indignação no Camões, ou um debate sobre justiça e corrupção, onde fosse analisado o papel anti-democrático de Sérgio Moro no processo Lava Jato, convidando advogados portugueses e ativistas. Foi decidido que se iria escrever uma nota de repúdio contra a presença do ministro em Portugal e contra a política vigente de Bolsonaro, a carta contava com 3400 assinaturas no dia da manifestação. Perto da data, um grupo de professores portugueses decidiu organizar-se e convocar uma manifestação à porta do evento, daí em formato bola de neve, vários membros do Coletivo e do núcleo do PT juntaram-se à convocatória e ocuparam o espaço em frente à Faculdade de Direito da Universidade NOVA. Esta foi a manifestação com mais presença policial e potenciais confrontos, com

mais media envolvido e mais amplitude internacional do decorrer do meu trabalho de campo.

No dia 28 de Maio de 2019, desde as 14h que um grupo de vinte pessoas estava em frente à entrada do edifício que iria receber as conferências. Viam-se várias bandeiras do PT, camisas vermelhas com Lula Livre e vários cartazes de repúdio a Sérgio Moro. Após um momento de maior agitação, a manifestação ficou localizada perto da estrada, e aos poucos foram-se juntando outras pessoas, após verem no Facebook que a manifestação estava de facto a decorrer. Este trabalho de comunicação em modo *live*, foi feito pelos Jornalistas Livres, que transmitiram em directo todo o acontecimento para a sua página de Facebook.

Durante três horas, debaixo de um sol forte e muito calor, várias pessoas iam discursando, ora portugueses, ora brasileiros. Falaram do Brasil e da injustiça aos mais pobres, falaram da importância do ativismo, convidando os presentes a juntarem-se ao Coletivo Andorinha e ao Núcleo do PT. Nos cartazes liam-se e ouvia-se, *“Em Portugal e no Brasil sempre em defesa dos direitos de Abril”*, *“Fascismo nunca mais”*, *“Bolsonaro é miliciano”*, *“Fascistas, golpistas, não passarão”*, *“LulaLivre”*, *“Moro nem no Brasil nem no Estoril”*, *“Moro não é bem vindo num país democrático como Portugal, e nós não queremos apoiar governos que incentivam à exploração dos grupos mais vulneráveis”* (Manifestantes, Concentração Contra Moro, 28.05.2019, Lisboa).

A manifestação contra Sérgio Moro no Estoril, a relação próxima com os ativistas portugueses que a incentivaram e os discursos pró-democracia evocados, exemplificam uma questão que desde as primeiras reuniões pareceu relevante. O ativismo transnacional do Coletivo não se prende apenas com a sua relação com o Brasil, existe dentro de uma ideologia de defesa pelos direitos democráticos, partindo da situação do Brasil para outras questões e outros contextos.

Partindo desta manifestação gostaria de pensar duas dimensões de análise: uma primeira centrada no ativismo transnacional, na ligação ativista com os portugueses e na sensação de luta internacional; uma segunda dimensão é pensar esta união política, que não se baseia simplesmente na questão nacional de cada país, reforçando a ideia de partilha de

valores para lá das questões da imigração, e qual o ângulo que nos permite compreender o uso do espaço público como lugar de excelência para a unificação destas ideias partilhadas.

5.2. Luta Internacional

A ligação que se estabelece na manifestação contra Sérgio Moro, entre ativistas portugueses e ativistas brasileiros, é uma relação bastante significativa no universo do Coletivo. Podemos tomar como exemplo principal a marcha do 25 de Abril.

A marcha do 25 de Abril acontece todos os anos, ao início da tarde, descendo a partir do Marquês de Pombal até ao Rossio, fazendo a Avenida da Liberdade. Concentra partidos portugueses, organizações várias e todas as pessoas que se juntam à manifestação. O Coletivo Andorinha marcha desde 2017, participando ao lado da Casa do Brasil que por sua vez vai com a SOLIM, a Solidariedade Imigrante. As faixas escolhidas pelo Coletivo são exemplificativas da situação política atual no Brasil. Em 2017 lia-se *Lutar Sempre, Temer Jamais*, alusivo ao Presidente Temer que tomou o poder após o golpe de 2016. E em 2018, *Marielle: Vítima do Golpe*, sobre o assassinato da deputada e ativista Marielle Franco.

A preparação para o 25 de Abril começou no final de Março, com a discussão sobre a frase que iria ser escolhida e a marcação de reuniões extra para esse fim. A presença no 25 de Abril é tomada com bastante importância. *“A presença do Coletivo, com a sua pauta brasileira, acho que está coerente com o espírito do 25 de Abril. E para o Coletivo também é um modo de aproximação das pautas portuguesas, com os valores de Abril, como o grito de ordem diz.”* (Entrevista a W em Maio de 2019, Lisboa). O grito presente em várias manifestações, bem como na faixa principal levada para a Avenida da Liberdade em 2019, é - *“Em Portugal e no Brasil, em defesa dos valores de Abril”*. Esta correlação direta entre os dois países, uma aproximação política e também de festejo, de partilha de uma data importante para o país de acolhimento e uso desses símbolos na luta do país de origem, propõe pensar os valores de abril como separados da sua descrição histórica nacional.

Para além de demarcar a viragem de um regime ditatorial para uma democracia (Cerezales, 2003), o 25 de Abril ecoa na memória coletiva como sinónimo de liberdade, ao

qual o Coletivo se associa. A luta pela liberdade e justiça foi visível noutras situações no decorrer do trabalho de campo. No dia 27 de Fevereiro, Jean Wyllis, ex-deputado do Rio de Janeiro pelo PSOL¹¹ e ativista LGBT, foi convidado a participar numa conferência na Casa do Alentejo, *“Porque se exilar do Brasil hoje?”*. Com vários convidados, tais como Ana Cristina Santos, Boaventura de Sousa Santos, Bruno Sena Martins e Pilar del Río. A conferência foi muito antecipada e como co-organizadores do evento, o Coletivo Andorinha temia que se fosse dar alguma confusão devido ao mediatismo de Jean Wyllis. E assim se deu. Meia hora antes da hora da conferência a sala já estava cheia, havia mesmo assim uma fila desde a entrada da Casa do Alentejo até quase ao metro dos Restauradores, e muitos contra-manifestantes. Separados por uma barreira policial, via-se um conjunto de vários homens e mulheres com cartazes anti-lgbt, e ao microfone gritavam *“Lula está preso”, “Bolsonaro Presente”*. Identificados com bandeiras de Portugal e símbolos extremistas fascistas, faziam o contraponto absoluto com o outro lado. Do lado oposto ecoava *“Em Portugal e no Brasil, em defesa dos direitos de Abril”, “Marielle Presente, Sempre”, “Fascismo nunca mais”*, vindo de pessoas que traziam cravos na mão.

“Quanto pensa na conferência do Jean Wyllis, houve uma manifestação convocada contra o evento, de um partido de extrema-direita, de além de estar contra a presença de Jean Wyllis ali, também tem na sua pauta, querer expulsar todo o mundo que é brasileiro do país... Então, a gente pode servir dessa correspondência, não só porque nos interessamos pela política, porque a luta é internacional, porque somos diretamente afetados, porque agora tem quem se incomoda com as nossas ações e simples presença aqui.” (Entrevista a U em Maio de 2019, Lisboa). Aqui vemos duas relações importantes. Uma sobre o perigo da extrema-direita e um claro discurso xenófobo ao qual o Coletivo é alvo, e uma segunda sobre a internacionalização da luta.

“É uma mensagem política não só do Brasil, porque não está acontecendo só no Brasil. É nos Estados Unidos, é na Europa. Quando você tem todos esses movimentos de ultra direita, saindo dos bueiros, quando você tem uma Le Pen na França, e neo-nazis na Suécia...” (Entrevista a Z em Maio de 2019, Lisboa). A preocupação relativamente ao crescimento de ideias fascistas pelo mundo fora reforça a ideia que a luta é transnacional a

¹¹ Partido Socialismo e Liberdade

qualquer nacionalidade, e que o papel de denúncia de práticas anti-democráticas é de todos (Santos, 2019). Sendo essa luta feita num espaço político transnacional.

5.3. Lugar no Mundo

O espaço político transnacional é, não só um dado fundamental para a ação do Coletivo em criar uma contra-narrativa sobre a política no Brasil, mas é também absolutamente necessário para a luta política internacional. A luta política que é feita é desterritorializada, já não é sobre o Brasil e já não importa estar a ser feita em Lisboa, o local desaparece, o estado-nação evapora-se e fica no discurso dos membros a vontade de união internacional em prol de uma sociedade mais igualitária e democrática.

“Essa atitude dos valores democráticos, a atitude da defesa dos direitos humanos, a atitude da defesa das minorias, atitude de você defender um estado de bem estar social, que divida riquezas, que diminui desigualdade social, isso está tudo embutido no nosso discurso.” (Entrevista a Z em Maio de 2019, Lisboa).

“(...)as pessoas daqui também se sentiram incomodadas, e perceberam que são questões internacionais, não são questões restritas ao Brasil.” (Entrevista a Z em Maio de 2019, Lisboa).

“Mas também tem percepção que isto é um movimento mundial.” (Entrevista a Y em Julho de 2019, Lisboa).

“Acho muito importante reiterar a interseccionalidade nas lutas, tanto na luta feminista, lgbt, antirracista, a luta do veganismo pela libertação animal, a luta pela extinção do capitalismo, todas as lutas elas caminham juntas (...) Então, é muito importante não esquecer nenhuma delas e focar os nossos esforços na construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa, para todos.” (Entrevista a O em Junho de 2019, Lisboa).

Nestas citações é visível a preocupação com a globalização dos fenómenos negativos que estão a acontecer com o Brasil virem a ser replicados no resto do mundo. Associado a essa preocupação da interseccionalidade da luta, a questão vai para lá de apoiar ou não um determinado governo, mas sim na construção de uma sociedade melhor.

Sem nenhuma pergunta direta sobre a relação com uma ideia política transversal à luta pela democracia no Brasil e no mundo, foram feitas menções à importância da tomada de posição sobre as injustiças que decorrem no mundo em todas as entrevistas e manifestações. *“Há a necessidade de juntar forças, unir as esquerdas de todo o mundo (...) e garantir que estamos a lutar contra o fascismo pela democracia.”* (Manifestante, Manifestação Lula Livre, 07.04.2019, Lisboa).

A união neste caso vai para além da diáspora, do movimento de ideias e fluxos, e do nacionalismo de longa distância. É uma união que pressupõe o ideal da comunidade alargada, mas não uma comunidade nacional, inerente a uma história, território ou leis, mas sim uma comunidade política. A união entre os valores proclamados que não segue um caminho transnacional, não vem de uma mudança de localidade ou ligação com a globalização crescente do mundo. A globalização no entanto, permite pensar a construção de uma responsabilidade comum, permite uma abstração das fronteiras em prol da troca de informação, de bens económicos e também políticos. Este aumento da escala atribui uma outra dimensão ao cidadão, cujas novas relações sociais provenientes da globalização permitem aceder e construir novas formas de vida e opiniões (Bayart, 2007).

Associada às novas formas de vida que a globalização pressupõe, surge a ideia de cidadão global. *“We need to attempt the hermeneutics of global man, if indeed the latter exists, seeking the forms and modalities of the relation to self by which the individual constitutes and recognizes himself qua subject in the context of globalization.”* (Bayart, 2007, 24). Isto é bastante visível na forma como os membros do Coletivo incorporam a sua tarefa política, pois a contestação que é levada para as ruas não lhes diz respeito apenas por serem brasileiros, mas porque são questões importantes para todo o mundo. *“(...) não dá para ficar calado, é uma coisa humanitária, para mim, é o meu papel de cidadã, seja cidadã brasileira, seja cidadã portuguesa, seja no mundo.”* (Entrevista a Z em Maio de 2019, Lisboa).

A ideia do cidadão global, presente no discurso de um membro do Coletivo, permite pensar essas novas formas de subjetividade que a globalização trouxe consigo. A construção de uma responsabilidade cívica comum que se distancia do estado-nação, explorando uma forma de pertença coletiva para além do papel da pertença nacional

homogénea, com bases históricas, de comunidade ou território a que está associada (Miller, 2003). Esta ideia de pertença pode ser importante compreender quando colocada em contraste com o conceito de cidadão global, sendo que a pertença à partida está enraizada e associada a algo específico, seja um território ou uma comunidade. *“On these terms, belonging is about a certain kind of deportment in the world, a way of being that, ideally, is related to the common spheres of our belonging (community, history and locality) and thus to whom and what we are. Such a state of being is not something that just happens; it is something we must create for ourselves”* (Miller, 2003, 223).

A comunidade reflete as conexões sociais entre um grupo de pessoas, a história relaciona-se com o passado e as tradições partilhadas, e a localidade as ligações geográficas. A pertença pode ser feita a partir dos três planos, ou apenas num deles, excluindo os outros. Mas sobretudo a pertença é construída e solidificada ao longo do tempo, não sendo uma emoção fixa e absoluta. *“Belonging is a state of being from which wellbeing is derived; a relation that makes us feel good about our being and our being-in-the-world; a relation that is fitting, right or correct.”* (Miller, 2003, 218).

A pertença como um sentimento de segurança perante o mundo, que é escolhido e importante para cada um, principalmente quando num novo contexto essa pertença é questiona e precisa de ser reencontrada. *“Então é esse pessoal, que no Brasil movimentava-se à esquerda e cá precisava também esse espaço, não encontraram e criaram.”* (Entrevista a F em Maio de 2019, Lisboa). A construção do Coletivo baseou-se também numa tentativa de juntar várias pessoas que partilhavam uma mesma visão sobre o mundo, construindo um espaço para essa pertença ser materializada. *“(..) eu fui procurar gente com quem eu pudesse conversar, eu fui procurar pessoas que tivessem o mesmo olhar que eu e esse olhar tem muito a ver com o seu posicionamento político, portanto são pessoas de esquerda, sabe, tem outra visão do mundo.”* (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa).

Esta pertença e o ser alguém no mundo é visível no contexto etnográfico de Olwig (2007), onde a partir do percurso migratório de várias famílias compreende que a ideia de casa, *“home”*, é construída com base nas narrativas familiares, abstraindo-se do estado-nação tanto do país de origem como de acolhimento. A história e os ideais familiares transformam-se em âncoras identitárias que ajudam as conseqüentes gerações de migrantes

a posicionarem-se no mundo. Ao entrevistar e acompanhar as narrativas de várias famílias das Caraíbas que migraram para o Canadá, seguindo a primeira, segunda e terceira geração de imigrantes de uma mesma família, permite compreender que embora a territorialidade específica de uma comunidade, ou tradição, não seja fundamental, a ideia de espaço é. *“The very notion of different communities of people, defined in relation to specific places, therefore can only be understood by exploring the concrete social practices and cultural values that have given meaning to particular concepts of place and the people associated with them.”* (Olwig, 2007, 15)

Neste contexto etnográfico a autora explora as narrativas familiares e de que forma estas permitem uma aproximação com o país de origem, mas centra-se especialmente na importância da troca de valores. O país de origem, especialmente para a segunda e terceira geração, é uma construção feita a partir dessas histórias partilhadas, o lugar de pertença não precisa de ser o país de origem, o lugar de pertença é negociado e alterado conforme as circunstâncias do narrador (Olwig, 2007).

A consciência de uma identidade construída e múltipla (Vertovec, 1999) procura uma ligação para além da conotação de migrante, *“It must also be seen as caused by a deep-seated desire to have a personal identity for themselves rather than being part of an anonymous mass with no identity of its own.”* (Olwig, 2007, 266).

A antropologia das migrações permite-nos assim pensar a questão da pertença de uma forma concreta. A relação direta com dois países diferentes, a construção de redes em ambos os locais e sobretudo a procura de uma identidade que não seja redutora, tanto no país de origem como no país de acolhimento. *“The awareness of multi-locality stimulates the desire to connect oneself with others, both ‘here’ and ‘there’ who share the same ‘routes’ and ‘roots’”* (Vertovec, 1999,5).

A multi-localidade que caracteriza não só o migrante, mas a própria globalização através das comunicações. As telecomunicações criam uma nova potencialidade de produção da localidade (Appadurai, 1996), contribuindo para o mundo desterritorializado da atualidade. A modernidade é caracterizada por novas formas de comunicação, de trocas financeiras e de imagens - *technoscapes, financescapes, mediascapes* (Appadurai, 1996). A globalização permite assim pensar novas relações entre as pessoas, como é explorado no

termo - *ethnoscapes*. “(...) *ethnoscapes*, a term I used to get away from the idea that group identities necessarily imply that cultures need to be seen as spatially bounded, historically unselfconscious or ethnically homogeneous form.” (Appadurai, 1996,183)

Sendo assim a relação com os “*others*” que partilham as mesmas raízes (Vertovec, 1999) vai para além das migrações. Vai para além do território, da história e da comunidade (Appadurai, 1996; Miller, 2003), e constitui-se também pelas redes construídas e aprofundadas no mundo globalizado. Estas redes são fundamentais para compreender a atualidade na era da informação e globalização. “*Networks are open structures, able to expand without limits, integrating new nodes as long as they are able to communicate within the network, namely as long as they share the same communication codes (for example, values or performance goals).*” (Castells, 2010 [1996] ,501).

As redes construídas são intensificadas pela tecnologia, que tem o poder de alterar padrões culturais e políticos. Nos espaços de circulação, *space of flows* (Castells, 2010 [1996]), o poder das imagens, dos media e da troca de informação tem um impacto na forma de construção de poder. “*Because information and communication circulate primarily through the diversified, yet comprehensive media system, politics became increasingly played out in the space of media.*” (Castells, 2010 [1996], 507). No decorrer do trabalho de campo foi perceptível a importância dada às redes sociais, na sua potencialidade transformadora de chegar a um maior público com uma mensagem política em conformidade com os ideais do Coletivo.

A partilha geral de imagens e relatos de manifestações permite voltar à ideia de pertença, do *belonging* e da construção de uma casa no mundo. De que forma a ligação às raízes que Vertovec explora e que Castells aprofunda na sociedade de informação, permite pensar a pertença e ligação coletiva fora do contexto estado-nação?

No trabalho etnográfico feito na Austrália, Jackson (1995) questiona a noção de casa. A casa como base no nosso eu, numa construção eurocêntrica desta expressão, que nos remete para um “*central place to which you or your thoughts constantly return (...) or a group of people without whom your life would cease to have meaning*” (Jackson, 1995,66). Noutros contextos, a palavra casa é vista com outras explicações, não se revelando um sentimento homogêneo.

“Many writers note that the relation of place and space is primordially given in the social relationship between self and other” (Jackson, 1995,121). A sensação de estar em casa pode ser a relação entre as pessoas, a ligação social que se cria entre várias pessoas. Sentir-se em casa quando se está com outros. A ideia que o estar em casa pode não ser algo físico, mas sim emocional, que proporciona a sensação de pertença a algo. Uma ligação com o mundo que se reflete num conjunto de valores, de ações e de perspetivas. *“Home was a matter of being-at-home-in-the-world. It connoted a sense of existential control and connectedness - the way we feel when what we say or do seems to matter, and there is a balanced reciprocity between the world beyond us and the world within which we move.”* (Jackson, 1995,154). Casa pode ser o sentimento de ligação, de importância sobre o papel que assumimos no mundo.

“E isso (ter uma posição política ativa) para mim é o meu dever como pessoa que habita neste planeta, o dia em que eu não fizer isso, tira minha carteira, pode-me mandar para outro planeta.” (Entrevista a Z em Junho de 2019, Lisboa). A ligação política ativa que os membros do Coletivo assumem, o seu discurso de denúncia, a sua posição de combate às injustiças, é uma forma de pertença. Pertença a um ideal político, a uma luta e a valores sociais. Não se referem apenas ao país de origem, nem a nenhum estado-nação. A importância de estar interligados com outros que partilham a mesma sensação de pertença a uma visão do mundo é estar em casa, é encontrar as raízes.

A partilha de valores, a construção de uma pertença no mundo que se assimila nesses valores é visível no símbolo do Coletivo Andorinha. Os cravos vermelho e verde (Brasil e Portugal) em honra à luta pela democracia, no bico de uma andorinha, pássaro que migra, que está entre sítios e vai pulverizando no caminho. Esta pulverização feita pela andorinha com os cravos, são as ideias políticas, que existem sem fronteiras, mas que precisam de um local para se materializar. Esse local é a rua, o espaço público.

“Espaço é político e ideológico” (Lefebvre, 2009[1970],171, tradução do autor), não só pelos espaços de poder, da urbanização e organização da cidade em prol de uma lógica económica (Lefebvre, 2009[1978]), mas pela potencialidade transformadora que o espaço público assume.

“It is a space organized in such a way that, unless they revolt, “users” are reduced to passivity and silence.” (Lefebvre, 2009[1978], 235). A ocupação do espaço público é o contrário da passividade, é a afirmação coletiva sobre um espaço, praticada em conjunto e de forma disruptiva. O ir para a rua dá força e visibilidade às ideias apresentadas nas manifestações, legitimando fisicamente a existência de um *belonging*.

“(...) an important part of place making at a collective level thus is the creation of foundational narratives that validate the claim of a social group to a particular place.” (Olwig, 2007, 17) As narrativas de pertença são fundamentais para a validação da ocupação de um determinado espaço, que no caso do Coletivo, para além de serem especificamente na Praça Luís de Camões, é a rua. *“O Coletivo nasceu assim, na rua”, “A gente não vai sair das ruas”* (Manifestantes, Apoio à greve geral, 14.06.2019, Lisboa). Isto levanta uma questão interessante, *“Porque é que o espaço e o lugar importam no estudo da ação coletiva? (...) o espaço não é um mero contexto da ação coletiva, mas um campo de disputa e luta.”* (Bringel, 2010, 196). O espaço tem assim agencialidade, vai para lá da sua ideia de território. A conceptualização do espaço é fundamental para compreender as dinâmicas de poder presentes num determinado lugar, o espaço acumula em si diversas funções (Low, Lawrence-Zuniga, 2003).

“Ao chamar atenção a uma dimensão mais ampla da espacialidade da contestação social quero destacar a importância de pensar as complexas espacialidades contemporâneas, múltiplas e imbricadas, que não podem ser entendidas somente com uma visão territorial do lugar.” (Bringel, 2010,197), propondo de seguida pensar o sentido global de lugar, que se separa da localidade específica de cada espaço. Quando um determinado território não existe simplesmente como palco ou adereço para a experiência social e interação entre a comunidade (Massey, 2005), mas como lugar político, com múltiplas potencialidades e que permite a materialização de um *belonging*.

O espaço público é necessário, não uma cidade, rua ou praça em específico, o território enquanto espaço material, desta forma a ocupação da rua é imponente em todas as conjunturas urbanísticas, sociais e políticas. Ir para a rua no Brasil, em Portugal, nos Estados Unidos ou no Japão, pressupõe agir sobre uma pertença conjunta e exponenciá-la coletivamente.

“Clearly, each person’s sense of self was metaphorically fused with a sense of space. People identify themselves and others in terms of the homeplace to which they belonged” (Jackson, 1995,151). No caso concreto do trabalho da citação, este *homeplace* é o parentesco. No entanto, pode ser qualquer outro. A concepção do *homeplace*, como local de segurança e apoio, é maleável e divergente. A pertença a uma visão do mundo é um espaço seguro, que se materializa assim na ocupação da rua, na cidade subjetiva, num território real mas cuja agencialidade é servir de plataforma para a existência de uma ideia, seja na Praça Luís de Camões, na Paulista em São Paulo, em frente à embaixada brasileira de Londres, Dublin ou Paris. Todos estes espaços estão unidos por uma identidade partilhada e pela sua presença na rua. Olhar o espaço público nos momentos de manifestação é compreender essa pertença e a ligação para lá do território.

5.4. Notas Finais

A Concentração Contra Sérgio Moro serviu de exemplo etnográfico para expor a interligação entre os ativistas brasileiros e portugueses. Para além da relação direta entre Sérgio Moro e a política atual brasileira, o ministro representa um governo com atitudes não democráticas, fazendo assim insurgir um grupo de ativistas portugueses, que incomodados com a banalidade com que foi convidado para uma Conferência sobre democracia, desejava mostrar o seu desagrado. Esta situação demonstra a correlação de ideias políticas que são assim partilhadas entre as duas nacionalidades.

A marcha do 25 de Abril reflete a política do Coletivo, de não só procurar uma correlação com a comunidade portuguesa mas também de afirmar os seus valores políticos, que se refletem nas ideias centrais da revolução, como a igualdade e liberdade. O seu símbolo, as palavras de ordem, remetem para o 25 de Abril como ideia política, como algo partilhado entre todos aqueles que decidem marchar na Avenida da Liberdade.

A conferência de Jean Wyllys, engloba um pouco das duas situações referidas em cima. Juntaram-se brasileiros e portugueses contra as reações negativas da extrema-direita presente no evento, apelando às ideias de Abril para fazer o contraponto. Esta união representa uma conjuntura global de apoio internacional, de luta comum a todos.

A parte seguinte procura fazer uma reflexão com base na ideia da partilha de valores políticos internacionais. Começa com a luta desterritorializada, onde o Brasil e Lisboa não são necessariamente relevantes para que algo antidemocrático seja contestado, aludindo assim à ideia de uma comunidade política alargada. Esta comunidade é por sua vez constituída pelos cidadãos globais, que devido à globalização e tecnologia não estão ativos somente num estado-nação. Esta comunidade pressupõe a ideia de pertença coletiva, da construção e reafirmação de uma pertença no mundo, que parte desses mesmos valores políticos. No entanto, esta pertença é reforçada quando é levada para a rua, quando ocupa um espaço público. Esta ocupação e presença física e emblemática num território permite a configuração da comunidade política, dando-lhe um palco e visibilidade, fazendo-a existir num espaço comum. Espaço comum esse que é partilhado todas as vezes que é ocupado, materializando uma pertença ao mundo independentemente de onde esse lugar específico no mundo seja.

6. Conclusão

Partindo dos grupos ativistas brasileiros, a dissertação procurou compreender como é utilizado o espaço público em momentos de contestação e a sua relação com uma esfera política transnacional.

O foco no Coletivo Andorinha permitiu uma aproximação com os participantes e as suas atividades, tendo em conta que a constituição do grupo é em si volátil e segue o mote de apoio conforme as disponibilidades de cada um. Desta forma foi possível envolver-me intensamente com o contexto nos períodos de maior atividade, nomeadamente os meses entre Março e Junho de 2019.

A presente dissertação explora um trabalho antropológico feito num contexto migratório, com base empírica no meio urbano, onde as discussões dos interlocutores não se centram apenas no processo migratório mas também numa problemática geral, a pertença a uma cidadania global. Esta visão universalista do mundo, que parte das preocupações com a desigualdade, com a marginalidade e a luta contra o fascismo, é materializada na rua, por meio de manifestações e atos de contestação no espaço público.

A ação política é assim feita na rua numa verdadeira ideia de esfera pública transnacional onde os objetivos das manifestações vão para lá de uma ligação com o país de origem e de divulgação para o país de acolhimento e onde o espaço da mesma se transforma numa arena de discussão política. O tema do Brasil serve para pensar outros contextos e encontra ligações com a história contemporânea em vários cantos do mundo. A discussão que parte da política brasileira cria uma ligação entre todos os que se posicionam no mesmo lado político, contribuindo para uma ideia de pertença coletiva entre quem partilha essa mesma visão.

A presença no espaço público é importante para a existência dos grupos, mas serve como ponto de conexão entre todos, torna-se o epicentro da pertença para os seus participantes. Esta pertença é por sua vez reforçada através da partilha de uma identidade política e da sua presença na rua em tantos contextos diferentes.

No fundo, isso é talvez o principal contributo que este trabalho traz para discussão. Apesar de estar a trabalhar com migrantes brasileiros, a sua ação política extravasa em

muito a sua relação com o Brasil. E portanto a discussão é mais abrangente, parte da rua para falar sobre uma cidadania universal, uma cidadania global.

Procurei demonstrar o meu argumento através do percurso da dissertação. Primeiro é feita uma reflexão sobre a história migratória entre Brasil e Portugal, estudando as duas vagas de imigração reconhecidas entre os dois países (Malheiros, 2007). A partir desta análise é possível distinguir a diferença entre a caracterização geral dos membros do Coletivo e a vaga migrante que deveriam fazer parte, a segunda vaga - com uma elevada presença de trabalhadores com pouca formação académica e predominância da imigração por razões económicas (França e Padilla, 2018). A potencialidade de uma terceira vaga associada às medidas de incentivo universitário para estudantes estrangeiros nas universidades portuguesas, faz pensar numa maior visibilidade de imigrantes politizados e com uma forte presença associativa que circula entre os dois países.

No segundo capítulo é feito um resumo da história, objetivo e ação dos grupos ativos em Lisboa, como o Coletivo Andorinha, o Núcleo e Juventude do Partido dos Trabalhadores, Contra o Ódio - Pela Democracia e a Casa do Brasil. O trabalho foi mais centrado em torno do Coletivo Andorinha, por ser um grupo sem vinculação a partidos, pelo seu carácter independente, pela abertura na participação das reuniões e presença ativa na cidade de Lisboa. Nesta primeira descrição reconhecemos as suas ações como uma resposta aos acontecimentos ocorridos na política brasileira, a consolidação dos seus objetivos ao longo do tempo e os mecanismos de comunicação e ação utilizados. Percebemos que nasce muito interligado entre Brasil e Portugal, presente no símbolo e no discurso, mas também em paralelo com outros grupos de imigrantes brasileiros pelo mundo que se posicionavam contra o *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer, e depois contra a eleição e consequente política de Jair Bolsonaro como presidente.

De seguida é olhado o espaço onde decorrem as manifestações, a Praça Luís de Camões. A partir desta praça, compreende-se a importância prática enquanto espaço central na cidade, com facilidade de acessos e visibilidade para locais e turistas. A insistência no mesmo lugar para a realização das manifestações permitiu uma consolidação entre o espaço e o grupo, uma relação simbiótica entre os dois (Bourdieu, 2008[1993],

Halbwachs,1990[1959]), sendo que as manifestações na Praça Luís de Camões estão normalmente associadas à imigração e o Coletivo ao seu lugar na Praça.

Neste segmento é explorada a importância da ocupação do espaço numa lógica de resistência, manutenção do grupo e materialização dos seus objetivos (Delgado, 2007). Ao mesmo tempo que se transforma num momento de coesão e conexão entre os participantes, ajudando a criar a sensação de pertença entre todos os que ocupam o espaço público.

Partindo da discussão sobre o transnacionalismo político, é possível interligá-lo com as ações e discursos do Coletivo Andorinha (CA). A sua relação com o país de origem, a procura de coincidir as manifestações nos mesmos dias e a relação com o ativismo brasileiro numa lógica de interajuda entre os participantes para que a experiência de ativismos em Lisboa seja marcante, são algumas das anotações que tornam possível esta relação transnacional (Bash, Glick-Schiller, Sczantan, 2003; Levitt, 2001; Østergaard-Nielsen, 2001; Vertovec, 2009). Neste segmento foi feita uma abordagem sobre a relação entre o CA e Brasil, CA e outras instituições da cidade de Lisboa, e CA e a comunidade brasileira. No primeiro a consolidação de uma esfera política transnacional (Fraser, 2015), onde é construído um espaço de diálogo entre os dois contextos e que procura ter um lugar da tomada de decisão política de forma internacional. O segundo reforça a rede que se forma entre os vários grupos ativistas e a procura de reforçar a voz política brasileira de esquerda em Portugal, e o terceiro revê a ligação com a comunidade brasileira feita em diálogo com outras instituições. De todas estas formas, o CA coloca o Brasil na esfera pública em Portugal, procura manter ativa uma discussão sobre a sua política e de que forma é possível contribuir para minimizar as consequências, pensando sempre na forte ligação entre todos aqueles que lutam pela democracia.

Interligando estas reflexões podemos partir para duas ideias - a luta internacional e o lugar no mundo. A luta internacional procura explorar o ângulo que surge recorrentemente no discurso do Coletivo, a afirmação que a luta contra o fascismo, as injustiças e a precariedade são internacionais, demonstrando preocupação com outros lugares no mundo que veem a democracia a enfraquecer. Olhando a situação política no Brasil e de outros contextos, seja em Portugal ou no resto da Europa, a luta tem que acontecer independentemente das fronteiras de cada país.

Esta sensação é interligada com a construção de uma pertença coletiva, quando todos se movimentam em prol de uma ideologia política. Ao processo migratório e à relação com o país de acolhimento, é acrescentada uma cidadania global (Bayart, 2007). Ser um cidadão global neste contexto é ter uma responsabilidade cívica perante o seu posicionamento no mundo e agir em conformidade com ele. Esse posicionamento no mundo é partilhado por outras pessoas, sendo possível traçar a pertença coletiva a uma ideia, a uma sensação e a um posicionamento político que solidifica a ligação entre quem o partilha (Jackson, 1995; Olwig, 2007). Estar com outras pessoas que partilham desta visão, não relacionado com país de origem ou acolhimento, é encontrar uma pertença, o seu lugar no mundo.

Tudo isto é visível na rua, a pertença é projetada para a ocupação do espaço público, momento esse que permite ligar todas as pessoas que se sentem em casa quando lutam pela igualdade e liberdade, em vários cantos do mundo, num único espaço - a rua.

A rua enquanto momento etnográfico aparece no decorrer do trabalho como mote para a discussão teórica. Através de uma descrição baseada na observação das manifestações, partimos para cada análise. A Manifestação por Marielle e Anderson permite pensar o espaço de memória, a associação do grupo ao espaço e Marielle como símbolo revisitado para lembrar a luta contra as desigualdades. A Manifestação Contra os Cortes na Educação, nas datas que ocorreram, remete para a envolvência da comunidade brasileira com o ativismo, a sua procura de manter a relação com o Brasil estando longe. Por fim, a Concentração Contra Sérgio Moro reflete o ativismo internacional presente em todos os que se incomodaram com a presença de uma figura mediática que contribuiu, através de mecanismos jurídicos inconstitucionais, para a eleição do atual governo brasileiro.

Esta constante presença na rua é o mote de cada uma das discussões e permite refletir a sua própria importância como lugar central de desenvolvimento da esfera política transnacional e como espaço de pertença.

Este espaço de pertença, parte da construção dessa esfera pública transnacional, onde a transnacionalidade inerente ao percurso migratório de todos se reflete para além da cidade que ocupam. O espaço em si torna-se transnacional, incorpora os migrantes, os

locais e todos a quem o motivo da manifestação toca, interligando-os com os outros espaços no mundo que são ocupados pela mesma razão. A relação é feita pela pertença coletiva que se reflete no cidadão global, na pessoa que se posiciona no mundo compreendendo as suas vicissitudes e interligações e que assume assim uma posição. Neste contexto é uma posição política, é uma forma de ver o mundo e reagir perante as situações que causam injustiça em prol de uma sociedade mais igualitária.

A rua é o palco, o momento e o espaço onde é exaltada a cidadania global numa verdadeira esfera pública transnacional. É o palco que dá a palavra, o momento de exaltação de um ser político e o espaço que concretiza em si o mundo ideal, onde todos podem ir para a rua em conjunto lutar pela chegada da primavera que a andorinha traz no bico, tal objetivo do Coletivo Andorinha.

Estas linhas de pensamento abrem outras perspetivas de reflexão, como a possibilidade de trabalhar coletivos semelhantes ao CA noutras cidades europeias, como no Porto, ou Paris, e até mesmo em Nova Iorque, Istambul ou Cidade do Cabo. A partir dessa proximidade seria possível questionar a ação política transnacional que estão envolvidos e a sua posição com a luta internacional, procurando compreender a relação com o espaço público; ou aprofundar a ideia de cidade subjetiva, a posição ativa do espaço numa conjuntura contemporânea, servindo como mais do que um lugar de memória ou de materialização de ideias, mas como agente nas diversas revoluções e contestações da história contemporânea.

Deste trabalho surgiu um aprofundar do estudo da imigração recente brasileira para Portugal, um exercício de reflexão sobre a rua e o espaço público e uma esperança renovada na luta contra os fascismos, pela igualdade, liberdade e democracia. Em Portugal, no Brasil e no resto do mundo, em defesa dos direitos de Abril.

Bibliografia

Albarelo, Luc. 2005. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Anderson, Benedict. 1998. *The spectre of comparison. Nationalism, southeast asia and the world*. London: Verso.

Anderson, Benedict. 2012 [1984]. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Anderson, Nels. 1927. *The Hobo*. Chicago: The University of Chicago Press.

Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Bash, Linda., Nina Glick-Schiller, e Cristina Blanc Szanton. 2003. *Nations unbound: Transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. London: Routledge.

Barley, Nigel. 1983. *The Innocent Anthropologist. Notes from a Mud Hut*. London: Penguin Books.

Barth, Fredrik. 1997 [1969]. “Grupos Étnicos e as suas Fronteiras” In *Teorias da Etnicidade*, editado por Jocelyne Streiff-Fenart e Philippe Poutignat, 185-228. São Paulo: Editora Unesp.

Bayart, Jean-Fançois. 2007. *Global subjects. A Political Critique of Globalization*. Cambridge: Polity Press.

Beaud, Stephane., e Florence Weber. 2007. *Guia para a Pesquisa de Campo; Produzir e Analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Editora Vozes.

Becker, Camila., Camila Moreira Cesar, Débora Gallas, e Maria Helena Weber. 2016. “Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página dos Jornais Brasileiros”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* v. 13 n. 24 (13).

Berg, Mette Louise. 2006. “O desafio de encontrar e definir “o terreno”: reflexões em torno a uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid”. In *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre a Produção Etnográfica*, editado por Antónia Pedroso de Lima e Ramón Sarró, 35-52. Lisboa: Celta.

Berg, Mette Louise., e Nando Sigona. 2013. “Ethnography, diversity and urban space.” *Identities: Global Studies in Culture and Power* 20(4): 347-360.

Bógus, Lúcia. 2007. “Esperança além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro”. In *Imigração Brasileira em Portugal* editado por Jorge Malheiros, 39 – 58. Lisboa: ACIDI.

Bourdieu, Pierre. 2002. "Um saber comprometido". *Le Monde Diplomatique*, edição Portuguesa nº35 ano 3:3.

Bourdieu, Pierre. 2008 [1993]. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.

Brettell, Caroline. 2000. "Urban history, urban anthropology and the study of migrants in towns". *City and Society* 12 (2):129-138.

Bringel, Breno. 2010. "Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais". *Estudos de Sociologia* v. 16 n. 2: 185 – 215. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235294>.

Brubaker, Rogers. 2002. "Ethnicity without Groups". *European Journal of Sociology* 43 (2): 163-189. Acedido em 2, Abril, 2020, doi: <https://doi.org/10.1017/S0003975602001066>.

Bulmer, Martin. 1984. *The Chicago School of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.

Burgess, Ernest. 1925. "The Growth of the city in the trend of population". *Publications of the American Sociological Society*, vol XVIII: 85–97.

Burgess, Robert. 1997 [1984]. *A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução*. Lisboa: Celta.

Cachado, Rita. 2008. "*Hindus da Quinta da Vitória em Processo de Realojamento: Uma Etnografia na Cidade Alargada*". Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Casa do Brasil em Lisboa. 2007. “A 2ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal - Informação estatística e elementos de análise”. In *Imigração Brasileira em Portugal*, editado por Jorge Malheiros, 227 –246. Lisboa: ACIDI.

Casa do Brasil de Lisboa. 2017. *Um Projeto Vitorioso. Livro comemorativo dos 25 anos*. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa.

Campos, Ricardo. 2007. “*Pintando a Cidade. Uma abordagem antropológica ao graffiti urbano*.” Dissertação de Doutoramento, Universidade Aberta.

Castells, Manuel. 2010 [1996]. *The information age: The rise of the network society*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Castells, Manuel. 2009 [1974]. *A Questão Urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Cerezales, Diego. 2003. *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Dolabella, Lira. 2015. “Copos, corpos e afetos: Gênero, sexualidade e imigração no contexto das Casas de Alterne”. Dissertação de Doutoramento, ISCTE.

Conradi, Ilda., e Roberto Marinucci. 2008. “Elementos para um perfil de associativismo Brasileiro no exterior”. *REMHU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* XVI nº 31. Acedido em 2, Abril, 2020, <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/139>.

Cordeiro, Graça Índias. 1997. *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote.

Cordeiro, Graça Índias. 2003. “A antropologia urbana entre a tradição e a prática”. In *Etnografias Urbanas*, editado por Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa, 3-32. Oeiras: Celta.

Cordeiro, Graça Índias., e Frédéric Vidal. 2008. *A Rua - espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Costa, António Firmino. 1991. “O ritual das marchas populares nas festas de Lisboa”. In *Festas de Lisboa*, 56-65. Lisboa: Horizonte.

Costa, António Firmino. 1999. *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta.

Delgado, Manuel. 2007. *Sociedades Movedizas - pasos hacia una antropología de las calles*. Barcelona: Editorial Anagrama.

Dias, Iris. 2012. “*O Movimento Associativo das Diásporas Brasileira e Cabo-verdiana em Portugal na Promoção do Nexo Migração-Desenvolvimento*”. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho.

Duneier, Mitchell. 1999. *Sidewalk*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux.

Durão, Susana. 2008. “A rua dos polícias. Visão itinerante”. In *A Rua - espaço, tempo, sociabilidade*, editado por Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal. Lisboa: Livros Horizonte.

Durkheim, Émile. 2002 [1912]. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Oeiras: Celta.

Egreja, Catarina., e João Peixoto. 2011. “Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal”. *Sociologia - Problemas e Práticas* 67: 43-64.

Fernandes, Gleiciani. (2017) *"Os voos das Iracemas": A experiência da mobilidade de mulheres brasileiras em Portugal*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais.

Frangella, Simone. 2010. “O Made in Brasil: migração e os bens culturais”. *Travessia-Revista do migrante*, 33-44.

França, Thais., e Beatriz Padilla. 2018. “Imigração Brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga”. *Cadernos de Estudos Sociais* Volume 33, número 2, jul./dez.

França, Thais., e Beatriz Padilla. 2019. “Mobilidade acadêmica brasileira para Portugal: uma estratégia viável para a formação de redes associativas e diáspora acadêmica?” In *Línguas, Identidades e Migração: Brasileiros na Europa*, editado por Ana Souza, Camila Lira, Kátia Chulata. Londres: JNPBook.

Fraser, Nancy. 2015. "Transnationalizing the Public Sphere. On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World". *Theory, Culture & Society* Vol. 24(4): 7–30.

Glick-Schiller, Nina., Linda Bach, e Cristina Blanc Szanton. 1992. "Transnationalism: new analytic framework for understanding migration". *Annals of the New York Academy of Sciences* vol. 645: 1-24.

Glick-Schiller, Nina., e Ayse Çağlar. 2009. "Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies: Migrant Incorporation and City Scale". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35.2: 177-202. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://doi.org/10.1080/13691830802586179>.

Glick-Schiller, Nina., e Ayse Çağlar. 2011. "Locality and globality: building a comparative analytical framework in migration and urban studies". In *Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants*, editado por Nina Glick Shiller e Ayse Çağlar. New York: Cornell.

Glick-Schiller, Nina., e Ayse Çağlar. 2016. "Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscale power". *Identities* 23.1:17-34. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://doi.org/10.1080/1070289X.2015.1016520>.

Glick-Schiller, Nina., Ayse Çağlar, e Thaddeus Gulbranden. 2006. "Beyond the ethnic lens: Locality, globality, and born-again incorporation". *American Ethnologist* Vol 33 n°4: 612-633.

Góis, Pedro., José Carlos Marques, Beatriz Padilla e João Peixoto. 2009. "Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal". *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina* n.º 5:111-133.

Gomes, Mariana Selister. 2018. “Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal”. *Política & Sociedade* Vol. 17 Nº 38 Jan./Abr. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n38p404>.

Grazian, David. 2003. *Blue Chicago: The search for authenticity in urban blues*. Chicago: The University of Chicago Press.

Gribaudi, Maurizio. 2008. “Vestígios de uma modernidade apagada: a Paris popular da primeira metade do século XIX” In *A Rua - espaço, tempo, sociabilidade*, editado por Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal. Lisboa: Livros Horizonte.

Halbwachs, Maurice. 1970 [1938]. *Morphologie sociale*. Paris: A. Colin.

Halbwachs, Maurice. 1990 [1950]. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.

Hannerz, Ulf. 1969. *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*. Chicago: The University of Chicago Press.

Harvey, David. 2013. *Rebel Cities. From the Right To The City To The Urban Revolution*. London: Verso.

Jackson, Michael. 1995. *At Home in the World*. London: Duke University Press.

Keck, Margaret., e Kathryn Sikkink. 1999. "Transnational advocacy networks in international and regional politics". *International Social Science Journal* vol 51.

Lask, Tomske. 2000. "Imigração Brasileira no Japão: O mito da volta e a preservação da identidade". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre ano 6 n14: 71-92.

Lefebvre, Henri. 2009 [1970]. "Reflections on the Politics of Space". In *State, Space, World*, editado por Neil Brenner e Stuart Elden, 167-184. Minneapolis : University of Minneapolis Press.

Lefebvre, Henri. 2009 [1978]. "Space and the State" In *State, Space, World*, editado por Neil Brenner e Stuart Elden, 223 - 253. Minneapolis : University of Minneapolis Press.

Lefebvre, Henri. 2012 [1964]. *O Direito à Cidade*. Lisboa: Letra Livre.

Levitt, Peggy. 2001. *The Transnational Villages*. London: University of California Press.

Levitt, Peggy., e Nina Glick-Schiller. 2004. "Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society". *The International Migration Review* Vol. 38, No. 3: 1002-1039.

Lima, Antónia Pedroso, e Ramon Sarró. 2006. *Terrenos Metropolitanos. Ensaios sobre a Produção Etnográfica*. Lisboa: Celta.

Lomnitz, Larissa. 1976. "An Ecological Model for Migration Studies". In *New Approaches to the Study of Migration*, editado por D. Guillet e D. Uzzell, 131-146. Houston: Rice University Press.

Low, Setha., e Lawrence-Zunigais. (Eds). 2003. *The Anthropology of Space and Place. Locating Culture*. Oxford: Blackwell Publishing.

Low, Setha (Ed). 2019. *The Routledge Handbook of Anthropology and the City*. New York: Routledge.

Machado, Fernando Luís. 1997. “Contornos e Especificidades da Imigração em Portugal”. *Sociologia - Problemas e Práticas* Nº24: 9-44. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/814/1/3.pdf>.

Machado, Igor. 2007. “Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal”. *Nuevos Mundos Mundos Nuevos*, Debates 2007. Acedido em 2, Abril, 2020, doi: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.5889>.

Machado, Igor. 2011. ”Consumo, etnicidade e migração entre imigrantes brasileiros em Portugal”. *Revista Temas de Antropología y Migración* Nº 2 Diciembre: 120–131, ISSN: 1853-354X.

Malheiros, Jorge. 2007. *A Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

Mapril, José. 2006. “Passageiros de Schengen: a dialética entre fluxo e encerramento no trabalho de campo”. In *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre a Produção Etnográfica*, editado por Antónia Pedroso de Lima e Ramón Sarró, 53-72. Lisboa: Celta.

Mapril, José. 2014. “A Shahid Minar in Lisbon: Long Distance Nationalism, Politics of Memory and Community among Luso-Bangladeshis”. *South Asia Multidisciplinary Academic Journal* 9. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://doi.org/10.4000/samaj.3733>.

Massey, Dorren. 2005. *For Space*. London: SAGE Publications.

Miller, Linn. 2003. “Belonging to country — a philosophical anthropology”. *Journal of Australian Studies* 27,76: 215-223. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://doi.org/10.1080/14443050309387839>.

Moraes, Marília., Nuno Corte-Real, Cláudia Dias, e António Fonseca. 2012. “Um olhar sobre a prática desportiva, bem-estar subjetivo e integração social de imigrantes em Portugal e no Mundo”. *Psicologia e Sociedade* 24(1):208-216.

Neves, Sofia. 2010. “Tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual em Portugal e interseccionalidade: um estudo de caso”. *Psicologia* 24(2): 177-196. Acedido em 2, Abril, 2020, http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-20492010000200009&lng=pt&nrm=iso.

Nora, Pierre. 1984. *Entre a Memória e a História, A problemática dos Lugares*. Paris: Editions Gallimard.

Oliveira, Eliany., Manuelle Matias, Tamires Félix, Maria Cavalcante, Roberlândia Lopes e Félix Neto. 2019. “Mulheres brasileiras vivendo em Portugal: trabalho e qualidade de vida”. *Saúde Soc. São Paulo*, v.28 n.1: 182-192. Acedido em 2, Abril, 2020, http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/pt_1984-0470-sausoc-28-01-182.pdf.

Olwig, Karen Fog. 2007. *Caribbean Journeys: An Ethnography of Migration and Home in Three Family Networks*. London: Duke University Press.

Østergaard-Nielsen, Eva. 2001. "The Politics of Migrants' Transnational Political Practices". Paper given to the conference on *Transnational Migration: Comparative Perspectives*. Princeton University, 30 June-July. Acedido em 2, Abril, 2020, <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/WPTC-01-22%20Ostergaard.doc.pdf>.

Padilla, Beatriz. 2007 "Acordos Bilaterais e Legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal". In *Imigração Brasileira em Portugal*, editado por Jorge Malheiros, 217 – 223. Lisboa: ACIDI.

Padilla, Beatriz., e Mariana Selister Gomes. 2016. "Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberaticismo: Uma análise do "Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal". *TOMO*. N. 28 Jan/Jun. Acedido em 2, Abril, 2020, doi: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5425>.

Park, Robert Ezra. 1967 [1916]. "A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In *O Fenómeno Urbano*, editado por Otávio Guilherme Velho, 25-66. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

Peixoto, João., e Alexandra Figueiredo. 2007. "Imigrantes Brasileiros e Mercado de Trabalho em Portugal". In *Imigração Brasileira em Portugal*, editado por Jorge Malheiros, 87 –111. Lisboa: ACIDI

Peixoto, João. 2007. "Tráfico, Contrabando e Imigração Irregular - Os novos contornos da imigração brasileira em Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 53: 71-90.

Peixoto, João., Catarina Sabino, Alexandre Abreu. 2009. “Immigration Policies in Portugal: Limits and Compromise in the Quest for Regulation” *In European Journal of Migration and Law* 11: 179-197.

Pina Cabral, João. 2006. “Reflexões finais”. In *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre a Produção Etnográfica*, editado por Antónia Pedroso de Lima e Ramón Sarró, 177-190. Lisboa: Celta.

Pinho, Filipa. 2012. “*Transformações na Emigração Brasileira para Portugal. De Profissionais a Trabalhadores*”. Dissertação de Doutoramento, ISCTE.

Piscitelli, Adriana. 2008. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura* vol. 11 nº2: 263-274.

Pontes, Luciana. 2004. “Mulheres Brasileiras na mídia portuguesa”. *Cadernos Pagu* (23) julho-dezembro: 229-256. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200008>.

Portelli, Alessandro. 2003. “What makes oral history different”. In *The Oral History Reader*, editado por Alistair Thompson e Robert Perks. London: Routledge.

Reckless, Walter. 1933. *Vice in Chicago*. Chicago: The University of Chicago Press.

Santos, Boaventura de Sousa. 2019. *Esquerdas do Mundo, Uni-vos*. Lisboa: Almedina.

Sassen, Saskia. 1994. *Cities in a World Economy*. California: Pine Forge Press.

Scheper-Hughes, Nancy. 1995. "The Primacy of the Ethnical: Propositions for a Militant Anthropology." *Current Anthropology* Vol 36 nº3: 409-440.

Sieber, Tim. 2008. "Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa" In *A Rua - espaço, tempo, sociabilidade*, editado por Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal. Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, Marcos. 2013. "*Dinâmicas da Migração Brasileira e crise do Welfare State na UE pós-2008: Uma etnografia a partir de Roma e Barcelona*". Dissertação de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.

Silvano, Filomena. 2010. *Antropologia do Espaço*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Simmel, Georg. 1967 [1902]. "A metrópole e a vida mental". In *O Fenómeno Urbano*, editado por Otávio Guilherme Velho, 10-24. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

Simmel, Georg. 1997 [1903]. "A Metrópole e a Vida do Espírito" In *Cidade, Cultura e Globalização*, editado por Carlos Fortuna, 31-43. Oeiras: Celta.

Slim, H., P. Thompson, O. Bennet, e C. Cross. 2003. "Ways of listening. ". In *The Oral History Reader*, editado por Alistair Thompson e Robert Perks. London: Routledge.

Smith, Katherine., James Staples, e Nigel Rapport. 2015. *Extraordinary encounters. Authenticity and the Interview*. Oxford: Berghahn Books.

Soares, Fábio., Rafael Ribas., e Rafael Osório. 2019. “Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective”. *Latin American Research Review* Vol. 45 No. 2: 173-190. Acedido em 2, Abril, 2020, <https://www.jstor.org/stable/27919200>.

Sopranzetti, Claudio. 2019 “(Im)mobilizing Bangkok. Towards an ethnography of urban circulation”. In *The Routledge Handbook of Anthropology and the City*, editado por Setha Low. New York: Routledge.

Thompson, Paul. 1988. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press.

Togni, Paula. 2008. “Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração”. Dissertação de Mestrado, ISCTE.

Togni, Paula. 2015. “A Europa é o Cacém: mobilidades, género e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros em Portugal”. Dissertação de Doutoramento, ISCTE.

Velho, Gilberto. 1973. *A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Vertovec, Steven., e Robin Cohen. 1999. *Migration, Diasporas and Transnationalism*. Northampton: Edward Edgar Publishing.

Vertovec, Steven. 1999. "Conceiving and Researching Transnationalism". *Ethnic and Racial Studies* Vol. 22 No. 2. Acedido em 2, Abril, 2020, <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/conceiving.PDF>.

Vertovec, Steve. 2007. "Superdiversity and its implications". *Ethnic and Racial Studies* 30 (6):1024-1054.

Vertovec, Steven. 2009. *Transnationalism*. New York: Routledge.

Vianna, Carlos. 2001. "A Comunidade Brasileira em Portugal". *Janus* 337. Acedida em 2, Abril, 2020, https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_3_3_7.html.

Vidal, Frédéric. 2008. "A rua como lugar de referência. Identificando domicílios em Lisboa no século XIX" In *A Rua - espaço, tempo, sociabilidade*, editado por Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal. Lisboa: Livros Horizonte.

Wimmer, Andreas., e Nina Glick Schiller. 2003. "Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology." *The International Migration Review* vol.37 n°3: 576-610.

Wirth, Louis. 1967 [1938]. "O urbanismo como modo de vida". In *O Fenómeno Urbano*, editado por Otávio Guilherme Velho, 89 -112. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

Wirth, Louis. 1980 [1928]. *Le ghetto*. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble.

Whyte, William. 1943. *Street Corner Society: The Social Struture of an Italian Slum*. Chicago: The University of Chicago Press.

Conferências:

Pardo, Ana Lúcia. 2019. “*Estética dos protestos - novas linguagens dos movimentos sociais no século XXI*” Apresentado na Casa do Brasil, Lisboa, Junho 14.

Audiovisuais:

Costa, Pietra. 2019. Democracia em Vertigem (documentário). Brasil: Netflix.

Referências online:

Site Oficial SEF - <https://sefstat.sef.pt/forms/Home.aspx> Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2009 - https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2010 - https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2011 - https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2012 - <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf> Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2013 - https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2014 - https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2015 - <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2015.pdf> Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2016 - <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf> Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2017 - <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf> Acedido em 2, Abril, 2020.

Relatório SEF 2018 - <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf> Acedido em 2, Abril, 2020.

Site Oficial DGEEC - <http://www.dgeec.mec.pt/np4/dgeec> Acedido em 2, Abril, 2020.

Base de dados DGEEC - <https://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> Acedido em 2, Abril, 2020.

